



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**LAICIDADE VERSUS CONFSSIONALISMO NA ESCOLA PÚBLICA:  
UM ESTUDO EM NOVA IGUAÇU (RJ)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Allan do Carmo Silva**

**Rio de Janeiro  
2013**

**Allan do Carmo Silva**

**LAICIDADE VERSUS CONFSSIONALISMO NA ESCOLA PÚBLICA:  
UM ESTUDO EM NOVA IGUAÇU (RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração de Políticas e Instituições Educacionais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Cunha**

**Rio de Janeiro**

**2013**

S586

Silva, Allan do Carmo.

Laicidade versus confessionalismo na escola pública: um estudo em Nova Iguaçu (RJ) / Allan do Carmo Silva. Rio de Janeiro, 2013.

134f. : il.

Orientador: Luiz Antônio Cunha.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2013.

1. Ensino religioso – Nova Iguaçu (RJ). 2. Religião nas escolas públicas. 3. Escolas públicas – Nova Iguaçu (RJ) . I. Cunha, Luiz Antônio. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação.

CDD: 371.07



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação “**Laicidade versus confessionalismo na escola pública: um estudo em Nova Iguaçu (RJ)**”

Mestrando: **Allan do Carmo Silva**

Orientado pelo (a): **Prof. Dr. Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha**

**E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de**

**MESTRE EM EDUCAÇÃO**

**Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013**

**Banca Examinadora:**

Presidente:

**Prof. Dr. Luiz Antônio Constant Rodrigues da Cunha**

**Prof. Dr.ª Ana Maria Villela Cavaliere**

**Prof. Dr.ª Maristela Gomes de Souza Guedes**

A minha querida avó Nímia, que nos deixou um legado inconfundível de amor, respeito e fé.

## AGRADECIMENTOS

O final de um trabalho sempre nos estimula a uma atitude de gratidão. Gratidão pela existência, pela vida, pela saúde, e pelas oportunidades que temos de viver momentos tão importantes como o presente. São dádivas graciosas dos céus, diante das quais, agradecer é o mínimo que podemos fazer.

Também sou grato a pessoas que tanto contribuíram para a realização dessa pesquisa:

À minha esposa Roseli Rozario e a minha filha Allana Milena, amadas, queridas e incansáveis no apoio e carinho que me fizeram sempre persistir.

À minha irmã Amanda, que vibrou em todos os momentos desta conquista. A meu irmão Alex e sua esposa Regina pela torcida e afeição. A minha mãe Ilaides e a meu pai Argeu, que sempre mostraram se orgulhar de cada conquista de seu filho. A minha sogra Deolinda, pelo carinho de mãe ao seu filho do coração, e a amiga Conceição, por todo carinho e incentivo.

Ao meu local de trabalho atual, Pedreira Vigné Ltda, que de forma surpreendente e generosa me liberou dos horários normais de trabalho para cumprir a carga horária de disciplinas no mestrado e também para realizar as atividades de campo para esta pesquisa. Em especial ao agradeço ao senhor Carlos Alberto Babo, proprietário da empresa, e ao amigo Edison Pereira Rozalino, pelo apoio em todo o processo de estudo.

Ao amigo, e colega de trabalho, Fabrício Gomes, que esteve sempre a acompanhar e incentivar a conclusão deste texto.

Ao amigo e pastor Carlos Henrique de Carvalho Medeiros, juntamente com sua família e igreja, pela amizade e apoio tão necessários durante os anos de escrita do presente texto.

Ao amigo Leandro de Albuquerque, que acompanhou as etapas finais de forma muito presente.

Aos amigos, Lauricéia de Jesus, Nilcéia Fiorani e Fábio Eudes Alexandre, que sempre estiveram a torcer, orar e apoiar esta caminhada.

Ao amigo Tiago Fonseca, que tão gentilmente me acompanhou nas visitas às escolas e colocou sua moto à disposição para tão importante tarefa da pesquisa.

Às amigas Glaucia Mello e Lidiane Zukertort, que na UFRRJ e fora dela, tanto incentivaram e se alegraram com meu ingresso no mestrado. Também ao casal de afilhados, Thais Davico e

Rafael Kronenberg, por todo carinho, incentivo, a ponto de me tornarem parte de sua linda família, com uma amizade que ultrapassa o tempo da Universidade.

Aos professores Miriam de Oliveira Santos e Aristóteles de Paula Berino, grandes incentivadores para o prosseguimento de meus estudos.

Ao orientador Luiz Antônio Cunha pela abertura ao diálogo, pela conduta impecável no trato, na correção dos textos, na orientação para melhora da pesquisa e na disponibilidade de tempo dedicado a cada passo em busca de excelência.

Às colegas de estudo: Vânia Fernandes, Amanda Mendonça, Jordanna Castelo Branco e Samara Mancebo com quem pude aprender, compartilhar, ampliar a discussão sobre o tema dentro e fora da Universidade.

À professora Luciane Quintanilha Falcão, pela preciosa contribuição quanto ao uso do programa SPSS.

A todos do PPGE - UFRJ, pela excelência no ensino e apoio aos alunos. Em especial à Solange Rosa, pela constante disponibilidade em contribuir para o sucesso de cada aluno.

Por fim, agradeço aos professores e funcionários da escola onde fiz a pesquisa, que foram tão gentis e receptivos durante minhas visitas e abertos às discussões sobre a temática. Que o presente texto contribua de forma prática para a melhoria do trabalho que vem sendo desenvolvido com carinho e dedicação por estes profissionais de educação em Nova Iguaçu.

*[...] a laicidade não significa abolir a religião,  
mas a liberdade de decisão em matéria de religião.*

**Declaração Universal da Laicidade no Século XXI**



## RESUMO

SILVA, Allan do Carmo. **Laicidade versus confessionalismo na escola pública: um estudo em Nova Iguaçu (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Nesta dissertação visou analisar a presença da religião no ensino público levando em consideração o princípio da laicidade do Estado. Busco explicitar posicionamentos, atitudes, interesses e influências dentro e fora da escola no tocante à presença ou ausência de elementos e manifestações religiosas neste espaço. Considerei pertinente abordar o tema de maneira crítica, recorrendo aos estudos de Blancarte (2000), Bobbio (2002), Zanonne (2002), Milot (2008), Bauberót (2008), no plano internacional; e também aos de Cury (2004), Cavaliere (2006), Fischmann (2008), Cunha (2008) e Caputo (2012), no Brasil. O campo da presente pesquisa foi o município de Nova Iguaçu (RJ) onde pude realizar ampla análise da temática e perceber que seu Sistema Municipal de Educação apresentava forte presença religiosa, mesmo sem o oferecimento da disciplina ensino religioso. Utilizei os seguintes recursos metodológicos: levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, observações, anotações em caderno de campo, registros fotográficos, gravações de eventos em áudio e em vídeo e pesquisa de opinião. Realizei dois trabalhos de campo, o primeiro, amostral e pontual, composto por uma pesquisa de opinião realizada em 2012 com 60 professores de quinto ano do ensino fundamental, de 35 escolas da rede municipal de ensino, e o segundo, profundo e de longa duração, com observação intensa de uma escola no período de 2011 a 2012. Na análise, somei alguns dados importantes obtidos numa pesquisa preliminar que realizei em 2010. Também pude, de forma preliminar e ao longo da pesquisa, realizar entrevistas com membros de órgãos que compunham o Sistema Municipal de Educação a fim de perceber como se articulavam os direcionamentos oficiais quanto à religião no ensino público e as opiniões e práticas dos profissionais nas escolas da rede. Categorizei as práticas religiosas nas escolas públicas em intra-curriculares e extra-curriculares, e pude notar proselitismo e conflitos religiosos. Confirmei a hipótese inicial de que ocorria uma naturalização do *ethos* religioso cristão entre os sujeitos na escola pública e esta naturalização amenizava e dissimulava a contradição entre a declarada neutralidade religiosa da escola e uma prática ostensivamente confessional que privilegiava um segmento religioso e desconsiderava outras formas de crer e de não crer no espaço público mantido pelo Estado.

**Palavras –chave:** Educação Pública; Laicidade; Ensino Religioso.

## ABSTRACT

SILVA, Allan do Carmo. **Laicidade versus confessionalismo na escola pública: um estudo em Nova Iguaçu (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

This dissertation I aim to analyze the presence of religion in public schools considering the principle of the secular state. I seek explicit positions, attitudes, interests and influences inside and outside the school with regard to the presence or absence of elements and religious events in this space. I considered appropriate to approach the issue critically, drawing on studies of Blancarte (2000), Bobbio (2002), Zanonne (2002), Milot (2008), Bauberót (2008), in the no internacional plan; and also Cury (2004), Cavaliere (2006), Fischmann (2008), Cunha (2008) and Caputo (2012), in Brasil. The field of the present research was the municipality of Nova Iguaçu (RJ) where I could carry out extensive analysis of the thematic and realize that its System Municipal Education had strong religious presence, even without offering religious instruction course. I used the following methodological resources: lifting bibliographic, documentary research, semi-structured audio taped interviews, observations, notes in a field notebook, photographic records, recordings of events in audio and video and opinion research. I conducted two field studies, the first sample and punctual, composed of an opinion poll conducted in 2012 with 60 teachers of fifth-graders from 35 schools in the municipal schools, and second, deep and long-lasting, with intense observation of a school in the period 2011 to 2012. In the analysis, I added some important data obtained in preliminary research that I conducted in 2010. I could also, on a preliminary basis and throughout the research, conduct interviews with members of bodies that comprised the Municipal System of Education in order to understand how the official directions were articulated as the religion in public education and the opinions and practices of professionals in the public school system. Categorized religious practices in public schools in intra-curricular and extra-curricular, and I noticed proselytizing and religious conflicts. Confirmed the initial hypothesis that happened a naturalization of the Christian religious ethos among subjects in public school and this eased naturalization and concealed the contradiction between the declared neutrality of religious school and a practice ostensibly confessional that privileged religious segment and disregarded other forms of belief and not believe in public space maintained by State.

**Keywords:** Public Education; Secularism; Religious Education.

## LISTA DE FIGURAS

|   |        |
|---|--------|
| Figura 1 – Localização de Nova Iguaçu .....                           | p. 29  |
| Figura 2 – Mapa das emancipações .....                                | p. 31  |
| Figura 3 – Divisão em Unidades Regionais de Governo .....             | p. 33  |
| Figura 4 – Tipologia sócio-espacial do município de Nova Iguaçu ..... | p. 35  |
| Figura 5 – Mapa das URG alcançadas pela pesquisa de opinião .....     | p. 63  |
| Figura 6 – Esquema do formulário de Pesquisa .....                    | p. 65  |
| Figura 7 – Dados pessoais.....  | p.66   |
| Figura 8 – Opiniões sobre práticas religiosas na escola pública ..... | p. 67  |
| Figura 9 – Opinião sobre o ensino religioso .....                     | p. 68  |
| Figura 10 – Mural da escola: menina orando.....                       | p. 96  |
| Figura 11 – Símbolos da Páscoa expostos na escola .....               | p. 99  |
| Figura 12 – Elementos simbolizando o corpo e o sangue de Cristo ..... | p. 101 |
| Figura 13 – DVDs utilizados no dia das crianças:.....                 | p. 104 |
| Figura 14 – Cartaz sobre “A Fé na África”.....                        | p. 113 |

## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |       |
|--|-------|
| Gráfico 1 – Religião em Nova Iguaçu – Censo 2000.....  | p. 38 |
| Gráfico 2 – Religião em Nova Iguaçu – Censo 2010 ..... | p. 38 |

## LISTA DE TABELAS

|   |       |
|---|-------|
| Tabela 1 – Religiões em Nova Iguaçu – denominações religiosas –.....                                | p. 39 |
| Tabela 2 – Secretários de Educação de Nova Iguaçu - 2005 a 2012 .....                               | p. 47 |
| Tabela 3 – Valores pagos aos parceiros, por espaço cedido .....                                     | p. 54 |
| Tabela 4 – Parceiros da SEME na educação integral.....  | p. 54 |
| Tabela 5 - Parceiros - instituições religiosas .....  | p. 55 |
| Tabela 6 – Escolas da rede pública municipal .....  | p. 61 |
| Tabela 7 – Abrangência da pesquisa de opinião .....   | p. 62 |
| Tabela 8 – Escolas alcançadas pela pesquisa de opinião – por URG.....                               | p. 64 |
| Tabela 9 – Sexo dos informantes . .....   | p. 68 |
| Tabela 10 – Vínculo empregatício dos informantes .....  | p. 69 |
| Tabela 11 – Formação dos informantes.....   | p. 69 |
| Tabela 12 – Formação Nível Superior .....   | p. 70 |
| Tabela 13 –Formação dos docentes: Pedagogia / outro Curso .....                                     | p. 70 |
| Tabela 14 – Formação dos docentes: outro curso superior .....                                       | p. 71 |
| Tabela 15 – Religião dos informantes .....  | p. 72 |
| Tabela 16 – Opiniões sobre práticas religiosas na escola pública.....                               | p. 74 |
| Tabela 17 – Opiniões sobre práticas religiosas na escola pública /<br>evangélicos e católicos ..... | p. 75 |
| Tabela 18 – Opiniões sobre o oferecimento do ensino religioso.....                                  | p. 79 |
| Tabela 19 – Abrangência do ensino religioso – níveis de ensino.....                                 | p. 80 |
| Tabela 20 – Opiniões sobre objetivos de ensino religioso.....                                       | p. 81 |
| Tabela 21 – Opiniões sobre o formato do ensino religioso.....                                       | p. 82 |
| Tabela 22 – Opiniões sobre o professor de ensino religioso .....                                    | p. 83 |

## LISTA DE SIGLAS

CEDERJ – Centro de Educação Superior do Rio de Janeiro  
CEFET/RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca  
EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil  
FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFITEPS – Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI  
MEC – Ministério da Educação  
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEE – Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro  
SECT – .Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro  
SEMED – Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu  
UCB – Universidade Castelo Branco  
UGB – Universidade Geraldo de Biasi  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UNESA – Universidade Estácio de Sá  
UFF –Universidade Federal Fluminense  
UNIABEU – Abeu Centro Universitário  
UNIDERP – Universidade Anhanguera  
UNIG – Universidade Iguaçu  
UNIGRANRIO – Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy  
URG – Unidade Regional de Governo

## SUMÁRIO

|  |               |
|--|---------------|
| Introdução.....  | p. 16         |
| <b>1. Nova Iguaçu: política, religião e educação.....</b>                              | <b>p. 28</b>  |
| 1.1. Dados gerais sobre o município .....  | p. 28         |
| 1.2. Religião em Nova Iguaçu.....  | p. 36         |
| 1.3. Sistemas educacionais em Nova Iguaçu .....  | p. 41         |
| 1.3.1. Sistema Federal: Ensino Médio e Superior .....                                  | p. 41         |
| 1.3.2. Sistema Estadual: Ensino Fundamental e Médio .....                              | p. 42         |
| 1.3.3. Sistema Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental .....                 | p. 43         |
| 1.4. O Sistema de Educação do Município e a religião nas escolas públicas .....        | p. 44         |
| 1.4.1. Zigue-zague na SEMED – confessionalismo e laicidade em alternância .....        | p. 48         |
| 1.4.1.1. Secretária Marli: pela religião na escola .....                               | p. 49         |
| 1.4.1.2. Secretário Jailson: pela escola laica .....                                   | p. 50         |
| 1.4.1.3. Últimos secretários no período: inércia .....                                 | p. 51         |
| 1.5. Parcerias do horário integral: troca de interesses .....                          | p. 53         |
| <b>2. Opiniões de docentes sobre a religião nas escolas públicas .....</b>             | <b>p. 60</b>  |
| 2.1. As unidades de ensino pesquisadas .....   | p. 61         |
| 2.2. O formulário de pesquisa .....  | p. 65         |
| 2.3. O perfil dos informantes .....  | p. 68         |
| 2.4. Opiniões sobre a presença da religião na escola pública .....                     | p. 73         |
| 2.5. Opiniões quanto à disciplina ensino religioso nas escolas públicas .....          | p. 78         |
| <b>3. Naturalização da religião numa escola pública: proselitismo e conflitos</b>      | <b>p. 85</b>  |
| 3.1. Proselitismo religioso .....  | p. 92         |
| 3.2. Conflito religioso .....  | p. 109        |
| <b>Conclusão .....</b>   | <b>p. 121</b> |
| <b>Referências Bibliográficas.....</b>   | <b>p. 127</b> |
| <b>Apêndice I - Formulário da pesquisa sobre a laicidade na educação pública .....</b> | <b>p. 133</b> |

## Introdução

Nesta dissertação visou analisar a presença da religião no ensino público levando em consideração o princípio da laicidade do Estado. Busco explicitar posicionamentos, atitudes, interesses e influências dentro e fora da escola no tocante à presença ou ausência de elementos e manifestações religiosas neste espaço.

Iniciei os estudos sobre este tema em 2010, ainda na graduação, analisando uma instituição pública de ensino do município de Nova Iguaçu (RJ). A análise resultou na monografia intitulada “A influência da religiosidade no trabalho docente” que apresentei ao final do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Meu pertencimento religioso<sup>1</sup> me ajudou a perceber certos elementos e posturas confessionais expostos pelos profissionais de educação na escola pública e pude problematizar a assimilação de práticas religiosas no contexto escolar. Para isso, exercitei uma atitude constante de distanciamento e estranhamento diante de situações que eram vistas de maneira comum por grande parte dos sujeitos nas escolas, mas que me pareciam fora de contexto, tratando-se de instituições mantidas pelo Poder Público e portanto não confessionais.

A hipótese que levantei foi da ocorrência de uma naturalização do *ethos*<sup>1</sup> religioso cristão entre os sujeitos na escola pública e tal naturalização amenizava e dissimulava a contradição entre a declarada neutralidade religiosa e a prática explicitamente confessional neste espaço. Além disso, esta naturalização da religião implicava em práticas proselitistas e em conflitos entre indivíduos e grupos com posições e interesses distintos acerca da religião dentro da escola pública.

Categorizei as práticas religiosas na escola em duas formas: a forma extra-curricular e a intra-curricular. A primeira refere-se à presença religiosa na educação pública de maneira informal, não prevista legalmente nem tampouco institucionalizada. Essa forma era explicitada pela inserção de crenças e valores religiosos nas práticas cotidianas por parte de professores e coordenadores. Esses profissionais aproveitavam quaisquer oportunidades para expor aspectos de sua religião à coletividade. Tais situações ocorreram geralmente na

---

<sup>1</sup> Desde minha infância faço parte da Igreja Batista, atuando juntamente com lideranças locais nesta denominação religiosa, sendo ordenado pastor em 2005 e tendo cursado Bacharelado em Teologia no Seminário Teológico Batista (2003) e no Centro Universitário Metodista Bennett (2009).

<sup>1</sup> Minha inspiração sobre o *ethos* religioso partiu da leitura dos estudos de Luiz Fernando Dias Duarte (2006; 2009).



informalidade, como na exposição de um texto ou imagens considerados sagrados, na audição de uma música do repertório sacro, na reflexão sobre uma divindade e/ou valores religiosos em reuniões com professores ou em sala de aula e na prática de oração coletiva. Assim a forma extra-curricular era naturalizada e pouco questionada pelos sujeitos envolvidos no campo pesquisado que tenderam a considerar a prática pertinente mesmo estando num espaço mantido pelo Poder Público.

No formato intra-curricular, considero a presença da religião no currículo de forma prevista pela legislação e também acordada em planejamentos de equipes pedagógicas, da instituição ou do sistema de ensino. Com base na legislação atual, percebi que a expressão mais visível dessa presença religiosa intra-curricular referia-se à disciplina ensino religioso. Tal disciplina mereceu espaço considerável em minha pesquisa ainda que a rede de ensino de Nova Iguaçu não oferecesse o ensino religioso. A própria ausência da disciplina se constituiu como importante ponto de pesquisa junto aos órgãos que compunham o Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu, uma vez que a legislação municipal previa a implantação da disciplina na rede.

É importante ressaltar que mesmo a disciplina não constando no currículo, havia elementos religiosos expostos aos alunos que se caracterizaram como uma forma intra-curricular, como pôde ser constatado pela dinâmica de desenvolvimento dos projetos na escola observada. Tais projetos, pautados em temáticas religiosas com sentidos prescritivos para algumas comemorações, favoreciam certo segmento religioso. Dessa forma, algumas músicas, imagens e atividades em grupo não ocorriam apenas na informalidade, mas eram planejadas pelas equipes pedagógicas e compunham os projetos a serem desenvolvidos na escola. Esses projetos, realizados nos horários normais das aulas, sobrepunham-se aos conteúdos curriculares a fim de inserir claramente a religião no currículo escolar.

Ao pesquisar sobre a presença da religião nas escolas públicas e as implicações de acordo com a atual legislação encontrei um número escasso de trabalhos acadêmicos no Brasil. No Banco de Teses do Observatório da Laicidade do Estado (OLE)<sup>2</sup>, no período de 2001 a 2010 constam 71 dissertações de mestrado e dez teses de doutorado com temas ligados à religião no ensino público. Muitos desses trabalhos traziam uma abordagem com viés prescritivo sobre o ensino religioso, sendo mais uma defesa da disciplina do que uma análise crítica que ponderasse as contradições dessas práticas diante do princípio da laicidade

---

<sup>2</sup> Observatório da Laicidade do Estado, que integra o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLE- NEPP-DH-CFCH-UFRJ)

do Estado. Outros, no entanto, problematizavam a disciplina e percebiam que além da forma intra-curricular, ocorriam práticas religiosas extra-curriculares que tendiam ao proselitismo, contrariando o caráter laico da instituição pública.

Em razão disso, considerei pertinente abordar de maneira crítica essa discussão. Para isso, tomei por base estudos desenvolvidos em vários países como México, Canadá, Itália, França e Brasil, percebendo que em cada nação a laicidade assumiu contornos distintos. Nesse sentido, recorri às teorias de Blancarte (2000;2008), Bobbio (2002), Zanonne (2002), Milot (2008), Baubérot (2008), no plano internacional; e também aos estudos de Cury (2004), Cavaliere (2006), Fischmann (2008), Cunha (2008) e Caputo (2012), no Brasil. Esses e outros estudiosos apresentaram a definição de um Estado laico e problematizaram a presença da religião em espaços públicos.

No esforço para definir o termo laicidade, necessitei remontar à origem da palavra e o desenvolvimento histórico que levou à atual compreensão. Nesse processo, mostrou-se útil distinguir o conceito de laicidade frente a outros conceitos, muitas vezes postos como próximos e inseparáveis, mas que se revelaram independentes e até antagônicos.

Roberto Blancarte (2000; 2008) mostrou que o termo laicidade caracterizou principalmente a forma como a esfera política passou a legitimar sua atuação por meio da soberania popular e não mais pelo poder religioso. O termo “laico” teve origem no ambiente religioso, distinguindo as pessoas que não faziam parte do clero (laikos = povo) e o termo secular se referia ao que não estava sob o domínio da religião. O uso desses termos foi se alterando conforme as épocas, locais e circunstâncias, chegando ao final do século XIX nas sociedades ocidentais a designar “um espaço temporal independente da influência religiosa” (BLANCARTE, 2008, p. 11).

Assim Blancarte explicitou a laicidade como um processo e não como um estado de coisas definidas. Essa concepção foi importantíssima à visão atual sobre o termo, considerado como fruto de toda história e reflexão por um Estado onde o governo democrático fosse livre de preferências religiosas. O próprio processo de laicização do Estado mostrou-se historicamente gradual. Nesse sentido, foi visto na história de muitos Estados Nacionais a passagem por períodos de processo de laicização seguido por outros períodos de retorno a alianças com religiões, sendo o México um claro exemplo desse fenômeno. Dessa forma a laicidade se revelou não como algo rígido e definitivo, mas sim como fruto de vontade de povos, grupos e governos, no anseio por isentar o Poder Público de decisões subjugadas pela religião e de manter essa posição nas diversas áreas do Estado.

Com base nessa perspectiva a legislação e as políticas públicas de um Estado laico não estariam atreladas ao desejo de entidades religiosas nem à crença dos próprios legisladores, mas ao respeito à vontade de uma maioria e proteção dos direitos dos grupos minoritários, garantindo assim a livre consciência e liberdade de escolha. Nesse sentido, o Estado laico foi visto não como algo anti-religioso ou anticlerical, mas como o primeiro passo para as liberdades religiosas .

Norberto Bobbio (2002) distinguiu a laicidade de uma atitude anti-clerical e ressaltou o caráter neutro do Estado mostrando a importância da tolerância e da liberdade religiosa:

O reconhecimento da liberdade religiosa deu origem aos Estados não confessionais; o reconhecimento da liberdade política, aos Estados democráticos. Um e outro reconhecimento são a mais alta expressão do espírito laico que caracterizou o nascimento da Europa moderna, entendendo-se esse espírito laico como o modo de pensar que confia o destino do *regnum hominis*, mais a razão crítica que aos impulsos da fé, ainda que sem desconhecer o valor de uma fé sinceramente experimentada, mas confiando a adesão a ela à livre consciência individual (Bobbio, 2002, p. 149)

Ao criticar o documento sobre laicidade, lançado em 1998, Bobbio explicitou melhor seu posicionamento, recusando-se apoiar o texto por considerar a forma de escrita agressiva à religiosidade das pessoas, anti-clerical e tendendo para o que chama de mais “laicista do que laica”. Num artigo publicado na revista *La Republica* e reproduzido na Espanha pelo jornal *El Mundo* (17-11-1999), ele afirmou o seguinte:

El Manifiesto me ha parecido más laicista que laico. Cuando se lamenta la “debilidad del laicismo”, por estar “desarmado y desorganizado”, me confirmo en mi primera impresión: el laicismo que necesite armarse y organizarse corre el riesgo de convertirse en una iglesia enfrentada a las demás iglesias. Hace unos años escribí lo siguiente: “Cuando una cultura laica se transforma en laicismo, pierde su inspiración fundamental, que es la de no cerrarse en un sistema de ideas y de principios definitivos de una vez por todas”. Y añadía: “El espíritu laico no es en sí mismo una nueva cultura, sino la condición para la convivencia de todas las posibles culturas. La laicidad expresa más bien un método que un contenido. Tanto es así que, cuando decimos que un intelectual es laico, no intentamos atribuirle un determinado sistema de ideas, sino que estamos diciendo que independientemente de cuál sea su sistema de ideas, no pretende que los demás piensen como él y rechaza el brazo secular para defenderlo”

O espírito laico na história do pensamento também foi abordado por Bobbio (1997, p.86), explicando que

por “espírito laico” entende-se a conduta mental e moral da qual nasceu o mundo moderno, as filosofias mundanas, a tendência dedicada ao domínio da natureza, a idéia de progresso pelo saber e da difusão das Luzes, e sobretudo a idéia de tolerância das diversas fés, entre as quais também as diversas fés políticas.

Acrescentou ainda que as práticas institucionais da sociedade moderna e civil foram permeadas por esse espírito laico. Insistiu em discorrer sobre um espírito laico e não sobre

uma cultura laica, pois entendeu que uma cultura que se posicione entre o marxismo e o Cristianismo não existe, pois entre esses dois pólos muitos “ismos” estariam se posicionando. Falou também de um espírito laico que seria o espírito crítico contra o dogmático, podendo haver segundo ele marxistas laicos e marxistas rígidos, católicos laicos e católicos sectários.

No *Dicionário de Política*, organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002), o artigo sobre a temática da laicidade trouxe o termo *laicismo*, de autoria de Valério Zanone, usado com outra conotação, sendo compreendido por este autor como a própria laicidade e não como o “espírito laicista” citado negativamente por Bobbio. Zanone expôs o laicismo como o termo latino que se aproximou do usado na política anglo-saxônica *secularism* e distinguiu o laicismo (laicidade) do que chamou de uma ideologia “laicista”, que seria uma ideologia irreligiosa ou anti-religiosa.

Zanone explicou o Estado leigo (laico)<sup>3</sup> como sendo o contrário de um Estado confessional, pois defenderia a autonomia das instituições públicas de modo a buscar a separação jurídica entre Estado e Igrejas e a garantia de liberdade a todos os cidadãos diante de ambos os poderes. De acordo com tal conceito não poderia haver imposição religiosa aos cidadãos de forma alguma. Além disso rejeitou os sistemas teocráticos e também aqueles em que o Estado subjuga a religião. A influência das instituições religiosas na vida pública poderia ser aceita desde que decorresse de seu peso social e não de gozo de qualquer privilégio junto ao Estado. A igualdade de direitos diante deste seria assegurada a todas as religiões sem distinção.

Micheline Milot (2008) explicitou a diferença entre a laicidade e o processo de secularização da sociedade, explicando a secularização como uma perda progressiva da pertinência social e cultural da religião e como marco normativo que orientava condutas e vida moral. Sem maiores conflitos ou debates, as consciências foram adquirindo maior autonomia diante da religião. Já a laicidade caracterizou as instituições sociais e políticas ganhando independência de qualquer confissão. Milot considerou a separação entre político e religioso como condição essencial para o exercício da justiça política relacionada com liberdade de consciência de uma sociedade democrática.

---

<sup>3</sup> A expressão “Estado Leigo” foi abandonada e substituída pela expressão “Estado Laico” - Glosário disponível no site do Observatório da Laicidade do Estado, que integra o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLE-NEPP-DH-CFCH-UFRJ), Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/conceituacao1.html>. Acessado em janeiro de 2012.

A autora mostrou que a laicidade não chegou da mesma maneira em todas as instituições e em todas as facetas de regulação política. Dependendo do país estudado, o Direito pode ter se liberado há muito tempo das influências das instituições religiosas e o mesmo pode não ter ocorrido na educação, e vice-versa.

Jean Baubérot (2008) defendeu que a questão da laicidade não foi algo de exclusividade da cultura francesa, mas um fenômeno internacional. O autor constatou que o conceito chegou à França graças a transferências culturais. Baubérot mostrou que o caso francês teve sua singularidade devido ao longo processo histórico vivido naquele país. Argumentou que em 2005, quando a população francesa foi perguntada sobre sua opinião acerca da característica da laicidade, obteve-se o resultado onde 90% das respostas se concentravam em três aspectos: 1. pôr todas as religiões num mesmo nível; 2. separar religião e política; e 3. assegurar a liberdade de consciência. O autor afirmou que esta definição estava arraigada nos franceses desde final do século XIX e início do XX.

O autor lembrou que a laicidade na França foi iniciada na escola. Isso se deu ao mesmo tempo em que se propôs a universalização da instrução, em fins do século XIX, com o então ministro da educação pública, Jules Ferry. Sobre esse assunto, o texto sobre a laicidade na França disponibilizado no site do Observatório da Laicidade do Estado da UFRJ mostrou que, ao contrário do radicalismo com que a literatura educacional tratou o assunto, a reforma liderada pelo protestante Jules Ferry se deu de forma gradual, tendo o ministro pedido temperança as autoridades escolares durante a implantação dessa reforma<sup>4</sup>.

Carlos Roberto Jamil Cury (2004) analisou a realidade brasileira quanto à laicidade e, particularmente sobre a recorrente polêmica acerca do ensino religioso nas escolas públicas. Analisou também a legislação vigente no Brasil e mostrou que o princípio de liberdade religiosa permeou os textos legais, em especial a Constituição Federal de 1988, ressaltando a dignidade da pessoa humana e o repúdio a qualquer tipo de discriminação. Porém o autor percebeu que as pressões de grupos religiosos durante o processo constituinte acabaram por incluir na Carta Magna o artigo que prescrevia o ensino religioso como disciplina escolar a ser lecionada na escola pública.

O mesmo ocorreu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, alterada pela lei 9497/97, que incluiu a disciplina com caráter facultativo, mas como “parte integrante da formação básica do cidadão” (artigo 33). Além disso, a referida lei orienta os

---

<sup>4</sup> OLE – Observatório da Laicidade do Estado. **Glossário**. Disponível em <<http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/franca.html>>, acessado em janeiro de 2012.

sistemas de ensino a ouvirem entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas para definição dos conteúdos da disciplina ensino religioso (art. 33, § 2º).

Para Cury isso foi algo delicado, pois o texto previu um consenso entre as diversas denominações religiosas, de onde emanariam os conteúdos, mas tal consenso não ocorreu na prática. O autor defendeu o respeito a todas as tradições religiosas, compreendendo assim a pluralidade cultural dos diferentes modos de compreender a religião.

Roseli Fischmann (2008) apresentou estudos relevantes sobre a laicidade no Brasil, dedicando especial atenção à análise da situação da educação pública em relação à presença religiosa. Nesse sentido, na história do Brasil, marcada pela união por quatro séculos entre a Coroa e a Igreja Católica, desfazer essa ligação no campo educacional, tem se mostrado difícil ao ponto de permanecer na legislação o apoio ao ensino religioso a ser ministrado em escolas públicas.

Fischmann questionou a inserção dessa disciplina nas escolas públicas por se tratar de um ensino ministrado a crianças de uma faixa etária iniciada aos sete anos de idade. Nessa fase os pais ou responsáveis das crianças se encarregariam de orientá-las numa confissão religiosa ou mesmo optar por não orientar a criança em qualquer credo. O problema se daria com a chegada da criança à escola diante de um professor que ensinasse outro credo, tendo assim a criança que gerenciar o conflito interior entre duas figuras de autoridade: a família e a escola. Como a própria lei vedou qualquer forma de proselitismo na escola pública, Fischmann alertou para prática de professores que, mesmo que tivessem as melhores intenções, ministravam conteúdos religiosos que diferiam dos ensinados na família do aluno.

Ana Maria Cavaliere e Luiz Antônio Cunha (2007) mostraram a perda da exclusividade da Igreja Católica diante do Estado brasileiro, e que essa confissão continuou a reivindicar a prática do ensino religioso em escolas públicas, sendo acompanhado por outros segmentos religiosos, como os evangélicos que, contrariando as lutas travadas na década de 1930 em prol da laicidade do Estado, se mostraram em grande parcela favoráveis a tal disciplina escolar.

Cavaliere (2006) apresentou uma pesquisa sobre a prática da disciplina ensino religioso nas escolas estaduais, conforme prescrita pela legislação do estado do Rio de Janeiro. Constatou que o ensino religioso muitas vezes ocupava “espaços para além de sua função prevista em lei [...], ‘colonizando’ áreas da vida escolar relativas à formação geral e à orientação educacional” (CAVALIERE, 2006, p. 3). O ensino religioso vinha sendo associado aos temas transversais, e relacionado à interdisciplinaridade e formação para cidadania:

A grande maioria das justificativas para a presença do ensino religioso na escola se vale de raciocínios que o caracterizam como um recurso para que se apaziguem os ânimos, se enfrentem os problemas de ordem psicopedagógica, se orientem os jovens do ponto de vista moral, ético, e para a solidariedade social. (CAVALIERE, 2006, p. 4).

Falas de professores e alunos analisadas pela autora expuseram que suas expectativas sobre o ensino religioso, extrapolavam a previsão legal. Esta disciplina assumiu entre os sujeitos uma solução diante da agressividade dos alunos e perda de autoridade da escola frente à indisciplina e problemas de relacionamento entre alunos e professores. Porém essa mesma disciplina mostrou-se problemática.

A defesa da religião como parte da formação integral do homem, presente inclusive no texto da LDB, leva à conclusão lógica de que os educados sem religião são carentes de algo. Assim, as mazelas sociais poderiam estar relacionadas a essa ausência. Uma de nossas conclusões, após realizar entrevistas e observações durante dois anos, é que a ameaça do descontrole social tem sido o fundamento para a atuação do ensino religioso nas escolas do Rio de Janeiro e está na base do discurso dos professores que o defendem. (CAVALIERE, 2006, p. 7)

O modelo confessional de ensino religioso orientado pela legislação do estado do Rio de Janeiro mostrou-se ainda mais difícil em sua administração. Para Cavaliere, com a adoção deste modelo, as escolas se tornariam auxiliares dos templos religiosos nas propagações de dogmas e doutrinas. Mostrou ainda que os idealizadores da disciplina no ano 2000 a concebiam como sendo voltada a uma formação religiosa nas escolas. A Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC), ao apoiar este modelo confessional, rejeitou as ideias acerca de um ensino de valores ou de ética ou mesmo de história das religiões. Porém as resistências ao ensino religioso confessional nas escolas vieram até mesmo da parte dos próprios professores da disciplina contratados pelo Estado. Para estes, a prática de uma disciplina no modelo proposto pela SEEDUC revelou-se propensa a divergências entre os alunos que nem sempre professavam o mesmo credo ensinado, servindo muito mais ao conflito religioso do que à convivência tolerante e pacífica entre os diversos credos.

Stela Guedes Caputo (2012) continuou a discussão ao analisar o fator discriminatório da disciplina confessional diante de religiões minoritárias como no caso do Candomblé. A autora mostrou o quanto alunos seguidores de religiões de origem afro-brasileira foram silenciados nas escolas públicas que geralmente ofereceram o ensino católico ou evangélico. Caputo analisou a contratação dos professores de ensino religioso, a partir de uma entrevista com a coordenadora de ensino religioso do Rio de Janeiro em 2005, obtendo os seguintes dados sobre a contratação de professores de ensino religioso na rede estadual:

A coordenadora informou que, dos professores aprovados, 68,2% ministram aulas da religião católica. Em seguida estão os evangélicos (26,31% e os de outras religiões (5,26%). De acordo com a coordenadora essa divisão foi realizada com base em pesquisa feita em 2001, na rede pública de ensino estadual, que teria revelado que havia 65% de alunos católicos, 25% de evangélicos, 5% de outras religiões e 5% sem credo. Segundo a coordenadora, nesses 5% de outras religiões estão a umbanda (com 5 professores contratados), o espiritismo segundo Alan Kardec (com 3 professores contratados) a Igreja Messiânica (com 3 professores contratados) e Mórmons (com 1 professor contratado).

Ainda de acordo com a coordenadora, 24 professores de “outras religiões” foram aprovados, mas apenas 12 conseguiram credenciamento, obtido segundo alguns critérios. “o credo, para ser aprovado, precisava cultuar ao Deus único ter CNPJ e estatuto de funcionamento”. Para explicar por que o candomblé ficou de fora, a coordenadora resumiu: “Não temos registro na pesquisa realizada em 2001 de alunos que praticam o candomblé”. Perguntei à coordenadora se ela tinha conhecimento de que, historicamente, as pessoas que cultuam o candomblé omitem sua opção religiosa por medo de serem discriminadas. Ela disse que sim, e que isso era um problema, mas que era difícil mudar essa realidade. (CAPUTO, 2012, p. 200)

Como visto, num modelo confessional, a ênfase dada à religião predominante abafou os credos minoritários e criou espaço para entrada maciça de representantes dessas religiões nas escolas públicas. O predomínio de professores de religiões cristãs se legitimou pelas pesquisas sobre religião promovidas pela secretaria, sem considerar que credos minoritários não apareceram nos dados devido à frequente discriminação religiosa no Brasil.

Caputo revelou que os poucos professores de ensino religioso contratados pelo Estado que representaram a Umbanda (apenas cinco, dos 500 contratados em 2004) passaram por dificuldades ao tratar da religião numa perspectiva histórica, e não proselitista. Em seu estudo, Caputo apresentou o seguinte parecer diante de uma prática proselitista nas escolas onde pesquisou o ensino religioso:

É esse modo perverso de especialização que considero ter sido reforçado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro ao estabelecer o ensino religiosos no Estado, sendo a maioria dos professores contratados é católica, seguida de evangélicos. Esse mecanismo, inquestionável para a maior parte dos professores, faz com que os professores de ER dessa escola sigam convertendo ou tentando converter seus alunos, embora digam que apenas “passam valores”. (CAPUTO, 2012, p. 218)

Os estudos desenvolvidos pelos autores apontados demonstram a contradição entre laicidade do Estado e a prática evidentemente religiosa e proselitista nos espaços públicos. Diante desse contexto, me dediquei aos trabalhos de campo a fim de avançar na temática da religião nas escolas públicas

A amplitude da temática me levou a adotar uma metodologia complexa, aliando pesquisa qualitativa e quantitativa. Assim, escolhi os seguintes instrumentos metodológicos:



levantamento bibliográfico, pesquisa documental<sup>5</sup>, entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, observações, anotações em caderno de campo, registros fotográficos<sup>6</sup>, gravações de eventos em áudio e em vídeo<sup>7</sup> e pesquisa de opinião.

Realizei dois trabalhos de campo, o primeiro amostral e pontual, composto por uma pesquisa de opinião com professores da rede municipal de ensino, e o segundo, profundo e de longa duração, com observação de uma escola no período de 2011 a 2012, somando a resultados preliminares obtidos em 2010. Os dois trabalhos tiveram alguns pontos de interseção, dentre eles, o relevante fato do trabalho qualitativo fornecer base para a formulação das questões aplicadas no quantitativo. Também pude complementá-los com uma análise da questão no âmbito dos órgãos que compunham o Sistema Municipal de Educação<sup>8</sup>, realizando de forma preliminar e ao longo da pesquisa, entrevistas com membros desses órgãos a fim de perceber como se articulavam os direcionamentos oficiais quanto à religião no ensino público e as opiniões e práticas dos profissionais nas escolas da rede.

Tomando por base tais considerações, organizei a presente dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo apresento o município de Nova Iguaçu, com um breve histórico, sua conjuntura política, bem como seu atual perfil religioso. Além disso, disserto sobre a educação no município, considerando os Sistemas Federal, Estadual e Municipal. Dos três sistemas, enfatizei o Sistema Municipal de Ensino, sua legislação e sua configuração em relação ao aspecto religioso nos últimos anos.

Nesse capítulo são apresentadas as entrevistas realizadas com membros do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Permanente em Defesa da Escola Pública de Nova Iguaçu.

---

<sup>5</sup> A parte documental desta pesquisa foi composta por análise de legislações, documentos oficiais de confissões religiosas, projetos elaborados por equipes pedagógicas, notícias divulgadas em sites oficiais da prefeitura, e etc.

<sup>6</sup> As fotografias foram autorizadas pela direção da escola, desde que preservassem a identidade de alunos e docentes. Inserir algumas destas fotografias ao longo do texto desta dissertação.

<sup>7</sup> Durante as observações na escola registrei alguns eventos em áudio para facilitar a análise das falas dos sujeitos em eventos de cunho religioso. O único registro gravado em vídeo foi feito num evento na escola que foi aberto ao público no ano de 2012 e serviu para posterior análise do ritual da páscoa que detalho no capítulo terceiro desta dissertação.

<sup>8</sup> A lei municipal 3.881, de 05 de novembro de 2007, institui o Sistema Municipal de Educação de Nova Iguaçu e cita os seguintes órgãos e entidades que constituem este sistema: I. Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (SEMED); II. Conselho Municipal de Educação (CME) e demais Conselhos instituídos por força de lei específica e pertinentes à Secretaria Municipal de Educação do Município; III. Instituições públicas municipais de educação básica; IV. instituições de Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, nas suas diferentes categorias; V. órgãos e entidades com fins educacionais, mantidas ou não pelo Poder Público Municipal, com ações vinculadas ao Sistema Municipal de Educação.” (Art. 2º). A mesma lei diz que a SEMED estimulará o funcionamento do Fórum Permanente em Defesa da Escola Pública, “colegiado organizado pela sociedade civil, com funções propositivas e de controle e mobilização social em defesa da educação” (Art. 11 ). Fiz contato com este Fórum, com o CME e com a SEMED a fim de complementar os trabalhos de campo nas escolas desta rede municipal de ensino.

Tais entrevistas revelaram a pouca ênfase dada à temática nas reuniões destes dois órgãos. Analiso também entrevistas com gestores e ex-gestores da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que atuaram no período de 2005 a 2012 e seus posicionamentos quanto à presença da religião nas escolas públicas durante cada gestão neste período.

Destaco ainda as observações relativas aos posicionamentos da equipe gestora no ano de 2012 e exponho dados relevantes quanto às parcerias da SEMED com instituições religiosas na manutenção do horário integral na educação pública. Esse trabalho preliminar, aliado à pesquisa de opinião e à observação de uma escola da rede, permitiu uma visão ampla da questão estudada no município.

No segundo capítulo apresento uma pesquisa de opinião que realizei em 2012, na qual foram coletados os posicionamentos de 60 professores de quinto ano de ensino fundamental de 35 escolas da rede municipal de ensino. Para isso, utilizei um formulário elaborado com 19 questões, sendo 4 questões sobre dados pessoais dos entrevistados, 10 sobre as práticas religiosas na escola pública e 5 questões sobre o ensino religioso. Na análise das respostas pude compará-las de acordo com o pertencimento religioso dos informantes. Nessa pesquisa de opinião levei em conta aspectos religiosos intra-curriculares e extra-curriculares que geraram em Nova Iguaçu um cenário sem similar nacional.

No terceiro capítulo abordo a análise do micro contexto de uma escola pública. Nessa análise, aproveito-me de registros que fiz no ano de 2010 e mostro em detalhes a imersão na escola durante os anos de 2011 a 2012. Apresento a análise de observações em sala de aula, em reuniões pedagógicas, em eventos e também a realização de entrevistas com professores e funcionários. A partir dos dados coletados foi possível perceber que o ambiente declarado neutro por seus gestores mostrou-se rico em expressões religiosas, tanto intra-curriculares quanto extra-curriculares. Observei alguns elementos religiosos que foram reforçados pelos sujeitos e outros que foram negados, numa naturalização do religioso que implicava em proselitismo e conflitos relacionados a questão religiosa.

Cabe acrescentar que a opção metodológica, partindo de uma análise ampla até chegar ao micro-contexto da escola, me permitiu aliar diferentes instrumentos de coleta de dados de acordo com o objeto pesquisado e fazer a devida análise de forma a cruzar dados e comparar diferentes discursos e falas de sujeitos distintos sobre a mesma realidade (FONSECA, 1999, p. 64).

As conclusões a que cheguei com este trabalho evidenciaram os embates e interesses implícitos ao se inserir determinadas manifestações e símbolos religiosos no espaço público. Almejo que os registros de práticas religiosas no espaço público sejam vistos como um alerta

e como uma chamada à reflexão e ao diálogo a fim de evitar imposições religiosas e buscar uma convivência pacífica, tolerante e respeitosa diante das diferentes formas de posicionar-se diante da religião na atualidade.

Espero que essa pesquisa realizada, num município da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, possa contribuir e dialogar com outras pesquisas que interpretem a legislação sobre a religião na educação pública nos diversos sistemas educacionais e observem como se dá a prática nas escolas públicas.

# Capítulo 1

## Nova Iguaçu: Política, religião e educação

Viver na Cidade de Nova Iguaçu<sup>9</sup>, desde meu nascimento até a presente data, me favoreceu ao discorrer sobre a região, a sociedade e a educação neste lugar. O aprofundamento requerido pela pesquisa me serviu para observar o município de forma clara, com seus contrastes históricos, territoriais, econômicos e sociais.

### 1.1. Dados gerais sobre o município

Nova Iguaçu está localizado a 33 km do centro da capital do Rio de Janeiro e faz parte da Baixada Fluminense, Região Metropolitana do Estado. O município é o segundo maior da Região Metropolitana e o quarto mais populoso do estado do Rio de Janeiro, com cerca de 800 mil habitantes numa área de 521,4 km<sup>2</sup>. Seu índice de desenvolvimento humano é de 0,766, sendo considerado de médio desenvolvimento humano e ocupa a 45<sup>o</sup> posição no ranking do Estado<sup>10</sup>. Sua população tem uma proporção um pouco maior de mulheres (52,1% do total) do que de homens (47,9%).

O perfil de sua população é jovem, sendo 15,7% do total com idade entre 6 e 14 anos e 17,1% com idade entre 15 e 24 anos. Assim os habitantes com menos de 25 anos representam 32,8% da população e a média de idade é de 28 anos. Ainda segundo o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - 2010), 95,4% da população é alfabetizada.

Nova Iguaçu tem seus limites com os municípios de Miguel Pereira (norte), Duque de Caxias (nordeste), Japeri (noroeste), Rio de Janeiro (sul), Mesquita (sudeste), Seropédica (sudoeste), Belford Roxo (leste) e Queimados (oeste). Um terço de sua área é constituída por florestas (mata atlântica), das quais 63% é de preservação ambiental.

---

<sup>9</sup> Nova Iguaçu foi fundada em 1833 e teve seu nome alterado algumas vezes ao longo de sua história até chegar a atual nomenclatura. Hoje o nome oficial do município é definido pela lei complementar 006 de 12 de Dezembro de 1997 que diz em seu artigo 1<sup>o</sup> que “o município de Nova Iguaçu passa a chamar-se **Cidade de Nova Iguaçu**” [grifo meu]. Durante o presente texto a referência a este município seguirá o uso comum adotado pela população referindo-se ao município simplesmente como “Nova Iguaçu”.

<sup>10</sup> Dados da prefeitura municipal de Nova Iguaçu, disponível em <http://www.novaiguacu.rj.gov.br>, acessado em maio de 2012.



Seguindo esta linha de estudos, André Santos da Rocha (2006) constatou que a região serviu historicamente como suporte da expansão urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro. Observou também que o surto de crescimento e urbanização que a região experimentou em meados do século XX foi impulsionado por investimentos na área da metalurgia, eletricidade e mecânica e pela implantação de uma malha rodoviária e ferroviária que facilitou o transporte de cargas e de passageiros para a capital e atraiu contingente populacional. Essa malha viária favoreceu para que expressiva parcela da população de Nova Iguaçu se deslocasse para municípios vizinhos, principalmente para a capital, a fim de trabalhar ou estudar.

Atualmente as principais vias que cortam o município neste deslocamento para outras cidades são: A Rodovia Presidente Dutra (BR-116), que liga o Rio de Janeiro a São Paulo e é o eixo de integração de Nova Iguaçu com pólos nacionais; a BR 465, antiga Rio São Paulo, com extensão de seis quilômetros, que passa na região sudoeste do município, ligando a Rodovia Presidente Dutra à Avenida Brasil<sup>11</sup>; a Avenida Abílio Augusto Távora (RJ 105), que liga o centro do município à BR 465; e a Via Light, que faz a ligação do centro de Nova Iguaçu aos municípios de Nilópolis e São João de Meriti e chega ao bairro da Pavuna, no município do Rio de Janeiro.

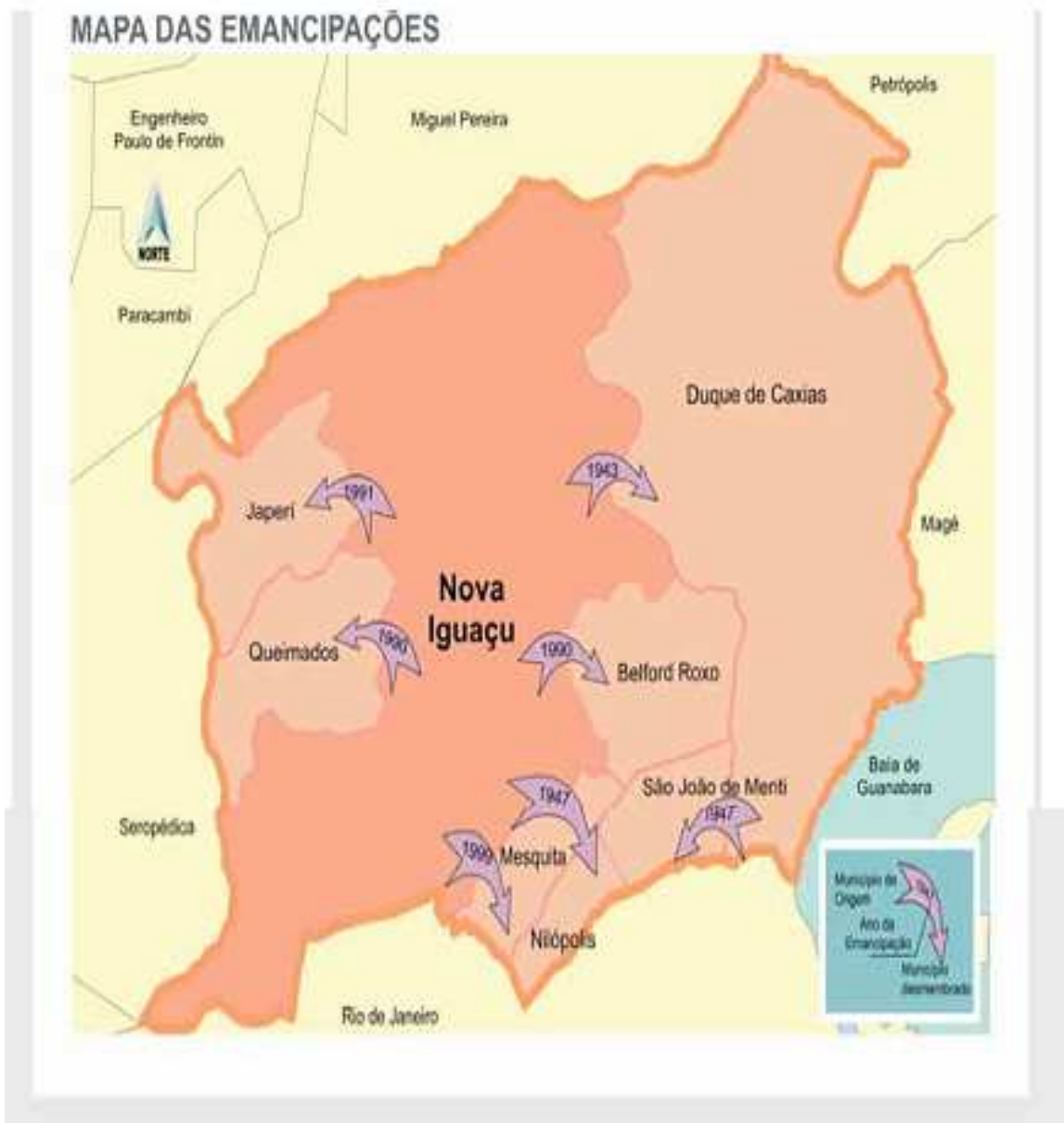
Elaine Cristina Ozório (2007), ao analisar a malha viária do município percebeu que Nova Iguaçu, na década de 1940, se tornou uma das principais cidades do estado, mesmo com as emancipações de Duque de Caxias<sup>12</sup> e Nilópolis nesta década. Porém na segunda metade do século XX esta situação foi abalada com as emancipações de Belford Roxo (o mais populoso) e de Queimados (com o pólo industrial) além de Japeri e de Mesquita. O mapa abaixo apresenta a seqüência de emancipações de novos municípios originários da área de Nova Iguaçu:

---

<sup>11</sup> A Avenida Brasil é uma via que liga o Centro da Cidade do Rio de Janeiro à Zona Oeste da capital carioca.

<sup>12</sup> O município de Duque de Caxias, ao se emancipar de Nova Iguaçu, englobava a área de São João de Meriti que tornou-se município independente alguns anos depois da emancipação de Duque de Caxias.

Figura 2 - Mapa das Emancipações



Fonte: Atlas de Nova Iguaçu, Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

Ozório (2007, p. 27) percebeu as mudanças no município que o configurou como

subúrbio-dormitório que se expressa através do grande percentual da população economicamente ativa do município que se desloca diariamente, por transporte rodoviário e ferroviário, em direção a diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo dados do IBGE, em 2010, 126.855 pessoas residentes em Nova Iguaçu exerciam seu trabalho principal fora do município e 22.496 pessoas estudavam em outras

idades<sup>13</sup>, totalizando 149.351, o que representava 19% da população. Grande parte deste contingente se dirigia à capital do Rio de Janeiro:

O deslocamento diário da população da Baixada em direção à capital ainda é uma marca da região, conservando em grande medida o aspecto de “cidades-dormitório”, característico do seu processo de adensamento populacional iniciado em meados do século XX. Certamente o crescimento de alguns municípios da região e o desenvolvimento de atividades industriais, assim como do comércio e serviços já possibilita alternativas de trabalho e estudo na própria região para uma parcela expressiva dos indivíduos que ali residem. Contudo, quando comparamos a taxa de deslocamento intermunicipal para trabalho ou estudo dos municípios da Baixada com a taxa apresentada pela capital, fica nítida a relação de dependência que aquela população ainda mantém com a cidade do Rio de Janeiro. (BRASIL, 2005)

Ainda assim muitas oportunidades de trabalho foram abertas no município sendo crescente o número de pessoas vindas de outras cidades para trabalhar ou estudar em Nova Iguaçu.

O Produto Interno Bruto do município, em 2008, era de 8,4 bilhões de reais – o sexto do estado do Rio<sup>14</sup>. O PIB per capita, era de R\$ 9.771,98. A economia contava então com maior atividade no setor de serviços, que representa 77,88% do PIB do município, seguido da indústria, com 14,22%<sup>15</sup>.

O crescimento foi desordenado e acompanhado pela falta de infra-estrutura básica como esgoto, pavimentação e água tratada, além da carência de serviços públicos essenciais como saúde, segurança e educação. A região ficou conhecida pela precariedade de condições de vida de significativa parte de sua população com grande incidência de pobreza e violência.

As desigualdades sociais no município são percebidas até mesmo em sua divisão administrativa. Nesta divisão, os 68 bairros foram agregados em nove Unidades Regionais de Governo<sup>16</sup> (URG): Centro, Posse, Comendador Soares, Austin, Km-32, Tinguá, Miguel Couto, Vila de Cava e Cabuçu.

---

<sup>13</sup> Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em novembro de 2012.

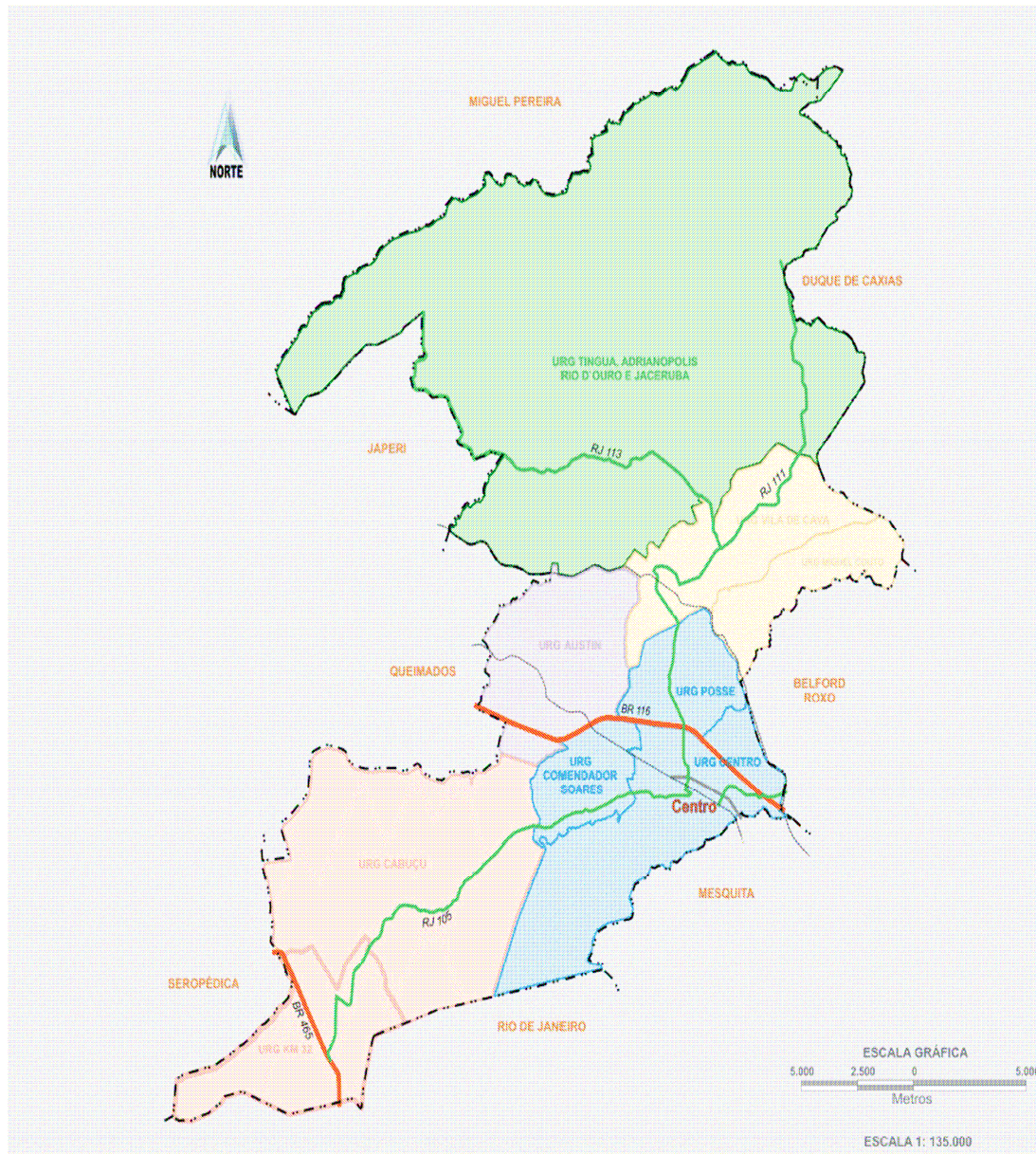
<sup>14</sup> Dados do IBGE, 2005, In: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, disponível em <http://www.novaiguacu.rj.gov.br>, acessado em novembro de 2012.

<sup>15</sup> Dados do IBGE, 2008, disponíveis em <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/apresentacao.php> acessado em novembro de 2012.

<sup>16</sup> PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Lei Complementar 006 de 1997**. Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências. Disponível em <http://www.issmaisfacil.novaiguacu.rj.gov.br/pcni/legislacao/Lei006.pdf>, acessado em junho de 2012.



Figura 3 – Divisão em Unidades Regionais de Governo



Fonte: Atlas de Nova Iguaçu, Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu

A URG do centro tem maior concentração de recursos econômicos, ao passo que as periferias caracterizam-se por elevados índices de pobreza. Um estudo do Observatório das Metrôpoles<sup>17</sup> sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, ao utilizar a categoria sócio-

17 Observatório das Metrôpoles - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro - "...é um grupo de pesquisa que trabalha na forma de uma rede, e, reúne pesquisadores de instituições dos mais variados campos, como por exemplo os: universitário, governamental e não-governamental. As equipes reunidas vêm trabalhando sobre 11 metrôpoles e uma aglomeração urbana" (Fonte: [http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com\\_showprofile&task=lab\\_unique&id=98&itemid=61](http://www.ippur.ufrj.br/index.php?option=com_showprofile&task=lab_unique&id=98&itemid=61))

ocupacional como eixo central, definiu oito tipos de áreas com características ocupacionais semelhantes (superior, superior médio, médio, popular, popular operário, popular agrícola e popular inferior)<sup>18</sup>. Este estudo constatou que Nova Iguaçu apresentou um formato único no mapa de estrutura sócio-espacial :

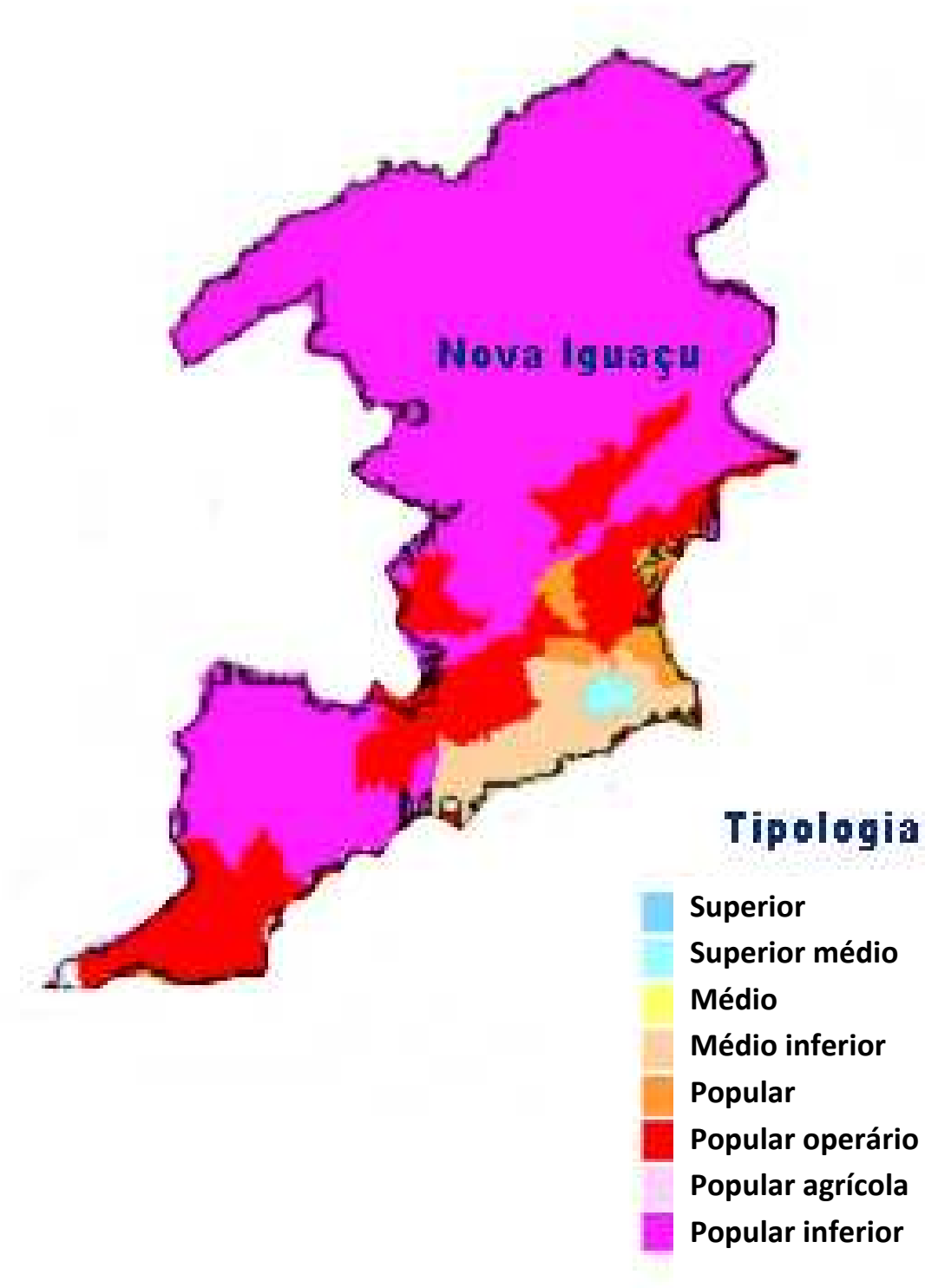
ao olharmos com maior precisão surgem alguns pontos no mapa que parecem estar fora do lugar. O caso mais evidente e único é o centro do município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, que se destaca como uma ‘ilha’ de tipo ‘superior médio’, onde, em 2000, 10% dos residentes ocupados eram empregadores e 19%, profissionais de nível superior. (LAGO, 2009, p. 10)

Segundo o estudo citado, ao redor dessa “ilha” de pessoas de ascendente poder econômico, se espalhava uma massa de pessoas na tipologia médio inferior, popular, popular operário e popular inferior.

---

<sup>18</sup> Tipologia que busca representar geograficamente a distribuição espacial de tipos sócio-ocupacionais construídos com base nas variáveis ocupacionais utilizadas pelo IBGE nos censos demográficos. Para maiores detalhes, ver os textos de Ribeiro (2009) e Lago (2009).

Figura 4 – Tipologia sócio-espacial do município de Nova Iguaçu



Fonte: Observatório das Metrópoles. **Como anda a RM Rio de Janeiro**. disponível em [http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/Vol9\\_como\\_anda\\_rj.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/Vol9_como_anda_rj.pdf) . Recorte do mapa da região metropolitana do Rio de Janeiro destacando apenas o município de Nova Iguaçu (adaptação do autor)

Mesmo considerando que parte da área ao norte do mapa seja de baixa densidade demográfica<sup>19</sup>, outras áreas com maior número de habitantes concentram extratos popular operário e popular inferior. A concentração dos extratos superiores e superiores-médios na área do centro administrativo e comercial do município mostra a grande desigualdade sócio-espacial entre a população iguaçuana.

Tais desigualdades são visíveis diante das ruas sem saneamento básico e de moradias precárias nos bairros periféricos do município. Débora Santana de Oliveira (2009, p. 165), num estudo sobre desigualdades sócio-espaciais em Nova Iguaçu, chegou à conclusão que

... analisando o padrão de distribuição espacial dos indicadores sociais e de infraestrutura [...] viu-se que apenas 16 dos 68 bairros apresentavam níveis mais elevados de condição de vida [...] os bairros periféricos são caracterizados pela elevada concentração de precárias condições de existência acrescida da carência de serviços públicos.

Quanto à política em Nova Iguaçu, os prefeitos<sup>20</sup> a partir da década de 1980 foram predominantemente políticos filiados ao PMDB, PSB e PDT. Já o PT chegou ao executivo municipal em 2004, com a eleição de Lindbergh Farias, e com sua reeleição em 2008. Nas eleições de 2012 o PMDB elegeu novamente um prefeito, Nelson Bornier, nome que já havia exercido dois mandatos à frente da Prefeitura.

## 1.2. Religião em Nova Iguaçu

Historicamente, a política de Nova Iguaçu cultivou estreitos laços com a religião. O trabalho de Rafael Cerqueira do Nascimento (2007) analisou a atuação da Diocese Católica de Nova Iguaçu na década de 1970 e mostrou os movimentos de resistência ao regime ditatorial e

<sup>19</sup> Grande parte da área ao norte do município é composta por densa floresta na URG Tinguá.

<sup>20</sup> Os prefeitos de Nova Iguaçu a partir da década de 1980 foram:

Paulo Leone (PDT)– 1983 –1988

Francisco de Assis M. Amaral (Interventor - PMDB) – 1988

Aluizio Gama (PDT)– 1989 - 1992

Altamir Gomes (PDT)– 1993 -1996

Nelson Bornier (PSDB) – 1997 - 2000

Nelson Bornier (PMDB)– 2001 - 2002

Mario Marques (PMDB/PSDB) – 2002 -2004

Lindbergh Farias (PT) - 2005 - 2008

Lindbergh Farias (PT) - 2008 – 2010

Sheila Gama (PDT)– 2010 – 2012

Nelson Bornier (PMDB)– 2013- 2016

Fonte: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu.

a entrada em cena do Bispo Dom Adriano Hipólito nesta Diocese. O bispo teve uma atuação marcante por sua posição ligada a Teologia da Libertação e aos movimentos populares no município<sup>21</sup>. Nascimento ainda mostrou que a Igreja Católica em Nova Iguaçu se inseriu num contexto de mudança eclesial, com orientações do Concílio Vaticano II, em 1959, e o II Encontro de Bispos Latino-americanos, em Medelin em 1968, e a Conferência de Puebla em 1979, sendo todos encontros eclesiais que discutiram a atuação da Igreja em questões sociais e políticas. A atuação dessa Diocese no município durante a segunda metade do século XX tendeu a inserir temas temporais entre os fiéis, a partir da realidade da Baixada Fluminense.

Na atualidade a Diocese Católica de Nova Iguaçu abrange os municípios de Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Nova Iguaçu (sede), Nilópolis, Paracambi, Queimados e o Distrito de Conrado (Miguel Pereira)<sup>22</sup>. O atual bispo, Dom Luciano Bergamin, foi nomeado em 2002 pelo então Papa João Paulo II. A Diocese continua mantendo relação de proximidade e cooperação com a Prefeitura de Nova Iguaçu, sendo representada em eventos promovidos pela Prefeitura e contando com a presença de representantes da Prefeitura em eventos promovidos pela Diocese<sup>23</sup>.

Como exporei ao longo deste capítulo, continua clara a posição favorável da Diocese Católica de Nova Iguaçu quanto ao ensino religioso nas escolas públicas.

No entanto a Igreja Católica não é majoritária em número de adeptos no município. Na última década, o perfil religioso de Nova Iguaçu apresentou acentuada queda no número de católicos e aumento do número de evangélicos e de pessoas sem religião. Entre os evangélicos, várias denominações são encontradas no município, com expressivo número de templos espalhados por todos os bairros. Ao mesmo tempo, o número de pessoas sem religião também é notável, apontando para diferentes modos de lidar com crenças e valores na sociedade. Este número elevado de pessoas sem religião (cerca de um quinto da população) por certo eleva a expectativa de muitas religiões em propagar suas crenças a pessoas que não professam qualquer pertencimento religioso ou que professam crenças não institucionalizadas.

---

<sup>21</sup> Um fato marcante na história de Nova Iguaçu foi o sequestro de Dom Adriano Hipólito em 1976. Este bispo foi agredido fisicamente, pintado de tinta vermelha e deixado nu e na cidade do Rio de Janeiro. Dom Adriano ficou conhecido por “Bispo Vermelho”, sendo assim rotulado pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB), numa referência a sua suposta condição de comunista. A AAB, composta por civis e militares, combatia o comunismo na década de 1970 e assumiu a autoria do sequestro (Nascimento, 2007).

<sup>22</sup> Fonte: DIOCESE CATÓLICA DE NOVA IGUAÇU - MITRANI. **História**. Disponível no site: <<http://www.mitrani.org.br/historia-diocese.html>>, acessado em dezembro de 2012.

<sup>23</sup> Exemplo de notícias no site oficial da Cidade de Nova Iguaçu durante o ano de 2012:

*Sheila Gama participa das comemorações da Semana Santa (09/04/12)* disponível em [http://www.novaiguacu.rj.gov.br/noticias\\_res.php?id=1500](http://www.novaiguacu.rj.gov.br/noticias_res.php?id=1500)

*Nova Iguaçu se prepara para receber jovens católicos em 2013 (06/06/12)*, disponível em [http://www.novaiguacu.rj.gov.br/noticias\\_res.php?id=1638](http://www.novaiguacu.rj.gov.br/noticias_res.php?id=1638)

Os dados do IBGE referentes aos Censos 2000 e 2010 mostram esta mudança perfil da população iguaçuana na última década<sup>24</sup>:

Gráfico 1 – Religião em Nova Iguaçu - 2000

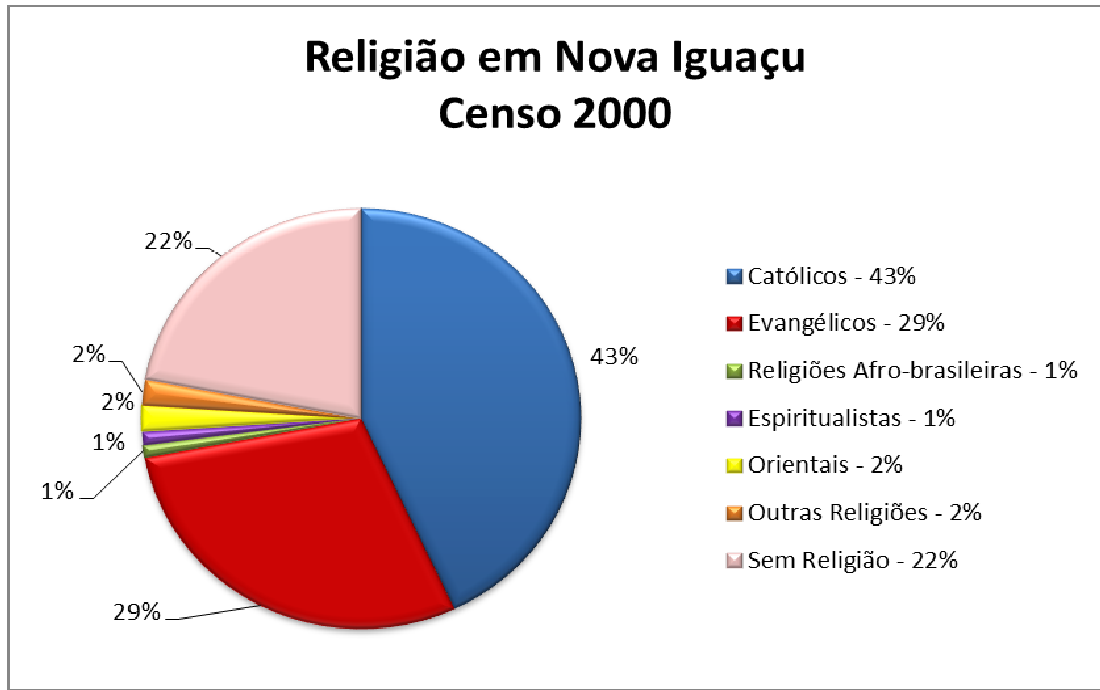
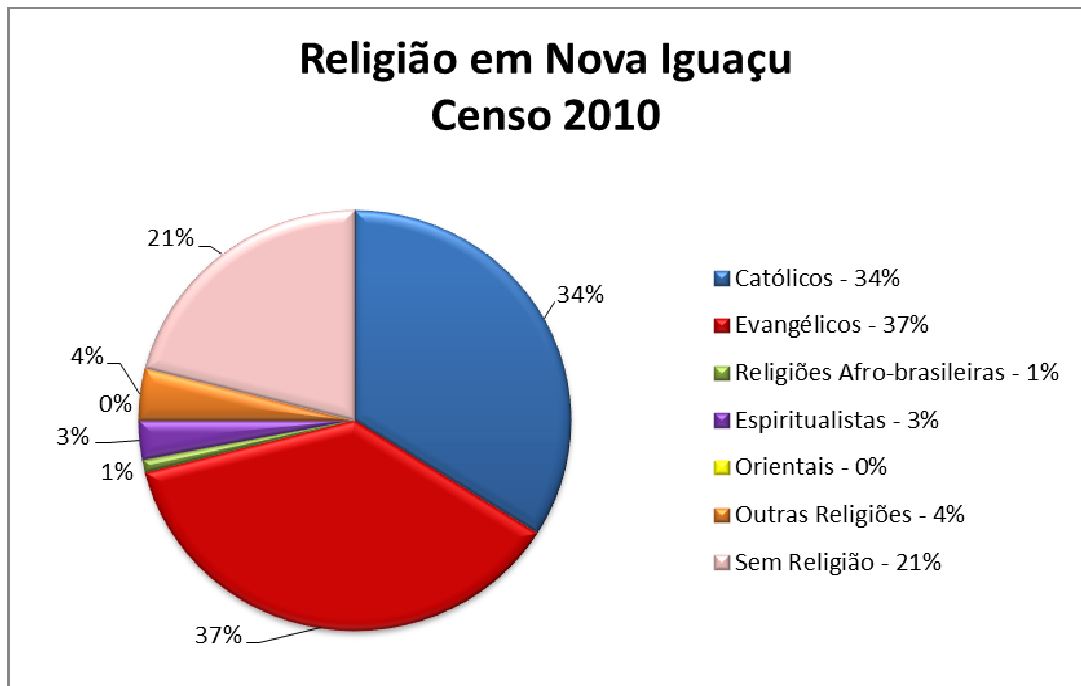


Gráfico 2 – Religião em Nova Iguaçu – 2010



<sup>24</sup> Fonte: IBGE, Censo 2000. Análise dos microdados do Censo 2000. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Retratos das religiões no Brasil. Disponível em <http://www.cps.fgv.br/cps/religioes/inicio.htm> /, acessado em outubro de 2009.; e Censo 2010 / religião - cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em novembro de 2012.

O número de evangélicos já supera o de católicos no município. Mesmo dividido em várias denominações (tradicionalistas, pentecostais e neo-pentecostais), este grupo imprime sua marca no cenário social e político. O crescimento de evangélicos no município impulsionou a entrada do discurso religioso nas disputas eleitorais. As recentes eleições mostraram a busca dos candidatos pelo apoio das lideranças das igrejas da região, conforme exposto por Alessandra Siqueira Barreto (2006, p. 306) em sua análise das eleições municipais de 2004:

A temática religiosa que, até então, não havia tido grande destaque, tomou vulto; a briga pelo “voto evangélico” atingindo seu ápice durante o segundo turno das eleições. Diante deste cenário, cada candidato procurou costurar suas alianças com nomes importantes no meio evangélico da Baixada e do estado, de forma mais ampla. As visitas às igrejas repetiam-se com frequência; o *campo religioso* local sendo polarizado por pastores de distintas vertentes.

Na tabela a seguir mostro de forma mais detalhada as declarações da população de Nova Iguaçu, em resposta ao Censo 2010, quanto ao pertencimento religioso, especificando a denominação religiosa declarada, número de adeptos e porcentagem em relação ao total da população iguaçuana.

**Tabela 1 – Religiões em Nova Iguaçu – Denominações religiosas**

Fonte: Censo IBGE 2010

| <b>Declaração Religiosa da população de Nova Iguaçu</b> | <b>Nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| Católica Apostólica Romana                              | 263.499   | 33,1%    |
| Católica Apostólica Brasileira                          | 2.628     | 0,3%     |
| Católica Ortodoxa                                       | 581       | 0,1%     |
| Igreja Assembléia de Deus                               | 102.077   | 12,8%    |
| Igreja Evangélica Batista                               | 32.320    | 4,1%     |
| Igreja Universal do Reino de Deus                       | 15.246    | 1,9%     |
| Igreja Evangelho Quadrangular                           | 6.366     | 0,8%     |
| Igreja Nova Vida  | 5.821     | 0,7%     |
| Igreja Evangélica Metodista                             | 5.770     | 0,7%     |
| Igreja Evangélica Adventista                            | 3.773     | 0,5%     |
| Igreja Evangélica Presbiteriana                         | 2.208     | 0,3%     |
| Igreja Congregação Cristã do Brasil                     | 2.195     | 0,3%     |
| Comunidade Evangélica                                   | 2.167     | 0,3%     |
| Igreja Deus é Amor                                      | 1.502     | 0,2%     |
| Igreja Maranata   | 1.382     | 0,2%     |
| Igreja Casa da Bênção                                   | 1.043     | 0,1%     |
| Igreja Evangélica Congregacional                        | 893       | 0,1%     |
| Igreja Evangélica luterana                              | 636       | 0,1%     |
| Igreja o Brasil para Cristo                             | 382       | 0,0%     |

|  |                |               |
|--|----------------|---------------|
| Evangélica não determinada   | 73.588         | 9,2%          |
| Evangélicas de origem pentecostal – outras   | 36.685         | 4,6%          |
| Outras religiosidades cristãs  | 24.290         | 3,1%          |
| Igreja Evangélica renovada não determinada   | 45             | 0,0%          |
| Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias                                       | 141            | 0,0%          |
| Testemunhas de Jeová   | 7.123          | 0,9%          |
| Espírita   | 20.914         | 2,6%          |
| Espiritualista   | 162            | 0,0%          |
| Umbanda  | 3.787          | 0,5%          |
| Candomblé  | 3.333          | 0,4%          |
| Outras Declarações de Religiosidades AfroBrasileira                                      | 182            | 0,0%          |
| Judaísmo   | 92             | 0,0%          |
| Hinduísmo  | -              | -             |
| Budismo  | 942            | 0,1%          |
| Igreja Messiânica Mundial  | 297            | 0,0%          |
| Novas Religiões Orientais - outras   | 85             | 0,0%          |
| Islamismo  | 58             | 0,0%          |
| Tradições Esotéricas   | 646            | 0,1%          |
| Tradições Indígenas  | -              | -             |
| Outras Religiosidades  | 73             | 0,0%          |
| Sem Religião   | 163.811        | 20,6%         |
| Sem religião – Ateu  | 3.711          | 0,5%          |
| Sem religião - Agnóstico   | 1.077          | 0,1%          |
| Não determinada e múltiplo pertencimento – religiosidade não determinada ou mal definida | 3.520          | 0,4%          |
| Não sabe   | 1.120          | 0,1%          |
| Sem declaração   | 85             | 0,0%          |
| <b>Total:</b>  | <b>796.257</b> | <b>100,0%</b> |

Relacionei os dados deste quadro com duas variáveis: a primeira foi o apoio das confissões religiosas ao ensino religioso e a segunda foi o apoio dessas confissões às parcerias da SEMED para manutenção do horário integral nas escolas públicas. Das instituições religiosas, percebi que a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Evangélica Assembléia de Deus e a Igreja Batista são as denominações institucionalizadas com mais adeptos no município e também as que mais apóiam as parcerias com as escolas públicas. Também constatei que as duas primeiras igrejas aqui citadas são as que mais apóiam o ensino religioso nas escolas públicas, conforme será exposto logo após a apresentação da configuração dos sistemas de ensino presentes em Nova Iguaçu.



### 1.3. Sistemas educacionais em Nova Iguaçu

Busquei mapear os sistemas educacionais presentes e sua abrangência no atendimento à população. Assim pude perceber que a educação em Nova Iguaçu abarca os Sistemas de Ensino Federal, Estadual e Municipal de forma a atender a demanda de uma população com elevado percentual de pessoas em idade escolar.

#### 1.3.1. Sistema Federal: ensino médio e superior

O Sistema Federal de Ensino está presente em Nova Iguaçu no ensino médio e na educação superior. No ensino médio há apenas o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), Unidade Nova Iguaçu, que se instalou no município em 2003. Este centro oferece o ensino médio<sup>25</sup> de formação geral concomitante com quatro cursos técnicos à escolha do aluno: Eletromecânica, Informática Industrial, Telecomunicações e Enfermagem. Conta com 50 docentes e 397 alunos matriculados<sup>26</sup>.

Já no nível superior de ensino, o Sistema Federal tem, de acordo com o e-MEC (Sistema de Regulação do Ensino Superior)<sup>27</sup>, oito instituições de ensino superior com cursos presenciais e sete instituições que oferecem cursos na modalidades à distância. Dentre as que oferecem curso presencial, duas são públicas, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ.

A UFRRJ, desde 2006, tem um campus (Instituto Multidisciplinar) em Nova Iguaçu. Atualmente oferece os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática, Geografia e Letras além dos cursos de Bacharelado em Turismo, Direito, Ciências Econômicas, Matemática, Ciências da Computação e Administração<sup>28</sup>.

O CEFET-RJ, além dos cursos médios já citados, oferece os seguintes cursos superiores<sup>29</sup>: Engenharia Industrial de Controle e Automação; e Engenharia de Produção.

---

<sup>25</sup> CEFET-RJ, disponível em <http://cefet-rj.br/nova-iguacu-ensino/tecnico.html>, acessado em outubro de 2012.

<sup>26</sup> IBGE, Censo 2010, disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em novembro de 2012.

<sup>27</sup> Fonte: [www.emec.mec.gov.br](http://www.emec.mec.gov.br), acessado em 05 de dezembro de 2012.

<sup>28</sup> UFRRJ, disponível em <http://r1.ufrrj.br/graduacao/paginas/home.php?id=Cursos>, acessado em dezembro de 2012.

<sup>29</sup> CEFET-RJ, disponível em <http://portal.cefet-rj.br/nova-iguacu-ensino/graduacao.html>, acessado em outubro de 2012.

As instituições privadas de ensino superior no município com oferecimento de cursos presenciais são: Abeu Centro Universitário – UNIABEU; Universidade Geraldo de Biasi – UGB; Instituto de Filosofia e Teologia Paulo VI – IFITEPS; Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO; Universidade Estácio de Sá - UNESA; Universidade Iguazu – UNIG.

Na modalidade de ensino superior à distância, Nova Iguaçu conta com sete pólos de apoio presencial mantidos por instituições de ensino superior. Três dessas instituições são públicas e oferecem seus cursos através do Centro de Educação à Distância do Rio de Janeiro (CEDERJ)<sup>30</sup>. São elas: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; e Universidade Federal Fluminense - UFF.

As quatro instituições privadas de ensino superior<sup>31</sup> com pólos de apoio presencial em Nova Iguaçu são: Centro Universitário Internacional – UNINTER; Universidade Anhanguera – UNIDERP; Universidade Castelo Branco – UCB; Universidade Estácio de Sá – UNESA<sup>32</sup>.

### 1.3.2. Sistema Estadual: Ensino Fundamental e Médio

De acordo com dados do IBGE<sup>33</sup>, Nova Iguaçu conta com 80 escolas de ensino fundamental da rede públicas estadual, com 2.212 professores e 46.326 alunos. O atendimento no ensino médio estadual é feito em 60 escolas públicas, com 1.900 docentes e 27.721 matriculados. Dentre as escolas de ensino médio, a Escola Estadual João Luiz do Nascimento<sup>34</sup> se destaca no oferecimento de cursos técnicos de nível médio no município: Administração, Edificações, Eletrônica e Eletrotécnica. Também há em Nova Iguaçu o

<sup>30</sup> O Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) é um consórcio que foi criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECT. A SECT iniciou em 1999 um trabalho com o objetivo de elevar as possibilidades de acesso ao ensino superior, priorizando o interior do Estado do Rio de Janeiro e utilizando a educação à distância, por intermédio de um consórcio formado pelas Universidades Públicas sediadas no Estado do Rio de Janeiro. O consórcio é formado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal Fluminense – UFF e pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. O Consórcio Cederj conta com 33 pólos. Há um pólo no centro de Nova Iguaçu e neste pólo são oferecidos os seguintes cursos superiores: Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Física, Licenciatura em Pedagogia, Computação e Administração Pública. *Fonte:* www.cederj.edu.br

<sup>31</sup> No site do MEC constam também os nomes de mais quatro instituições de ensino superior a oferecer cursos à distância: Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC Salvador; Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul; Universidade Norte do Pará – UNOPAR; e Universidade de Salvador – Unifacs. Porém ao entrar em contato por telefone com estas instituições, em dezembro de 2012, fui informado que tratam-se de pólos em descontinuidade, portanto não oferecendo os cursos no município de Nova Iguaçu.

<sup>32</sup> Fonte: www.emec.mec.gov.br, acessado em 05 de dezembro de 2012

<sup>33</sup> Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acessado em dezembro de 2012. (dados de 2009).

<sup>34</sup> Escola da Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC) vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT).

Instituto Estadual Rangel Pestana, com oferecimento de curso médio na modalidade Normal (Formação de Professores).

Na rede privada, o município conta com 134 escolas de ensino fundamental, com 1.598 docentes e 30.988 matriculados. No ensino médio privado, há no município 33 escolas, com 496 professores e 5.219 matriculados. Dentre essas escolas existem as ligadas ao “Sistema S”, representado no município pelo SESI - Serviço Social da Indústria e pelo SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, oferecendo ensino fundamental, médio e profissionalizante. Fora do ensino regular, o “Sistema S” ainda oferece cursos profissionalizantes numa unidade do SENAC no município de Nova Iguaçu.

### **1.3.3. Sistema Municipal: Educação Infantil e Ensino Fundamental**

O Sistema Municipal de Ensino de Nova Iguaçu foi criado pela lei municipal 3.881, de 05 de novembro de 2007. Anteriormente a esta data as escolas já eram geridas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), seguindo a legislação estadual.

Nova Iguaçu já contava com um Conselho Municipal de Educação, desde 1997, de acordo com a lei 2.853, de 23 de outubro de 1997. Esta mesma lei instituiu o Fórum Popular Permanente de Defesa da Educação de Nova Iguaçu organizado com representantes de diversos setores da sociedade civil. Em 2008 foi criado o Plano Municipal de Educação, pela Lei nº 3.960, de 19 de dezembro de 2008.

Na educação infantil, a rede municipal de ensino de Nova Iguaçu conta com 89 escolas com oferecimento de educação pré-escolar, sendo 17 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) e as demais oferecendo também as séries iniciais do ensino fundamental. Na educação infantil há 4.747 matriculados e 198 docentes. Já na rede privada há 117 escolas de educação infantil, com 5.494 matriculados e 338 docentes.

No ensino fundamental da rede pública municipal há 107 escolas que oferecem o primeiro segmento do ensino fundamental (1º ao 5º ano), com 53.586 matriculados e 1.825 professores. A rede pública do município conta também com uma escola de educação especial e uma escola com oferecimento do segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

#### 1.4. O Sistema de Educação do Município e a religião nas escolas públicas

Ao tratar da presença da religião na escola pública focalizei o Sistema Municipal de Ensino, em especial no atendimento a crianças no primeiro segmento do ensino fundamental. Meus primeiros contatos com esse sistema educacional já me mostravam que a religião estava sendo naturalizada entre seus profissionais. Já havia percebido também que alguns eventos promovidos pela Secretaria de Educação eram realizados em locais cedidos por instituições religiosas. Se, por um lado, estava evidente a presença da religião na rede municipal de ensino, por outro, ainda me intrigava o fato do não oferecimento da disciplina ensino religioso nessa rede.

A legislação do município previa o ensino religioso nas escolas públicas, havendo o seguinte artigo na lei orgânica:

Art. 165 – O ensino oficial do Município será gratuito em todos os graus e atuará prioritariamente no fundamental e pré-escolar.

§ 1º - O ensino religioso de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários das escolas oficiais do Município e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável;<sup>35</sup>

No Plano Municipal de Educação de Nova Iguaçu<sup>36</sup>, também havia uma meta de implantar o ensino religioso “conforme a legislação vigente”.

Dirigi-me à SEMED e demais órgãos do Sistema Municipal de Ensino a fim de esclarecer o não oferecimento desta disciplina e também a posição desses órgãos sobre as manifestações religiosas na escola da rede. Por entender as funções públicas dos sujeitos entrevistados como imprescindíveis para compreensão das relações que pretendo explicitar, preferi, neste primeiro capítulo da dissertação, expor os nomes desses sujeitos. Para tal exposição, obtive autorizações por escrito, em termo de consentimento livre e esclarecido, de cada um dos entrevistados a fim de usar suas declarações nas análises do presente texto.

Entrevistei membros de três principais órgãos que compunham o sistema educacional de Nova Iguaçu: o Conselho Municipal de Educação, o Fórum Permanente em Defesa da Educação Pública e a SEMED. Nas entrevistas com membros dos dois primeiros órgãos pude perceber que a temática da religião nas escolas públicas não se mostrava relevante nas

---

<sup>35</sup> PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, 30 de maio de 1990.**

<sup>36</sup> SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA IGUAÇU. **Plano Municipal de Educação.** Nova Iguaçu: Semed, 2008. Lei 3960 / 2008.

reuniões destes órgãos colegiados, uma vez que havia muitas carências materiais nas escolas a serem supridas.

O Conselho Municipal de Educação de Nova Iguaçu tem a função de “assessorar, normatizar, orientar, acompanhar e fiscalizar o sistema de ensino municipal”<sup>37</sup>. Outras pesquisas poderão futuramente analisar a atuação deste Conselho enquanto órgão de controle social sobre a administração pública e as lacunas deixadas em sua atuação. Em minha análise, apenas consultei os membros do Conselho sobre a temática da religião. Assim contatei, no dia 06 de junho de 2012, com a vice-presidente do Conselho Municipal de Educação, que me informou que as atividades do conselho estavam paralisadas desde 2010 e que os membros estavam retomando essas atividades. Também informou não ter conhecimento de discussões no conselho sobre o ensino religioso, nem que houvesse entre os membros algum representante de entidade religiosa. Diante das informações prestadas pela vice-presidente do órgão, não considerei pertinente a realização de uma entrevista mais detalhada.

Segui a pesquisa num outro órgão do Sistema Municipal de Ensino, o Fórum Popular Permanente em Defesa da Educação de Nova Iguaçu. Trata-se de “colegiado organizado pela sociedade civil, com funções propositivas e de controle e mobilização social em defesa da educação”<sup>38</sup>. Ao entrar em contato com esse órgão, entrevistei Alcy Maihoní, membro tanto do Fórum como do Conselho Municipal de Educação. Ele explicou que o fórum é atualmente composto por cinco entidades da sociedade civil<sup>39</sup> e não tem a religião nas pautas de suas discussões. Acrescentou também que em análise do livro de atas do Conselho Municipal de Educação nunca percebeu a temática religiosa sendo colocada em discussão. Também expressou as deficiências da atuação dos órgãos colegiados, mostrando desconhecer o atual sistema de parcerias da SEMED quanto ao horário integral.

Mesmo a questão do pagamento por espaço usado e por aluno, que irei expor mais a frente neste texto, foi tido como algo estranho às reuniões do Conselho. Como esse órgão vem atuando pouco nos últimos anos, a SEMED toma suas resoluções sem consultá-lo. Maihoní mostrou seu posicionamento contrário à imposição de elementos religiosos na escola pública,

---

<sup>37</sup> PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Lei 2853, de 05 de Novembro de 1987**. Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

<sup>38</sup> PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Lei 3881, de 05 de Novembro de 2007**. Institui o Sistema Municipal de Educação (SME), e dá outras providências.

<sup>39</sup> As seguintes entidades da sociedade civil compunham o Fórum Popular Permanente em Defesa da Educação de Nova Iguaçu em 2012 : MAB - Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu; SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação; NUCREP – Núcleo das Creches e Pré-escolas Comunitárias da Baixada Fluminense; Centro Social SARITA; e Centro Comunitário CECON.

mas falou também que as demandas quanto à qualidade da merenda escolar, quanto às reformas de infra-estrutura das escolas da rede e também da pouca participação da sociedade nos conselhos escolares tem sido as principais prioridades dos membros em reuniões do Conselho, de modo que as questões em torno da presença religiosa ficam fora da pauta de discussões.

Na SEMED entrevistei sujeitos ligados a temas e projetos que envolvessem a religião. Segundo a legislação do município, a “Secretaria Municipal de Educação é o órgão superior de execução das políticas, planos, programas e projetos educacionais do Sistema Municipal de Educação”<sup>40</sup>. Julguei importante analisar a história recente desta secretaria quanto aos direcionamentos sobre a presença da religião nas escolas públicas. Com esse fim realizei entrevistas com gestores, ex-gestores e pessoas ligadas a equipes de trabalho desta secretaria que atuaram de alguma forma em assuntos ligados à religião na escola pública.

Ao entrar em contato com a SEMED e expor o tema da presença da religião no ensino público, fui direcionado pela equipe pedagógica a conversar com Aparecida Alves, sendo esta a primeira pessoa que entrevistei na Secretaria de Educação, no dia 26 de junho de 2011. Fui informado que esta profissional havia trabalhado numa tentativa, há alguns anos, de implantação da disciplina ensino religioso na rede pública de ensino de Nova Iguaçu.

Aparecida afirmou trabalhar na rede de ensino municipal desde 2003 e mostrou especial interesse na implantação da disciplina ensino religioso nas escolas públicas. Com sua formação num curso de Pós-graduação em Ensino Religioso (Faculdade São Bento), a profissional também declarou suas ligações com a Igreja Católica, sendo responsável pela Pastoral da Educação da Diocese de Nova Iguaçu. Relatou que atuou na equipe de trabalho da professora Marli em 2006, quando foi convidada para compor uma equipe com outras duas profissionais<sup>41</sup> da SEMED: uma da confissão evangélica e outra representante de religiões afro-brasileiras.

As informações obtidas com a entrevistada deram conta de ter havido um movimento na SEMED no sentido de implantar a disciplina ensino religioso em 2005/2006. Porém com a saída da então secretária de educação, a equipe foi desmobilizada, priorizando outros assuntos, visto que os secretários que assumiram a pasta posteriormente tinham “um posicionamento pela laicidade”. Em seu depoimento também mostrou que o trabalho realizado envolveu ampla pesquisa junto às escolas e que nesta época houve boa aceitação da

---

<sup>40</sup> PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Lei 3881, de 05 de Novembro de 2007**. Institui o Sistema Municipal de Educação (SME), e dá outras providências.

<sup>41</sup> Não foi possível o contato com estas professoras para realização de entrevista durante o tempo desta pesquisa.

parte de diretores e professores. Também disse perceber aceitação de diversos segmentos religiosos: evangélicos, católicos, religiões afro-brasileiras e espíritas. O último grupo, segundo ela, só aceitava lecionar o ensino religioso como um trabalho voluntário, sem remuneração. A proposta da equipe era por um ensino religioso não confessional, que abarcasse diversas confissões religiosas e que propagasse valores comuns a tais confissões.

Busquei os posicionamentos de gestores e ex-gestores da SEMED. Apenas um ano depois consegui realizar as entrevistas, em maio e junho de 2012.

Constituí os últimos oito anos (de 2005 a 2012) como recorte de tempo a ser estudado nesta Secretaria de Educação, englobando assim os mandatos dos dois recentes prefeitos da cidade. Esse período também me foi de especial interesse ao ser informado sobre a tentativa de implantação do ensino religioso durante o ano de 2005. Nesta análise, porém, não alcancei períodos anteriores, que podem constituir objeto de estudo de futuras pesquisas sobre o tema.

Como já mencionei neste capítulo, o cenário político recente de Nova Iguaçu mostrou uma mudança com a eleição de Lindbergh Farias em 2004. Esse político teve dois mandatos à frente da Prefeitura de Nova Iguaçu, sendo o primeiro de 2005 a 2008 e o segundo de 2009 a 2010<sup>42</sup>. Em 2010, Lindbergh deixou a Prefeitura para concorrer ao Senado Federal, sendo sucedido, até 2012, por sua vice na chapa, Sheila Gama (PDT).

De 2005 até 2012 cinco gestores estiveram à frente da SEMED, como indicado na Tabela 2.

Tabela 2 – Secretários de Educação de Nova Iguaçu – 2005 a 2012

| Secretário                           | Período                       |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Marli Silva Câmara de Freitas</b> | janeiro 2005 a março 2008     |
| <b>Mário Medeiros</b>                | abril 2008 a setembro 2008    |
| <b>Jailson de Souza e Silva</b>      | outubro 2008 a maio 2010      |
| <b>Dilcéia da Rocha Quintela</b>     | abril 2010 a novembro 2011    |
| <b>Sandra Maria Rodrigues Gusmão</b> | novembro 2011 a dezembro 2012 |

Nesse levantamento, me chamou a atenção não apenas o fato de ter havido cinco gestores em apenas oito anos, mas também a diferença de posicionamentos de alguns destes em relação à temática estudada.

<sup>42</sup> Lindbergh Farias venceu municipais de 2004 com a Coligação “Hora da Mudança” (PT, PFL, PSDB, PSB e PCdoB); foi reeleito em 2008 com a Coligação “A Mudança Não Pode Parar” (PT, PDT, PSB, PV, PCdoB, PTdoB, PR, PTB, PTN, PRB e DEM).

#### 1.4.1. – Zigue-zague na SEMED – confessionalismo e laicidade em alternância

Durante o primeiro mandato do prefeito Lindbergh, esteve à frente da SEMED a secretária Marli Silva Câmara de Freitas, a “Professora Marli”, como era conhecida na campanha eleitoral. Esta professora, funcionária pública da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, foi diretora de uma escola estadual em Nova Iguaçu por duas décadas. Em 2004, estando filiada ao PT, foi eleita vereadora em Nova Iguaçu, sendo reeleita em 2008, exercendo seu mandato até 2012. De 2005 a 2008 atuou à frente da SEMED. Concomitante a esta pasta, de 2006 a 2008 assumiu também a Secretaria de Saúde. Sua atuação na SEMED durou quase todo o primeiro mandato de Lindbergh Farias, deixando a Secretaria durante as eleições de 2008. Com sua saída, assumiu o secretário Mario Medeiros, que ficou por seis meses a frente da SEMED até a entrada de Jailson de Souza e Silva, em outubro de 2008.

No final do primeiro mandato de Lindbergh e início do seu segundo mandato, esteve à frente da SEMED o secretário Jailson de Souza e Silva, docente da Universidade Federal Fluminense, ex-subsecretário Executivo da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro e fundador da Organização não Governamental Observatório das Favelas<sup>43</sup>. Jailson assumiu a gestão da SEMED até maio de 2010, ou seja, até pouco depois da saída de Lindbergh para concorrer ao Senado federal nas eleições de 2010.

Assim o mandato de Lindbergh Farias teve duas figuras principais na Secretaria de Educação: Marli e Jailson. Esses dois secretários mostraram posições bem distintas sobre o tema desta pesquisa, dando a entender que, para o executivo, não houve persistência sobre o posicionamento quanto à presença da religião no espaço público escolar, estando essa postura norteadada pelo posicionamento pessoal do gestor da pasta de educação.

Ficou nítida a disparidade de posicionamentos entre estes dois secretários sobre a temática. Percebi assim um tipo de zigue-zague na secretaria municipal estudada, situação análoga a descrita por Cunha (2006) no plano educacional nacional.

---

<sup>43</sup> Criado em 2001, o Observatório de Favelas é, desde 2003, uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Site na internet: [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem\\_somos/](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem_somos/)



A alternância percebida no caso de Nova Iguaçu foi quanto ação à presença religiosa na escola pública.

Os dados obtidos com a pesquisa me permitiram inferir que os demais gestores mostraram certa inércia sobre a questão da religião na educação pública, não havendo propostas divulgadas sobre o tema.

#### **1.4.1.1. Secretária Marli: pela religião na escola**

Entrevistei a ex-secretária de educação Marli Silva Câmara de Freitas em 09 de maio de 2012. Ela assumiu ter forte ligação com a Igreja Católica, atuando nas lideranças locais desta denominação religiosa. Também falou de seu interesse, durante sua gestão na pasta da educação, em implantar nas escolas da rede municipal a disciplina ensino religioso. No entanto, mostrou-se contrária à forma confessional da disciplina, conforme prescrito pela rede estadual de ensino. Para ela esta disciplina deveria ser oferecida de forma pluriconfessional, mais voltada para valores éticos, religiosos e universais. Confirmou a fala de Aparecida Alves quanto à tentativa de implantação da disciplina em 2005/2006. Sua tentativa se organizou com a composição de uma equipe própria composta por representantes de diversos segmentos religiosos. Realizou um censo nas escolas<sup>44</sup> sobre a religião dos alunos e implantou projetos pedagógicos que traziam a temática da religião<sup>45</sup>. Em sua prática, orientou o uso de um material próprio<sup>46</sup> na rede e com algumas inserções de grupos religiosos nos projetos realizados nos horários fora do turno normal de aulas.

Durante o ano de 2005 a secretária Marli de Freitas realizou algumas reuniões com representantes religiosos a fim de esboçar um modelo de ensino religioso que atendesse às demandas desses religiosos e que se mostrasse pluriconfessional. Disse perceber que muitos grupos religiosos requeriam a disciplina ensino religioso, principalmente os grupos cristãos (católicos e evangélicos). Afirmou que as religiões de origem afro-brasileira mostravam-se pouco engajadas nesse sentido.

A professora Marli concordava com a presença de religiosos na escola pública promovendo momentos de culto desde que se contemplassem todas as religiões que assim solicitassem. Essa postura, segundo ela, tinha apoio de equipes pedagógicas de escolas e de

---

<sup>44</sup> Este censo foi buscado nos arquivos da SEMED por Aparecida Alves mas não foi encontrado devido a mudanças de equipes na secretaria.

<sup>45</sup> Tais projetos eram realizados no horário do contra-turno, fazendo parte da proposta da Secretaria de Educação pela implantação do horário integral nas escalas da rede.

<sup>46</sup> Não me foi possível acesso a este material.

grupos religiosos locais. Para tais momentos, esta secretária orientava apenas para que os cultos fossem realizados no final do turno, a fim de permitir a retirada de alunos que não desejassem participar.

Porém a proposta de implantação do ensino religioso esbarrou na própria disputa entre os segmentos religiosos. A secretária estava cumprindo o disposto na legislação ao ouvir diversos segmentos da sociedade civil para a definição dos conteúdos do ensino religioso, mas levava consigo uma proposta que não foi assimilada por alguns dos grupos religiosos envolvidos nas discussões. Segundo ela, muitos deles mostravam-se interessados num estudo confessional, onde cada confissão pudesse propagar seus próprios valores. A disciplina mostrou-se difícil de ser implantada nos moldes não propriamente confessionais. Desta forma pouco foi aproveitado deste projeto pela equipe que assumiu em seguida a Secretaria de Educação.

Por fim a ex-secretária afirmou não ter recebido qualquer orientação do prefeito Lindbergh Farias acerca da implantação do ensino religioso, nem mesmo sobre a presença da religião na escola pública, tendo assim a Secretaria toda autonomia para desenvolver tais projetos.

#### **1.4.1.2. Secretário Jailson: pela escola laica**

O ex-secretário de educação Jailson de Souza e Silva foi entrevistado no dia 02 de maio de 2012. Ele também afirmou não receber da parte do então prefeito Lindbergh qualquer orientação quanto à presença da religião na educação pública. Assim, desde o início de sua gestão mostrou seu posicionamento pessoal totalmente contrário à presença da religião nesse espaço devido ao caráter laico do Estado.

Para este gestor, o ensino religioso não se constitui como uma prioridade no currículo escolar, apesar de estar previsto na legislação nacional, estadual e municipal. O que poderia ser aceitável para ele seria um ensino de ética ou “filosofia moral, no sentido de transmissão de valores éticos”, mas não embasada em valores religiosos.

Ele percebeu a forte presença de expressões religiosas nas escolas públicas de Nova Iguaçu, mas deixava claro que não incentivava essas manifestações. Ao contrário de sua antecessora, não aceitou os anseios de grupos religiosos em realizar atividades confessionais na escola pública. Em sua percepção, a principal representante religiosa articuladora por uma presença na escola pública era a Diocese Católica, que “na pessoa do bispo era muito presente na SEMED”. As demais religiões limitavam-se ao contato durante as parcerias e para uso de

espaços nos horários dedicados aos projetos de educação integral, deixando clara a separação entre esfera pública e esfera privada.

Esse gestor teve dificuldades quando iniciou um projeto pedagógico relacionado à diversidade religiosa, com representantes de três segmentos religiosos: católico, evangélico e candomblé. Disse que este projeto não teve sucesso. Relatou que teve dificuldades diante da implantação de projetos que envolvessem a cultura afro-brasileira nas escolas devido a muitas resistências de religiosos de confissão evangélica em aceitarem falar de religião africana e afro-brasileira. Assim a religião na escola mostrou-se, para Jailson de Souza e Silva, como algo difícil de ser administrado.

Mostrou a grande dificuldade que ocorria diante da abertura de espaços públicos do Estado para o religioso, tendendo a haver na escola pública práticas proselitistas e discriminatórias a grupos religiosos minoritários, ou mesmo a pessoas que não tivessem qualquer filiação religiosa.

#### **1.4.1.3. Últimos secretários no período: inércia**

Os secretários que sucederam Jailson de Souza e Silva permaneceram sem apoiar a inserção da religião na escola pública. Minha pesquisa não alcançou todas os ex-secretários que assumiram após o ano de 2010, mas pude manter o contato com a equipe que atuava em 2012 à frente da SEMED. Não percebi nas entrevistas com a equipe gestora da Secretaria de Educação a existência de uma posição definida sobre a questão, apenas uma acomodação e possível abertura para inserção do religioso na educação pública futuramente.

A secretária em exercício durante minhas visitas à SEMED em 2012 era Sandra Gusmão. Ao me receber em seu gabinete e tomar ciência da temática da pesquisa, me encaminhou para sua assessoria técnica pedagógica. Assim me receberam no dia 01 de junho de 2012, Odenize Ferreira e Adriana Manique, membros dessa assessoria.

Elas me informaram que o ensino religioso não se constituía como tema de debates da atual gestão, sendo dada pouca ênfase na legislação municipal sobre o tema. Esta equipe não recebeu demandas quanto à implantação da disciplina, nem do Poder Público Municipal nem das entidades religiosas no município. O único fato mencionado por elas, que poderia apontar para o ensino religioso, foi a visita de um cigano à SEMED que solicitou o ensino da cultura cigana nas escolas da rede. Receberam pedidos de religiosos para utilizarem do espaço da escola para eventos, fora dos horários das aulas, e esses pedidos eram atendidos sempre que

possível e desde que eles não ocorressem nos horários das aulas. A equipe afirmou não orientar as escolas a qualquer prática de cunho religioso.

Questionei sobre a prática de orações e reflexões religiosas feitas pelos profissionais na escola. Odenize Ferreira disse que poderiam ser realizadas no sentido de contribuir para a divulgação de valores éticos. Adriana Manique problematizou um pouco mais se dizendo-se preocupada com a prática muito voltada para uma única religião em detrimento de outras. Ainda assim tais práticas não constituíam para elas como algo comum na rede pública de ensino.

Como a gestão da secretária iria até o fim do ano de 2012, não havia qualquer planejamento sobre projetos que envolvessem religião ou mesmo sobre a disciplina ensino religioso para os anos seguintes. Pude perceber pouca ênfase no ensino religioso ao ser informado sobre o concurso público para provimento de vagas de professores do ensino fundamental da rede do município. Neste concurso, realizado em 2012, as vagas foram destinadas a professores de primeiro ao quinto ano e também a professores de disciplinas específicas, do sexto ao nono ano. Não foi cogitada a contratação de professores de ensino religioso e não havia, até o momento da entrevista, qualquer mobilização nesse sentido.

Desse modo, a ausência do religioso não se constituiu claramente como paradigma de uma posição laica, mas numa medida de ajustamento diante de outras demandas, como a falta de professores e de espaço físico para desenvolvimento de projetos pedagógicos. Porém o Poder Público na instância da SEMED não se posicionou fechado a possíveis alianças com religiosos.

Na prática, pude perceber uma forte mobilização da Secretaria de Educação durante a gestão da professora Marli, articulando um grupo de trabalho em torno do projeto de um ensino religioso e de transmissão de valores religiosos entre alunos e professores. No período seguinte o religioso foi totalmente desconsiderado, limitando a atuação à esfera privada, não sendo permitido pela gestão laica qualquer tipo de ênfase neste sentido na Secretaria de Educação. Por fim a gestão atual não deu parecer consistente diante da questão, restringindo o contato com religiosos às parcerias firmadas no horário integral, com uso exclusivo de espaços físicos, sem que houvesse atividades religiosas no horário das aulas nestes espaços.

As assessoras discorreram sobre a questão das parcerias com instituições religiosas, dizendo não haver qualquer preferência da SEMED ou das escolas em relação à instituição ser ou não religiosa. Problematizei essa prática, conforme exponho no próximo item deste capítulo.

### 1.5. Parcerias do horário integral: troca de interesses

Em Nova Iguaçu, as parcerias com instituições da sociedade civil tiveram sua base no *Programa Bairro-escola*, implantado ainda na primeira gestão do prefeito Lindbergh Farias. Essas parcerias mantinham o objetivo de utilização para fins pedagógicos dos espaços físicos como quadras esportivas, piscinas, salas, etc., nas áreas em torno das escolas, nos horários de contra-turno, estabelecendo assim o horário integral nas escolas da rede.

O governo federal, em 2007, com a Portaria Interministerial nº 17 instituiu o *Programa Mais Educação* visando “fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra-turno escolar”. O Decreto 7.083/2010, dispõe sobre o *Programa Mais Educação*, reforça a oferta da educação integral pelas escolas e afirma que

As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.

Em decorrência disso, o uso de espaços físicos de propriedade de pessoas físicas e jurídicas passaram a ser feitos pelas redes de ensino que atendessem as exigências legais para a implantação do *Mais Educação*, sendo Nova Iguaçu um dos municípios participantes desse programa<sup>47</sup>.

Percebi que muitos dos parceiros, tanto na época do *Programa Bairro Escola*, como no *Mais Educação*, eram instituições religiosas que cediam suas dependências para uso das escolas.

Num estudo recente que analisou a implantação o *Bairro Escola*, Tiago Luiz Alves dos Santos (2010, p. 120) notou o interesse de grupos religiosos em apoiar o programa:

Outra característica importante é a participação maciça da Igreja Católica como parceira na implementação do programa. Dado interessante diz respeito à localização de igrejas, escolas e postos de saúde, em geral um ao lado do outro em diversas partes do município. Relatos de moradores nativos ou de longa data, antigos professores e sacerdotes católicos sugerem que tanto escolas quanto postos de saúde surgem da ação das igrejas católicas como equipamentos comunitários que posteriormente são municipalizados e estatizados pelo Poder Público. É interessante frisar que no caso da implementação do Programa Bairro Escola, a Igreja e o Estado aparecem associados. Destaque-se o fato de a vereadora licenciada para exercer a função de Secretária de Educação ser paroquiana ativa da Igreja Católica Matriz de São Miguel Arcanjo, duas das três escolas vinculadas ao programa apresentarem Igrejas Católicas como parceiras e a outra, uma Igreja Evangélica.

<sup>47</sup> lista do MEC, disponível em

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12374&Itemid=594](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12374&Itemid=594)

Alem disso, uma organização não governamental, cujo presidente é ex-pároco da igreja matriz, consta como instituição parceira.

Santos ainda mostrou que a prática de parceria dizia respeito à cessão de espaço mediante contrato de comodato. Neste caso seriam concedidos incentivos fiscais a instituição parceira que cedesse o espaço para as práticas educativas do bairro escola.

No ano de 2012, com uma nova equipe à frente da Secretaria, havia a mesma prática de parcerias com instituições ou estabelecimentos em torno das escolas, amparadas então pelo Programa Mais Educação. Fui informado pela equipe atual da SEMED que o incentivo ao parceiro, desde o ano de 2010, estava sendo concedido mediante pagamento mensal em dinheiro por espaço e por aluno. Desta forma a SEMED pagava a instituição os valores conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Valores pagos aos parceiros, por espaço cedido

| <b>Espaço</b>          | <b>Valor por aluno</b> |
|------------------------|------------------------|
| <b>Sala ou pátio</b>   | R\$ 0,71               |
| <b>Quadra ou campo</b> | R\$ 0,93               |
| <b>Piscina</b>         | R\$ 1,02               |
| <b>Horta</b>           | R\$ 0,63               |

Valores informados pela SEMED em junho de 2012

No meado do ano de 2012 a SEMED contava com 473 parceiros (Tabela 4), atendendo as 126 escolas da rede.

Tabela 4 – Parceiros da SEMED na educação integral

| <b>Parceiro</b>                    | <b>N</b> |
|------------------------------------|----------|
| Pessoa física                      | 113      |
| Instituição Religiosa              | 101      |
| Praça                              | 46       |
| Associação de moradores            | 28       |
| Escola privada                     | 25       |
| Sítio                              | 15       |
| Clube esportivo                    | 14       |
| Centro Comunitário                 | 11       |
| Campo de futebol                   | 11       |
| Casa de festa                      | 10       |
| Associação beneficente (religiosa) | 10       |
| Academia de ginástica              | 8        |
| ONG                                | 8        |
| Escolas de Samba                   | 7        |

|                       |            |
|-----------------------|------------|
| Centro cultural       | 5          |
| Clube                 | 4          |
| Curso                 | 3          |
| Quadra                | 3          |
| Piscina               | 3          |
| Creche                | 2          |
| Loja                  | 2          |
| Posto de saúde        | 2          |
| Salão de beleza       | 2          |
| Universidade          | 2          |
| Escola de dança       | 1          |
| CIEP                  | 1          |
| Bar                   | 1          |
| Biblioteca            | 1          |
| Escola municipalizada | 1          |
| FAETEC                | 1          |
| Vila Olímpica         | 1          |
| Associações diversas  | 7          |
| Outro                 | 24         |
| <b>Total</b>          | <b>473</b> |

Como é possível notar, a maioria dos parceiros é constituída de pessoas físicas e instituições religiosas. Dentre os parceiros, pude listar todas as instituições religiosas, conforme a Tabela 5, que representam 21% do total de parceiros do horário integral.

Tabela 5 – Parceiros - instituições religiosas

| <b>Parceiros - instituições religiosas</b> |    |
|--|----|
| Instituição                                | N  |
| Igreja Evangélica Assembleia de Deus       | 25 |
| Igreja Católica                            | 24 |
| Igreja Batista                             | 19 |
| Igreja do Evangelho Quadrangular           | 9  |
| Comunidade Evangélica                      | 3  |
| Igreja Casa da Bênção                      | 2  |
| Igreja Evangélica Vivendo com Cristo       | 2  |
| Igreja Metodista                           | 2  |
| Comunidade Religiosa EGBE ORUM             | 1  |
| Igreja Adventista do 7º Dia                | 1  |
| Igreja Apascentar                          | 1  |
| Igreja Evangélica do Avivamento            | 1  |
| Igreja Evangélica do Jardim Alvorada       | 1  |
| Igreja Evangélica Glória de Cristo         | 1  |
| Igreja Evangélica Projeto Restaurar        | 1  |

|   |            |
|---|------------|
| Igreja Evangélica Ressoar em Cristo       | 1          |
| Igreja Evangélica Sinais e Prodígios      | 1          |
| Igreja Ministério Palavra em Unção        | 1          |
| Igreja Presbiteriana                      | 1          |
| Ministério Internacional Vida Plena       | 1          |
| Ministério Profético Congregacional Betel | 1          |
| Ministério Vida                           | 1          |
| Missão Batista Nacional Ebenézer          | 1          |
| <b>Total</b>                              | <b>101</b> |

A tabela anterior mostra que a de maioria dos parceiros religiosos são igrejas evangélicas. A Igreja Católica aparece com 25% desses parceiros e as religiões afro-brasileiras apareceram com apenas uma instituição parceira. Não obstante, a representação da SEMED insistiu em declarar parcerias “inclusive com centros de candomblé ou umbanda”.

A assessoria técnica de assuntos pedagógicos da atual gestão me informou durante entrevista que a escolha do parceiro era feita, em primeiro lugar, pela escola, que solicitava diretamente à instituição que pretendia selar a parceria. Quando esta instituição concordava, era feito o contrato junto à SEMED. Cada escola poderia ter mais de um parceiro, ainda assim, segundo essa equipe técnica, conseguir um não era algo tão fácil, pois nem todos os contatados aceitavam ceder o espaço. Também segundo esta assessoria, não havia qualquer indício de interesse proselitista entre os religiosos, nem disputas quanto às parcerias com a SEMED.

Com a falta de locais não religiosos, como quadras esportivas, teatros e centros culturais, as igrejas eram as instituições mais equipadas com salas e locais cobertos. Logo, as igrejas tomavam importante espaço na comunidade e ofereciam a instalação que não era oferecida pelo Poder Público. A Prefeitura se servia dos espaços dessas igrejas, mas pouco investia nas instalações das escolas da rede, muitas delas não contavam sequer com uma quadra para prática esportiva.

Percebi que as igrejas com maior apoio às parcerias eram justamente as com maior número de adeptos no município (Igreja Católica, Assembleia de Deus e Igreja Batista). Isso por certo foi favorecido pelo maior número de templos destas confissões nos locais próximos às escolas. Suponho com base nas observações realizadas que também fosse favorecido pela presença de adeptos dessas igrejas no interior das escolas públicas, facilitando o contato da direção da escola com os líderes locais dessas confissões.



Relacionei o apoio às parcerias no ensino integral e o apoio ao ensino religioso e concluí que as duas instituições religiosas que mais se disponibilizavam para firmar parcerias com a SEMED eram justamente as que mais apoiavam o ensino religioso nas escolas públicas. Tal relação ficou muito evidente no caso das duas primeiras denominações (Assembleia de Deus e Igreja Católica), que deixavam claro o posicionamento favorável ao ensino religioso nas escolas e também ao uso do espaço da Igreja pela escola pública. Quanto à terceira denominação na lista de parceiros (Igreja Batista) não vi esta relação de maneira tão clara, uma vez que suas diretrizes apontavam para uma separação entre Igreja e Estado.

A Igreja Evangélica Assembleia de Deus é uma das denominações religiosas que mais cresce no país, representando mais de 6% da população brasileira, conforme dados do IBGE (2010). Em Nova Iguaçu esta denominação chega a 102.077 adeptos (o que representa 13% da população iguaçuana). O fato do maior número de parceiros da SEMED ser de Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus apontava para o interesse desta denominação em manter vínculos com o Poder Público. Para a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, a escola pública deveria ser alvo da ação da igreja, através do ensino religioso, chegando suas diretrizes a recomendarem “que as instituições utilizem os seus direitos oferecidos pela Constituição Brasileira e pela Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Fundamental e Médio (*sic*), para levar o ensino religioso às escolas públicas”<sup>48</sup>. O apoio de líderes da Assembleia de Deus aos candidatos à Prefeitura de Nova Iguaçu tem sido um ato recorrente nas últimas eleições, com claro apelo aos fiéis a seguirem a orientação política de seus líderes, como o apoio do Pastor Manoel Ferreira (PL), presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, à candidatura de Lindbergh Farias em 2004 mostrou-se relevante na vitória deste candidato no segundo turno das eleições municipais neste ano (BARRETO, 2006, p. 306).

A Igreja Católica se mostra como a maior defensora do ensino religioso nas escolas públicas, sendo a única instituição que historicamente nunca negou seu apoio ao ensino religioso. Mesmo tendo sofrido considerável queda numérica, continua a ser a denominação religiosa com mais adeptos no país, De acordo com o Censo 2010 do IBGE, conta hoje com 65% da população,. Em Nova Iguaçu conta com 263.499 fiéis (33,5 % da população). No âmbito nacional, o governo brasileiro e o governo do Vaticano assinaram, em 2008 a Concordata, ainda no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), expressando o apoio ao

---

<sup>48</sup> Artigo 127 das Diretrizes e Bases Normativas do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

ensino religioso, católico e de outras confissões, nas escolas públicas do país, trazendo uma orientação a um ensino confessional que contraria a própria legislação nacional. A crítica de Cunha (2009) a esse documento reside justamente no fato da legislação brasileira não fechar questão quanto ao conteúdo da disciplina que diz que os conteúdos do ensino religioso serão definidos pelos respectivos sistemas de educação, depois de ouvidas entidades civis constituídas pelas diversas confissões religiosas, podendo este ensino religioso ser ou não confessional.

A Igreja Batista em Nova Iguaçu conta com 32.320 adeptos (0,4 % da população do município), e ao nível nacional representa 2% da população brasileira. Essa denominação traz um histórico de defesa pela laicidade como separação entre Igreja e Estado. O documento denominado *Princípios Batistas* afirma como “inalienável a liberdade de consciência e a plena liberdade de religião de todas as pessoas”. Este documento fala também sobre a relação da Igreja com o Estado, afirmando que estes “Devem permanecer separados”, cabendo ao Estado “o exercício da autoridade civil, a manutenção da ordem e a promoção do bem-estar público”.

Num periódico oficial da Convenção Batista Brasileira, o *Jornal Batista*, foi publicado em 2008 um artigo onde Oswaldo Luiz Ribeiro (2008), professor do Seminário Batista do Sul do Brasil, apoiando o Estado laico de direito e diz que “Nossa pátria é a República. Nosso espírito, a Democracia. Não é por outra razão que os batistas carregam, em seu DNA, o cromossomo da separação entre Estado e Igreja”. Porém alguns de seus líderes na atualidade tendem a se posicionar favoráveis ao ensino religioso já que está previsto pela legislação nacional e vem sendo ocupado por diversos segmentos religiosos. Como exemplo, cito uma fala de um representante da Convenção Batista do Estado de São Paulo, que numa audiência pública sobre o ensino religioso, afirmou o seguinte:

Pensamos que o ensino deveria ser laico, como laica é nossa Constituição e o Estado Brasileiro, mas diante das circunstâncias, entendemos que o ensino deve ser trabalhado não a partir da idéia de catequização, nem da discriminação [...]. O Ensino Religioso deve ser trabalhado com o objetivo da formação da cidadania que envolve valores morais e valores éticos.<sup>49</sup>

Com essa declaração a posição batista oscilava entre a defesa da laicidade do Estado e a aceitação do ensino religioso com proposta de trabalho de valores éticos. A possibilidade de aceitação do ensino religioso, mesmo que voltado para valores, deixa de lado as lutas desta

---

<sup>49</sup> Audiência sobre o ensino religioso nas escolas públicas realizada em 12/11/2001 no estado de São Paulo. In: BACHA FILHO. O ensino religioso nas escolas públicas. São Paulo: coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas. Secretaria de Educação de São Paulo. 2002, p. 82-83.

denominação religiosa pela separação entre Igreja e Estado e aceita o ensino religioso obrigatoriamente oferecido pela rede pública de ensino no Brasil.

Como percebi durante as entrevistas na Secretaria de Educação, tal ensino mostrou-se com muitas posturas divergentes, principalmente entre os que defendem um ensino confessional e um ensino interconfessional. Também sua prática como prevê a legislação, “sem qualquer forma de proselitismo”, não atende aos anseios de todos os defensores do ensino religioso visto que muitos grupos religiosos, em sua tarefa evangelizadora olham para esta disciplina como estratégia de propagação de doutrinas e conseqüente crescimento denominacional.

Diante da problemática desta disciplina, as parcerias para o horário integral nas escolas mostraram-se como alternativas para os segmentos religiosos manterem-se presentes na educação pública, seja oferecendo projetos educacionais às escolas, seja oferecendo o espaço físico de suas igrejas para uso das escolas. Julgo que esta proximidade e cooperação com o Poder Público eleva o status destas denominações que passam a colaborar numa área essencial na sociedade, preenchendo as lacunas deixadas pelo próprio Estado.

## **CAPÍTULO 2**

### **OPINIÕES DE DOCENTES SOBRE A RELIGIÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

No capítulo anterior tratei dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino, destaquei que a presença religiosa era comumente notada em várias escolas municipais de Nova Iguaçu e que a questão sobre o ensino religioso se mostrava polêmica. Diante disso, resolvi traçar um panorama sobre a opinião dos docentes sobre a temática. Para tanto, selecionei os professores de quinto ano das escolas de ensino fundamental da rede municipal para entrevistá-los. A escolha levou em consideração o fato de ter acompanhado as aulas de uma turma desse nível de ensino, conforme mostrarei na análise de uma escola no próximo capítulo. As entrevistas com os docentes selecionados foram realizadas nas escolas da rede municipal, nos turnos da manhã e da tarde.

Assim, durante os meses de setembro e outubro de 2012 visitei 35 escolas e apliquei um formulário a 60 professores. Meu objetivo era colher informações de um número abrangente de docentes, de diferentes unidades escolares do município, para traçar um cenário amplo sobre o assunto com a análise das opiniões desses profissionais. Os docentes contribuíram com suas opiniões e mostraram-se em sua maioria interessados pela temática, desejosos inclusive de obter maiores informações sobre a pesquisa e as perspectivas para discussões mais aprofundadas. Os informantes expressaram de forma clara suas opiniões do quanto a religião se fazia presente no cotidiano das escolas e o quanto o assunto vinha sendo pouco debatido na comunidade escolar.

A SEMED autorizou minha entrada nas escolas para aplicação do formulário mediante um documento de autorização que foi apresentado em cada unidade escolar visitada. Adotei como procedimento a aplicação do formulário, pessoalmente, o que me permitiu apresentar as questões a cada docente e marcar as opções escolhidas por eles. Esse procedimento contribuiu para que eles expusessem suas opiniões e muitas vezes a relacionassem às suas experiências nas escolas.

## 2.1. As unidades de ensino pesquisadas

Para visitar as escolas consegui com a Assessoria Técnica de Gestão Pedagógica da SEMED uma listagem (Tabela 6) contendo as 126 escolas da rede municipal de Nova Iguaçu.

Tabela 6 – Escolas da rede pública municipal

| <b>Discriminação</b>   | <b>N</b>   |
|--|------------|
| <b>Total de escolas públicas na rede municipal de Nova Iguaçu</b>                            | <b>126</b> |
| <b>Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)</b>  | 17         |
| <b>Escola de Educação Especial</b>   | 1          |
| <b>Escola com oferecimento apenas das séries finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano)</b> | 1          |
| <b>Escolas com oferecimento das series iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano)</b>     | <b>107</b> |

Como meu propósito era alcançar apenas professores de quinto ano, foi necessário descartar desta pesquisa: 17 EMEI (Escola Municipal de Educação Infantil); uma escola de Educação Especial; e uma escola que oferecia apenas o segundo segmento do ensino fundamental (6º a 9º ano). Em razão disso a listagem foi reduzida para 107 escolas. Desse total, 49 escolas foram consideradas de difícil acesso, principalmente as localizadas nas URG Tinguá e Km 32. Minha dificuldade no acesso a estas escolas se deu ou por serem muito afastadas do centro do município, ou por se localizarem em áreas de elevado índice de violência urbana.

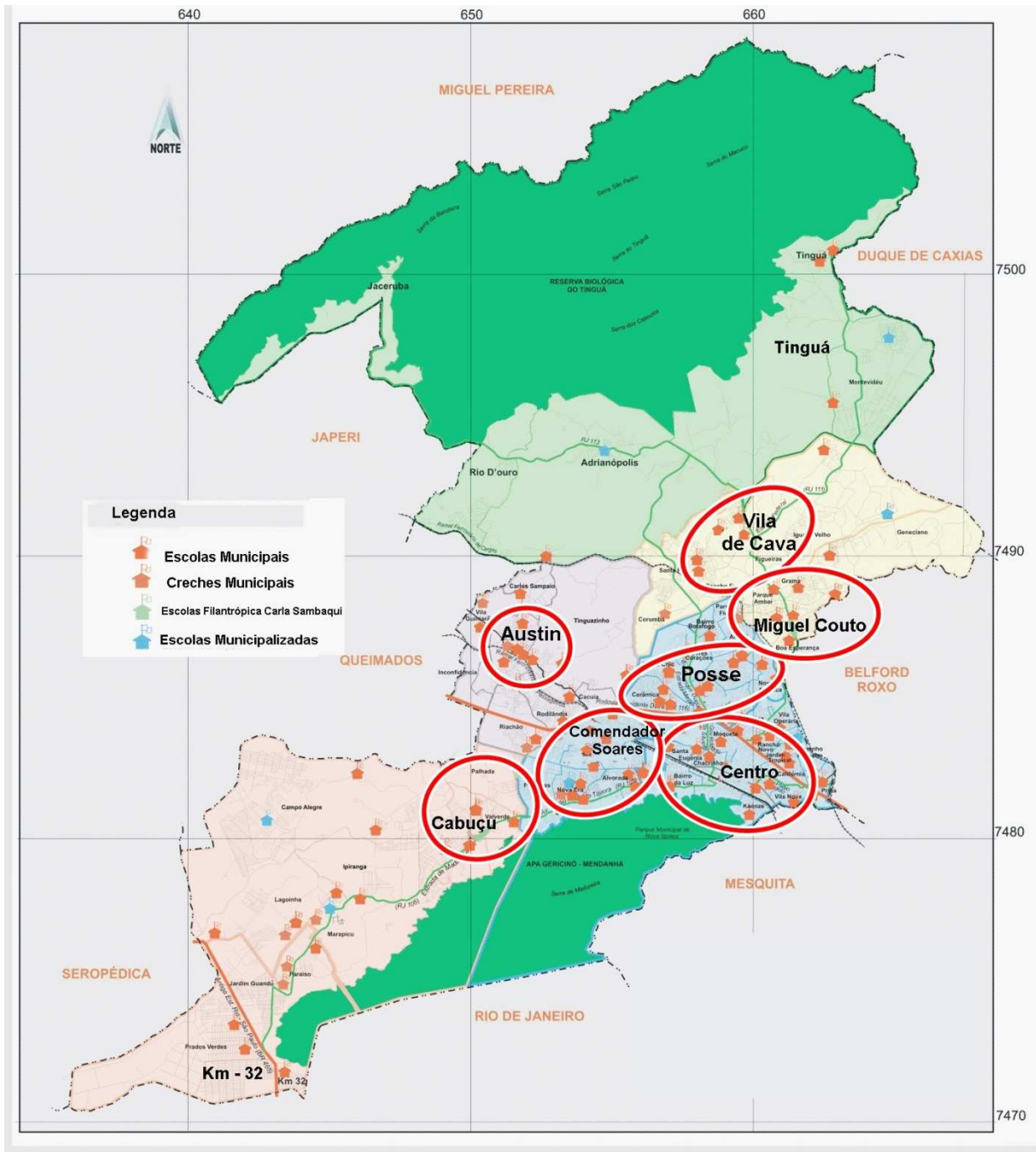
Diante desse número de escolas, foi possível alcançar os resultados conforme apontados na Tabela 7, com a aplicação dos formulários de pesquisa de opinião na rede de ensino municipal.

Tabela 7 – Abrangência da pesquisa de opinião

| <b>Discriminação</b>  | <b>N</b>   |
|---|------------|
| <b>Total de escolas com oferecimento das series iniciais do ensino fundamental (1° ao 5° ano)</b> | <b>107</b> |
| <b>Escolas de difícil acesso à pesquisa</b>   | 49         |
| <b>Escolas contatadas para a pesquisa (telefonemas e visitas preliminares)</b>                    | 58         |
| <b>Escolas efetivamente visitadas</b>   | 35         |
| <b>Questionários aplicados a professores de quinto ano</b>  | <b>60</b>  |

Realizei a pesquisa em sete das nove Unidades Regionais de Governo – URG, de modo a registrar as opiniões de professores de diferentes localidades (Figura 5), não apenas na área do centro administrativo de Nova Iguaçu.

Figura 5 – Mapa das URG alcançadas pela pesquisa de opinião



Fonte: Atlas de Nova Iguaçu, Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (adaptado pelo autor)

As áreas no mapa circuladas em vermelho marcam as localizações das escolas públicas contatadas e visitadas. Dessa forma obtive o resultado que apresento na Tabela 8 quanto à distribuição geográfica alcançada pela pesquisa.

Tabela 8 – Escolas alcançadas pela pesquisa de opinião – por URG

| <b>URG</b>               | <b>Nº de escolas na URG</b> | <b>Nº de escolas contatadas</b> | <b>Nº de escolas efetivamente visitadas</b> | <b>Nº de formulários aplicados</b> |
|--------------------------|-----------------------------|---------------------------------|---|------------------------------------|
| <b>Centro</b>            | 21                          | <b>20</b>                       | 7   | 11                                 |
| <b>Posse</b>             | 14                          | <b>9</b>                        | 8   | 12                                 |
| <b>Comendador Soares</b> | 10                          | <b>1</b>                        | 1   | 2                                  |
| <b>Cabuçu</b>            | 16                          | <b>10</b>                       | 9   | 20                                 |
| <b>Km 32</b>             | 11                          | -                               | -   | -                                  |
| <b>Austin</b>            | 12                          | <b>4</b>                        | 4   | 6                                  |
| <b>Vila de Cava</b>      | 7                           | <b>7</b>                        | 2   | 4                                  |
| <b>Miguel Couto</b>      | 10                          | <b>7</b>                        | 4   | 5                                  |
| <b>Tinguá</b>            | 6                           | -                               | -   | -                                  |
| <b>Total</b>             | <b>107</b>                  | <b>58</b>                       | <b>35</b>                                   | <b>60</b>                          |

Fiz contato preliminar com 58 escolas. Realizei este primeiro contato através de ligações telefônicas ou com visita direta à unidade escolar. Neste momento inicial pude apresentar a pesquisa e solicitar a autorização da direção para a aplicação do formulário. Algumas visitas foram frustradas devido à falta ou impedimento do docente em atender a pesquisa no dia de minha visita. Outras visitas foram mais bem sucedidas com a realização de duas ou mais entrevistas na mesma unidade escolar. As URG de Tinguá e do KM-32, pelos motivos já expostos, não foram alcançadas pela pesquisa.



## 2.2. O formulário de pesquisa

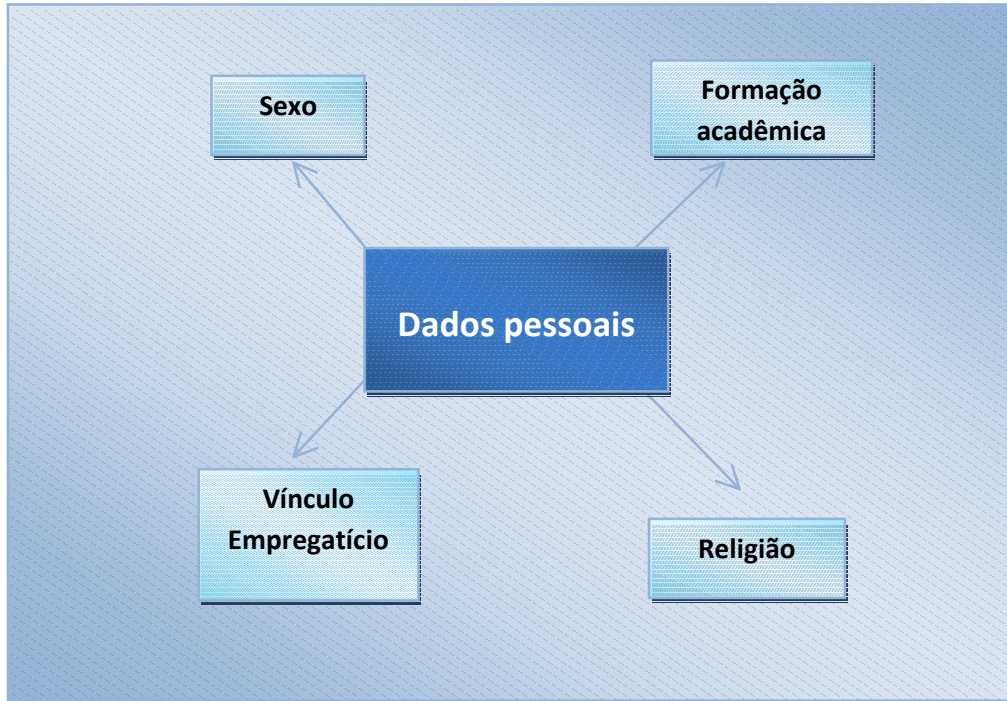
O formulário de pesquisa foi elaborado com 19 questões (ver apêndice I), na tentativa de levantar o perfil dos informantes e suas opiniões acerca das práticas religiosas presentes nas escolas públicas iguaçuanas. Mostro na Figura 6 a divisão do formulário em três blocos de questões.

Figura 6 – Esquema do formulário de pesquisa



O primeiro bloco de questões do formulário conteve três itens sobre dados pessoais dos informantes, abordando sexo, formação acadêmica e vínculo empregatício (concurso ou contrato temporário). A questão final, de número 19 no formulário, também versou sobre o perfil do docente, buscando identificar se ele professava ou não alguma crença religiosa. Na Figura 7 mostro os dados pessoais coletados na pesquisa.

Figura 7 – Dados pessoais



No segundo bloco de questões havia dez que versavam sobre práticas religiosas observadas na escola pública. Levei em conta as manifestações religiosas observadas na escola que acompanhei durante os anos da pesquisa e também as muitas experiências citadas nas entrevistas que realizei. As questões abordavam a forma de celebrar a Páscoa na escola, a fixação de textos religiosos em sala de aula e em corredores, a prática de orações com professores e com alunos, a presença de quadros religiosos promovendo cultos e missas na unidade escolar, as apresentações de alunos em datas festivas com músicas religiosas, os projetos com exposição de símbolos de religiões afro-brasileiras, e o uso de acessórios religiosos por professores e alunos. Na Figura 8 apresento as questões sobre a presença religiosa na escola pública.

Figura 8 – Opiniões sobre práticas religiosas na escola pública



Abordei no terceiro bloco de questões (Figura 9) a temática da disciplina ensino religioso. Esse bloco foi composto por uma pergunta sobre a aceitação da oferta do ensino religioso nas escolas públicas, e outras quatro questões (dependentes) sobre especificidades desta disciplina. Apliquei as questões dependentes apenas aos docentes que se mostravam favoráveis ao ensino religioso. Considerei estas questões de suma importância para analisar o posicionamento desses professores e seu pensamento sobre os objetivos, a forma, os níveis de ensino e quanto ao professor apto a lecionar tal disciplina.

Figura 9 – Opinião sobre o ensino religioso



Os dados coletados a partir dos formulários foram processados no software **SPSS** (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 16.0 (set. 2007), no qual pude criar tabelas com cálculo de frequência e cruzamento de variáveis, facilitando a análise posterior.

### 2.3. O perfil dos informantes

Como visto, a amostra foi constituída de 60 docentes, mediante procedimentos que não a fez assumir características de aleatoriedade. Assim, o perfil dos informantes apresentou-se homogêneo em muitos aspectos. Por exemplo, quanto ao sexo, a grande maioria foi de mulheres.

Tabela 9 – Sexo dos informantes

| <b>SEXO</b>      | <b>N</b> | <b>%</b> |
|------------------|----------|----------|
| <b>Feminino</b>  | 54       | 90,0     |
| <b>Masculino</b> | 6        | 10,0     |
| <b>Total</b>     | 60       | 100,0    |

Em relação ao vínculo empregatício, considero importante ressaltar que a SEMED promoveu contratação temporária de professores de ensino fundamental no início de 2012, a

fim de suprir a carência de docentes durante aquele ano letivo. Nesse ponto, observei na amostra diferenças significativas. Apesar de haver uma predominância de concursados, foram encontrados 12 sujeitos que tinham contratos temporários junto a SEMED, o que representou 20% do total (Tabela 10).

Tabela 10 – Vínculo empregatício dos informantes

| <b>VÍNCULO EMPREGATÍCIO</b> | <b>N</b> | <b>%</b> |
|-----------------------------|----------|----------|
| <b>Concurso</b>             | 48       | 80,0     |
| <b>Contrato Temporário</b>  | 12       | 20,0     |
| <b>Total</b>                | 60       | 100,0    |

Ainda assim, devido ao fato da maioria dos informantes ser concursados, a variável vínculo empregatício não foi utilizada para verificar discriminações de opiniões dos professores com este item.

Quanto à formação dos docentes (Tabela 11), quantifiquei aqueles com formação em ensino médio (modalidade normal) e ensino superior (formação em Pedagogia ou formação em outros cursos superiores).

Tabela 11 – Formação dos informantes

| <b>FORMAÇÃO</b>                  | <b>N</b> | <b>%</b> |
|----------------------------------|----------|----------|
| <b>Curso Superior</b>            | 50       | 83,3     |
| <b>Apenas Curso Médio Normal</b> | 10       | 16,7     |
| <b>Total</b>                     | 60       | 100,0    |

A maior parte destes apresentou formação superior, seja em Pedagogia, seja em outro curso superior, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12 – Formação: Nível Superior

| <b>FORMAÇÃO<br/>Nível Superior</b>                          | <b>N</b> | <b>%</b> |
|---|----------|----------|
| <b>Apenas Curso Médio Normal</b>                            | 10       | 16,7     |
| <b>Curso Superior em Pedagogia</b>                          | 3        | 5,0      |
| <b>Curso Superior em Pedagogia + Curso<br/>Médio Normal</b> | 19       | 31,7     |
| <b>Curso Superior (outro) + Curso Médio<br/>Normal</b>      | 28       | 46,6     |
| <b>Total</b>  | 60       | 100,0    |

Muitos dos profissionais com nível superior apresentaram formação em outras licenciaturas e apenas um docente em curso de bacharelado. A Tabela 13 destaca apenas os informantes com nível superior.

Tabela 13 – Formação dos docentes: Pedagogia/ outro curso

| <b>FORMAÇÃO</b>                    | <b>N</b> | <b>%</b> |
|------------------------------------|----------|----------|
| <b>Curso Superior em Pedagogia</b> | 22       | 44,0     |
| <b>Outro Curso Superior</b>        | 28       | 56,0     |
| <b>Total</b>                       | 50       | 100,0    |

Ao detalhar ainda mais os inseridos na categoria “outro curso superior”, percebi que a maior parte destes eram formados em Licenciaturas e em Ciências Humanas (Tabela 14).

Tabela 14 – Formação dos docentes: outro curso superior

| <b>FORMAÇÃO - Categoria<br/>“Outro curso superior”</b> | <b>N</b> | <b>%</b> |
|--|----------|----------|
| <b>Letras</b>  | 9        | 32,1     |
| <b>História</b>  | 6        | 21,4     |
| <b>Matemática</b>                                      | 4        | 14,3     |
| <b>Geografia</b>                                       | 4        | 14,3     |
| <b>Biologia</b>  | 2        | 7,1      |
| <b>Educação Artística</b>                              | 1        | 3,6      |
| <b>Educação Física</b>                                 | 1        | 3,6      |
| <b>Arquitetura</b>                                     | 1        | 3,6      |
| <b>Total</b>   | 28       | 100,0    |

Não me foi relatado o oferecimento de projetos ou encontros de formação continuada promovidos pela SEMED, ou mesmo pelas escolas, em que tenham sido levantadas as questões pertinentes à liberdade de escolha religiosa e orientações quanto à atuação do profissional docente no que tange ao respeito às diferenças religiosas dentro das escolas públicas municipais. A ausência dessa temática na formação dos educadores, tanto nos encontros de formação continuada quanto nos próprios cursos de licenciatura pode constituir um interessante ponto de estudo para pesquisas futuras.

Os informantes também puderam expressar seu pertencimento religioso. Percebi a predominância de sujeitos de ramos do Cristianismo (católicos e evangélicos). Entre os que se declararam católicos registrei que dois professores fizeram questão de se declararem como católicos “não praticantes”. Entre os que se declararam evangélicos, várias denominações religiosas foram citadas, visto a diversidade de igrejas evangélicas na região. Dessa forma pude registrar as seguintes igrejas na categoria evangélica, conforme declarado pelos informantes: Igreja Batista, Igreja Presbiteriana, Igreja Presbiteriana Independente, Assembleia de Deus, Igreja Cristã de Nova Vida, Igreja Fé Apostólica, Comunidade Evangélica de Nilópolis, Igreja do Nazareno, Igreja Evangélica de Jesus, Igreja Evangélica Atos, Igreja Metodista Wesleyana e Igreja Congregacional.



Na categoria “outra” foram inseridos, conforme declarado pelos informantes, uma pessoa de cada uma das seguintes confissões: Testemunha de Jeová, Espírita, Cristã, Umbandista e Rosa Cruz. Também nesta categoria, dois sujeitos declararam-se Kardecistas, somando assim sete sujeitos informantes na categoria “outra”.

Como a questão era aberta, alguns sujeitos não desejaram declarar se tinham ou não uma crença religiosa. Cinco informantes não declararam tal posicionamento. Também evidenciei alguns sujeitos que se assumiram como “sem religião” e outros que apenas afirmaram “não professar qualquer crença religiosa”. Por motivos metodológicos categorizei os sete sujeitos com este perfil como “sem religião”. Vale lembrar que as pessoas “sem religião” constituem considerável parcela da população iguaçuana, tendendo a um crescimento e mantendo posições distintas dos que se declaram religiosos. Os sujeitos nesta posição que prestaram suas opiniões nesta pesquisa, mesmo que poucos para constituírem um grupo para comparações mais consistentes, tenderam a optar pela negação de manifestações religiosas na escola pública, fato este que pode apontar para futuros aprofundamentos sobre posições deste grupo. Também vale ressaltar que, apesar de poucas para se definir uma tendência, no caso desta amostra, todas as pessoas “sem religião” foram sujeitos com formação em curso superior.

Tabela 15 – Religião dos informantes

| <b>Religião</b>      | <b>N</b> | <b>%</b> |
|----------------------|----------|----------|
| <b>Evangélico</b>    | 22       | 36,7     |
| <b>Católico</b>      | 19       | 31,7     |
| <b>Sem religião</b>  | 7        | 11,7     |
| <b>Não declarada</b> | 5        | 8,3      |
| <b>Outra</b>         | 7        | 11,7     |
| <b>Total</b>         | 60       | 100,0    |



## **2.4. Opiniões sobre a presença da religião na escola pública**

Como dito, as práticas religiosas que observei numa escola da rede municipal de ensino me serviram de base para elaboração de dez questões do formulário de pesquisa. Pude assim colher opiniões dos docentes de toda rede a respeito de tais práticas. Diante das situações expostas em cada item, os informantes eram impelidos a se manifestar optando por uma das respostas assim apresentadas: “favorável”, “contrário”, “indiferente” ou “não sabe”.

Ordenei os dados numa tabela com totais absolutos e percentuais. Dessa maneira percebi que 75% dos informantes responderam positivamente a questão sobre a prática do ritual da Páscoa Cristã na escola pública, havendo 16,3% de indiferentes e apenas 8,3% de contrários. Os demais itens revelaram-se igualmente ricos para comparações e análises neste capítulo.

Apresento na Tabela 16 as práticas religiosas que foram mais aceitas e as menos aceitas pelos informantes, na ordem decrescentes de opiniões favoráveis às práticas citadas.

Tabela 16 – Opiniões sobre práticas religiosas na escola pública

| Práticas religiosas |   | Favorável |      | Indiferente |      | Contrário |      | Não sabe |     |
|---------------------|---|-----------|------|-------------|------|-----------|------|----------|-----|
|                     |   | N         | %    | N           | %    | N         | %    | N        | %   |
| 1                   | Prática de orações em reuniões com professores da escola pública        | 45        | 75,0 | 10          | 16,7 | 5         | 8,3  | -        | -   |
| 2                   | Ritual de celebração da Páscoa cristã na escola pública                 | 44        | 73,0 | 10          | 17,0 | 6         | 10,0 | -        | -   |
| 3                   | Apresentações de alunos em datas festivas com músicas religiosas        | 39        | 65,0 | 12          | 20,0 | 9         | 15,0 | -        | -   |
| 4                   | Textos religiosos fixados em sala de aula e corredores da escola        | 38        | 63,3 | 9           | 13,3 | 13        | 21,7 | -        | -   |
| 5                   | Uso de acessórios que simbolizem pertencimento religioso de alunos      | 32        | 53,3 | 23          | 38,3 | 5         | 8,3  | -        | -   |
| 6                   | Prática de orações em reuniões com alunos da escola pública             | 31        | 51,7 | 14          | 23,3 | 13        | 21,7 | 2        | 3,3 |
| 7                   | Projetos com exposição de símbolos de religiões afro-brasileiras        | 31        | 51,7 | 13          | 21,7 | 15        | 25,0 | 1        | 1,7 |
| 8                   | Uso de acessórios que simbolizem pertencimento religioso de professores | 26        | 43,3 | 26          | 43,3 | 8         | 13,3 | -        | -   |
| 9                   | Presença de religiosos promovendo cultos na escola pública              | 19        | 31,7 | 10          | 16,7 | 29        | 48,3 | 2        | 3,3 |
| 10                  | Distribuição de “doces de Cosme e Damião” na escola pública             | 5         | 8,3  | 11          | 18,3 | 43        | 71,7 | 1        | 1,7 |

Como exposto nesta tabela, sete práticas religiosas na escola pública tiveram mais de 50% de aprovação entre os informantes, a saber: prática de orações em reuniões com professores da escola pública; ritual de celebração da Páscoa Cristã na escola pública; apresentações de alunos em datas festivas com músicas religiosas; textos religiosos fixados em sala de aula e corredores; uso de acessórios que simbolizem pertencimento religioso de alunos; prática de orações em reuniões com alunos da escola pública; projetos com exposição de símbolos de religiões afro-brasileiras.

Quando analisei o pertencimento religioso, pude notar algumas diferenças entre opiniões de evangélicos e católicos. Essas diferenças enriqueceram a análise e me permitiram uma percepção do quanto os seguidores de vertentes cristãs tenderam a aprovar determinadas práticas religiosas no espaço público e que, mesmo sendo ambos (católicos e evangélicos) ligados ao Cristianismo, houve certas distinções significativas em suas opiniões. Estes dois grupos foram analisados por constituírem o maior número de elementos na pesquisa (42 sujeitos no total, sendo 22 evangélicos e 20 católicos). Os demais grupos constituíram menor número, dificultando comparações e conclusões. Na Tabela 17 apresento o quadro geral das opiniões dos informantes e nas colunas a direita as opiniões distintas entre evangélicos e católicos.

Tabela 17 – Opiniões sobre práticas religiosas na escola pública / evangélicos e católicos

| <i>Prática religiosa</i> |  | Opinião Geral (favoráveis) |      | Opinião entre Evangélicos (favoráveis) |      | Opinião entre Católicos (favoráveis) |      |
|--------------------------|--|----------------------------|------|--|------|--------------------------------------|------|
|                          |  | N                          | %    | N                                      | %    | N                                    | %    |
| 1                        | <b>Prática de orações em reuniões com professores da escola pública</b>        | 45                         | 75,0 | 18                                     | 81,8 | 18                                   | 89,5 |
| 2                        | <b>Ritual de celebração da Páscoa cristã na escola pública</b>                 | 44                         | 73,0 | 21                                     | 95,5 | 16                                   | 78,9 |
| 3                        | <b>Apresentações de alunos em datas festivas com músicas religiosas</b>        | 39                         | 65,0 | 18                                     | 81,8 | 15                                   | 73,7 |
| 4                        | <b>Textos religiosos fixados em sala de aula e corredores da escola</b>        | 38                         | 63,3 | 14                                     | 63,6 | 17                                   | 84,2 |
| 5                        | <b>Uso de acessórios que simbolizem pertencimento religioso de alunos</b>      | 32                         | 53,3 | 11                                     | 50,0 | 14                                   | 68,4 |
| 6                        | <b>Prática de orações em reuniões com alunos da escola pública</b>             | 31                         | 51,7 | 14                                     | 63,6 | 14                                   | 68,4 |
| 7                        | <b>Projetos com exposição de símbolos de religiões afro-brasileiras</b>        | 31                         | 51,7 | 8                                      | 36,4 | 15                                   | 73,7 |
| 8                        | <b>Uso de acessórios que simbolizem pertencimento religioso de professores</b> | 26                         | 43,3 | 8                                      | 36,4 | 7                                    | 36,4 |
| 9                        | <b>Presença de religiosos promovendo cultos na escola pública</b>              | 19                         | 31,7 | 11                                     | 50,0 | 5                                    | 26,3 |
| 10                       | <b>Distribuição de “doces de Cosme e Damião” na escola pública</b>             | 5                          | 8,3  | 0                                      | 0,0  | 3                                    | 15,8 |

Na comparação entre evangélicos e católicos, houve algumas opiniões bem próximas, como quanto aos seis primeiros itens analisados. Outras, no entanto mostraram que os grupos tenderam a dar maior ênfase a determinadas práticas religiosas que mais se coadunavam com suas doutrinas e negar aquelas que se distanciavam de sua prática religiosa.

Por exemplo, a opinião dos docentes evangélicos quanto a projetos com exposição de símbolos de religiões afro-brasileiras tendeu a ser menos favorável do que a dos católicos (36,4% de favoráveis entre os evangélicos contra 73,7% de favoráveis entre os católicos). Notei o desconforto do grupo evangélico diante de símbolos de religiões não cristãs, religiões essas historicamente discriminadas na sociedade e com práticas religiosas que se distinguiram das tradições do Cristianismo.

Ainda assim, os professores evangélicos não se manifestaram totalmente contrários aos projetos que envolveram a cultura afro-brasileira (já que foram 31% de indiferentes e outros 31% de contrários entre este grupo). Este posicionamento mostrou provavelmente o conhecimento destes sobre a legislação vigente, que versa sobre ensino da história e cultura africana e que foi disseminada entre os docentes por meio de ampla divulgação apoiada pelos movimentos sociais ligados às comunidades afro-descendentes no Rio de Janeiro.

No caso dos docentes pesquisados, as práticas mais distantes das doutrinas do Cristianismo foram negadas, como as ligadas às religiões afro-brasileiras, ao passo que aquelas que eram próprias do Cristianismo foram mais aceitas, como a celebração da Páscoa<sup>50</sup> (com 95,5% de aceitação entre evangélicos e 78,8% de aprovação entre católicos). Também o grupo de evangélicos tendeu a aceitar melhor a presença de religiosos na escola pública (com 50% de aprovação entre evangélicos contra 26% de aprovação entre os católicos), apontando maior aceitação a uma prática que favorecia ao proselitismo do próprio grupo religioso evangélico no espaço público escolar.

Entre os católicos notei uma aceitação maior de quase todas as práticas religiosas. As que foram menos aceitas por este grupo foram a presença de religiosos promovendo cultos na escola pública e a distribuição de “doces de Cosme e Damião” neste espaço. Quanto a esta última prática, durante as entrevistas, notei a percepção dos católicos quanto à resistência de muitos evangélicos, que condenavam a prática de distribuição de doces<sup>51</sup> na escola pública

---

<sup>50</sup> Analiso o ritual da Páscoa Cristã em profundidade no terceiro capítulo desta dissertação, ao discorrer sobre minhas observações numa escola da rede pública de ensino.

<sup>51</sup> Aprofundo a análise quanto a prática de distribuição de “doces de Cosme e Damião” no terceiro capítulo desta dissertação. Este assunto foi alvo das discussões durante as observações na escola acompanhada.

(entre os evangélicos informantes, todos foram contrários a essa prática). Também observei que entre pessoas “sem religião” também não houve aceitação dessa prática, tendendo este grupo a manter-se afastado das manifestações religiosas. Os católicos, mesmo que fossem favoráveis à prática religiosa da distribuição dos doces no dia 27 de setembro tenderam a abster-se dela evitando conflitos por este motivo.

Ainda quanto aos católicos, nos demais itens, manteve-se alta porcentagem de opiniões favoráveis, mostrando um apelo à presença religiosa e a valores tidos por este grupo como comuns a diversas crenças, que se tornariam importantes na escola.

Algumas opiniões foram comuns a esses dois grupos. Uma delas foi a maior tolerância diante das práticas trazidas pelos alunos e maiores restrições àquelas manifestas por professores. Assim, quanto ao uso de acessórios que simbolizassem pertencimento religioso (crucifixos, guias, etc.), houve maior aceitação para o uso pelos alunos (aprovação de 53,3% dos informantes no geral), e aceitação um pouco menor do uso deste tipo de acessório por professores (aprovação de 43,3% no geral). Quanto a isto, tanto evangélicos quanto católicos manifestaram posições de menor aceitação da ostentação de acessórios religiosos por professores (caindo a aceitação nestes grupos para 36,4%) e maior aceitação por alunos (50% de favoráveis entre os evangélicos e 68% de favoráveis entre os católicos). A tendência exposta pela opinião desses dois grupos foi de que as crianças poderiam ter liberdade para expor seu pertencimento religioso e que os docentes deveriam se manter mais reservados quanto a esse aspecto a fim de evitar imposições aos alunos. Também observei neste item um número expressivo de pessoas indiferentes ao uso dos acessórios citados.

Daí aflorou uma contradição entre as opiniões, já que em todas as demais questões os professores aprovaram manifestações religiosas, como, por exemplo, na prática de orações em reuniões com docentes e na prática de rituais próprios do Cristianismo entre alunos e responsáveis.

Uma preocupação que foi recorrente nesse sentido foi quanto às imposições religiosas da parte de professores. Foram mais aceitas as orações em reuniões entre professores do que nas reuniões com alunos. Assim os docentes tendiam a evitar imposições de comportamentos religiosos aos alunos, mas sentiam-se mais à vontade entre seus pares.

Por outro lado houve grande aceitação de manifestações religiosas que, na maioria das vezes, eram promovidas pelos docentes e expostas a todos, inclusive a alunos. Por exemplo, textos religiosos expostos em corredores e em sala de aula tiveram maior aceitação (com mais de 63% de aprovação em todos os grupos analisados). Esses textos religiosos, em sua maioria, eram comumente levados à escola pelos docentes (e não por alunos), de modo a

manifestar sua crença a toda escola. A religião servia então para a transmissão de valores, mas na maioria das vezes de forma vertical, vindo dos professores para os alunos, e de forma a prevalecer a religião da maioria dos docentes.

A prática religiosa apoiada pelos docentes, tendendo a sua própria religião, manifestou uma prática impositiva e intolerante. Impositiva por desconsiderar a heterogeneidade do espaço público de alcance massificado, e impunha uma prática própria de apenas um grupo na sociedade. E intolerante por tender a calar as vozes divergentes ou contrárias que precisavam sucumbir às práticas dos grupos religiosos de maior prestígio na escola. Ao mesmo tempo estes grupos minoritários, ou de menor prestígio, negavam suas práticas religiosas a fim de evitar os conflitos que poderiam ocorrer diante de uma exposição pública.

Prossegui esta reflexão considerando as expectativas dos docentes em relação à disciplina ensino religioso, conforme exposto no próximo ponto analisado

## **2.5. Opiniões quanto à disciplina ensino religioso nas escolas públicas**

Os docentes ouvidos tiveram a oportunidade de manifestarem-se sobre a presença da disciplina ensino religioso nas escolas públicas. Como expus anteriormente, essa disciplina não vinha sendo oferecida pela rede municipal de ensino de Nova Iguaçu. Mesmo com a previsão no Plano Municipal de Educação de oferecê-la não havia qualquer movimento, até meados do ano de 2012, para que isso se concretizasse nos próximos anos.

Ainda assim, a ausência da disciplina ensino religioso não isentou a escola pública de práticas religiosas. Pelo contrário, favoreceu a criação de expectativas entre os docentes de que a disciplina deveria ser oferecida para suprir uma lacuna no currículo escolar.

Na Tabela 18 apresento o quanto os docentes mostraram opinião favorável ao oferecimento da disciplina:

Tabela 18 – Opinião sobre o oferecimento do ensino religioso

| <b>A disciplina ensino religioso deveria ser oferecida?</b> | <b>Nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| <b>Sim</b>  | 49        | 81,7     |
| <b>Não</b>  | 6         | 10,0     |
| <b>Indiferente</b>  | 5         | 8,3      |
| <b>Não sabe</b>   | -         | -        |
| <b>Total</b>  | 60        | 100,0    |

A maior parte dos docentes aprovou a implantação da disciplina ensino religioso nas escolas públicas municipais. Essa aprovação em grande número concordou com toda aceitação dos pesquisados quanto às práticas religiosas presentes nas escolas públicas, conforme visto no tópico anterior.

Ao se comparar o total obtido com a aprovação da disciplina de acordo com o pertencimento religioso dos sujeitos, percebi que 94,7 % dos católicos e 86,4% dos evangélicos foram favoráveis. Entre os contrários e indiferentes estiveram predominantemente os grupos que não professaram a fé cristã, sendo que dos 11 deles apenas dois sujeitos professaram o pertencimento religioso evangélico. Além disso, nenhum católico foi contrário ou indiferente ao oferecimento da disciplina. Assim a tendência nessa amostra foi de aprovar a inserção de uma disciplina própria para o ensino religioso.

Também foi amplamente majoritária entre os informantes a opinião de que o oferecimento da disciplina não se restringisse ao ensino fundamental, mas que abrangesse toda educação básica, conforme visto na Tabela 19.

Tabela 19 – Abrangência do ensino religioso – níveis de ensino

| <b>Em que níveis de ensino a disciplina ensino religioso deveria ser oferecida nas escolas públicas?</b> | <b>Nº</b> | <b>%</b> |
|--|-----------|----------|
| <b>Em toda educação básica</b>   | 43        | 87,8     |
| <b>Apenas no ensino fundamental</b>  | 3         | 6,1      |
| <b>Educação Infantil e ensino fundamental</b>  | 3         | 6,1      |
| <b>Educação Infantil</b>   | -         | -        |
| <b>Total</b>   | 49        | 100,0    |

Como destacado, o anseio da maioria desses informantes foi de que houvesse a disciplina ensino religioso em toda educação básica. Essa abrangência é adotada na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, desde 2000 (lei 3459/2000), ampliando o disposto no artigo 210 Constituição Federal e também no artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9694/96) quanto ao oferecimento da disciplina apenas no ensino fundamental das escolas públicas.

Ao aprofundar ainda mais a temática, percebi que, segundo a opinião dos docentes ouvidos, a disciplina não teria o mesmo teor do adotado na rede estadual de ensino. A prescrição nessa rede foi de um modelo confessional, onde cada credo contemplado teve um determinado número de professores distribuídos entre as escolas públicas estaduais.

Mostro na tabela a seguir os objetivos específicos da disciplina narrados pelos 49 informantes que foram favoráveis ao ensino religioso. Como a questão permitia escolher mais de um objetivo, a maioria dos informantes manifestou ser favorável a mais de uma opção.



Tabela 20 – Opiniões sobre os objetivos do ensino religioso

| <b>Quais seriam os objetivos da disciplina ensino religioso nas escolas públicas?</b> | <b>Nº</b> | <b>% do total</b> |
|---|-----------|-------------------|
| <b>Combater a agressividade dos alunos</b>  | 33        | 67,3              |
| <b>Transmitir valores religiosos</b>  | 30        | 61,2              |
| <b>Conhecer sobre religiões diferentes da própria</b>                                 | 29        | 59,2              |
| <b>Conhecer sobre história das religiões</b>  | 28        | 57,1              |
| <b>Conhecer mais sobre a própria religião</b>   | 16        | 32,1              |
| <b>Outro objetivo</b>   | 9         | 8,0               |

Quanto aos objetivos da disciplina os informantes foram mais favoráveis a um modelo que ajudasse a combater a agressividade e onde o aluno aprendesse sobre valores religiosos, sobre religiões diferentes da própria e sobre a história das religiões.

Foi interessante perceber que o item mais escolhido foi quanto ao uso da disciplina para “combater a agressividade dos alunos”. A religião neste caso seria um suporte ao convívio pacífico entre alunos.

A perda da autoridade da escola frente a tal comportamento teria feito a instituição escolar recorrer aos sentimentos religiosos e a práticas que servissem para coagir comportamentos. Nesse sentido, Cavaliere (2006, p. 10) afirma:

Se pensarmos o ensino religioso nas escolas públicas no contexto da crise de identidade e de eficácia que hoje atinge essa escola, ele pode ser visto como mais um sintoma dramático dessa crise. O fortalecimento da presença da religião na escola pública vem na exata medida em que a ação educativa escolar se enfraquece. Revela, de um lado, esse fracasso do campo educacional e, de outro, a capitulação do Estado a uma ação mais efetiva no processo de socialização e incorporação social das grandes massas da população. [...] A incapacidade do Estado e da instituição escolar moderna em realizar eficazmente suas tarefas de socialização das massas populares que a ela acorrem tem gerado, inclusive entre os profissionais da educação, um sentimento de capitulação e de aceitação de uma solução que vem de fora.

Assim como na pesquisa realizada por Cavaliere na rede estadual, os professores da rede municipal de Nova Iguaçu mostraram-se ansiosos por algo que os ajudasse a enfrentar na escola os comportamentos julgados inadequados, agressivos e de resistência à autoridade

nesse espaço. Nesse caso o papel socializador da escola seria efetivado principalmente por meio do uso da religião.

A transmissão de valores religiosos seguiu no mesmo sentido de implantar entre os alunos valores que os submetessem às regras de convivência aceitas. A disciplina então serviria muito mais como um condutor de valores de comportamento e de moral do que propriamente de conhecimentos ou práticas religiosas.

Os informantes também expressaram como valor o conhecimento das diferentes religiões e sobre história das religiões. O conhecimento da própria religião do aluno não foi tido como tão importante pelos informantes, deixando isso a cargo da família e das religiões na divulgação de doutrinas a seus seguidores. A tendência das opiniões desses docentes foi de que a escola não deveria servir como uma continuação da igreja ou de qualquer denominação religiosa.

No grupo definido como “outro objetivo” ficaram opiniões como a transmissão de valores éticos, direitos e deveres, cidadania, intolerância religiosa, e a religião enquanto objeto de estudo. Desse modo, o modelo confessional foi menos apreciado pelos docentes alcançados pela pesquisa, ao passo que os modelos que estudassem a história das religiões e valores foram mais aceitos, conforme visto na Tabela 21.

Tabela 21 – Opiniões sobre o formato do ensino religioso

| <b>De que forma a disciplina ensino religioso deveria ser oferecida nas escolas públicas?</b> | <b>Nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| <b>Valores</b>  | 12        | 24,5     |
| <b>Interconfessional</b>  | 8         | 16,3     |
| <b>Tema transversal no currículo</b>  | 8         | 16,3     |
| <b>História das religiões</b>   | 7         | 14,3     |
| <b>Confessional</b>   | 2         | 4,1      |
| <b>Outro</b>  | 12        | 24,5     |
| <b>Indiferente</b>  | -         | -        |
| <b>Não sabe</b>   | -         | -        |
| <b>Total</b>  | 49        | 100,0    |

Como visto, as opções mais escolhidas foram relativas ao ensino de “valores” e “interconfessional”. Na categoria “outro”, a maioria das repostas foi na tentativa dos

informantes combinarem o ensino de valores com o ensino interconfessional. As demais formas mais bem aceitas foram os modelos interconfessional, tema transversal no currículo e história das religiões. Desse modo o anseio dos docentes pesquisados foi por uma disciplina que envolvesse valores e trabalhasse a tolerância em relação às diferenças religiosas no espaço público.

Também foi marcante o fato de apenas dois docentes terem escolhido o modelo confessional de ensino religioso. As pesquisas já citadas de Cavaliere (2006) e de Caputo (2012) mostravam as dificuldades quanto a implantação do ensino religioso no modelo confessional na rede estadual, havendo grande resistência à este formato mesmo entre os próprios professores da disciplina. Essa resistência ao modelo confessional se repetiu entre os informantes em Nova Iguaçu. O ensino religioso pretendido pelos docentes das escolas iguaçuanas não seria voltado para uma religião específica. Também não notei um apelo ao transcendente ou intrínseco do religioso. O que percebi nas posições expressas pelos docentes foi uma tentativa de implantar algo que pudesse oferecer uma compreensão mais ampla do aspecto religioso na sociedade e que servisse para transmissão de valores socializadores entre os alunos.

As opiniões dos docentes a respeito do professor apto a lecionar tal disciplina vieram a confirmar essa proposição, já que a maioria dos informantes viu a necessidade de haver um professor que tivesse uma formação em Ensino Religioso ou que fosse licenciado numa área que tomasse a religião como objeto de estudo. Apresento na Tabela 22 a opinião dos docentes em relação ao professor apto a lecionar o ensino religioso.

Tabela 22 – Opiniões sobre o professor de ensino religioso

| <b>Quem deveria lecionar a disciplina ensino religioso nos primeiros anos do nível fundamental nas escolas públicas?</b>         | <b>Nº</b> | <b>%</b> |
|--|-----------|----------|
| <b>Um professor concursado que tenha formação em Filosofia, História ou Sociologia</b>   | 16        | 32,7     |
| <b>Um professor específico, concursado e com formação em ensino religioso</b>  | 15        | 30,6     |
| <b>Um professor específico, concursado e com formação em Ensino Religioso e autorização da entidade religiosa que represente</b> | 9         | 18,3     |
| <b>O próprio professor da turma</b>  | 5         | 10,2     |
| <b>Quadros religiosos (pastores, padres, freiras, etc)</b>   | 4         | 8,2      |
| <b>Total</b>   | 49        | 100,0    |

Como exposto, os informantes apresentaram opiniões favoráveis a um ensino religioso não confessional, ministrado por professores habilitados ao ensino da religião enquanto objeto de estudo. Essa preocupação refletiu uma perspectiva de que o ensino religioso não devesse servir para falar de uma única religião na escola, mas para a compreensão das diversas religiões na sociedade e propagação de ideais de tolerância religiosa e convívio com as diferenças no espaço público.

Não foi tão interessante aos docentes pesquisados o modelo que necessitasse de autorização de entidades religiosas para a docência nesta disciplina. Também não foi bem aceita a ideia de que o próprio professor da turma lecionasse o ensino religioso, com a religião como tema transversal no currículo. Em vários momentos durante a aplicação dos formulários, os sujeitos afirmaram não ter a formação necessária para ministrarem a disciplina ensino religioso, recorrendo assim a um profissional que o tivesse estudado a temática em sua graduação. Assim o modelo que percebi mais bem aceito foi de uma disciplina que viesse a contemplar o respeito a diversas religiões e propagasse entre os alunos alguns valores necessários à convivência na escola.

Ressalto que a pesquisa de opinião apresentada assumiu um caráter preliminar, aproximativo, de forma que outras pesquisas poderão ser futuramente realizadas a fim de contemplar uma amostra mais significativa e traçar as opiniões de maior número de docentes sobre o tema. Ainda assim, os dados coletados ofereceram uma aproximação das opiniões dos docentes nesta rede de ensino sobre a religião na educação pública.

### CAPÍTULO 3

#### Naturalização da religião numa escola pública: proselitismo e conflitos

Aprofundei a pesquisa de campo no microcosmo escolar analisando a presença religiosa no cotidiano dos profissionais de educação em Nova Iguaçu. Para isso, procedi à observação intensa numa escola pública da rede municipal de ensino.

Após um período de visitas preliminares<sup>52</sup>, realizei observação sistemática da escola no período de junho a dezembro de 2011. Além disso, mantive as visitas durante o ano seguinte, retornando à escola no mês de março, e terminando meu trabalho de observação no dia 11 de outubro de 2012.

Notei que as práticas religiosas próprias de vertentes do Cristianismo, principalmente as de igrejas evangélicas, haviam se naturalizado na escola. As práticas religiosas aceitas eram apenas as que coadunavam com costumes destas igrejas, sendo negadas práticas de outras denominações religiosas.

A título de comparação com outro município brasileiro, a pesquisa recente de Heli Sabino de Oliveira (2012), em Belo Horizonte (MG), apresentou uma situação com predomínio de práticas católicas nas escolas. Este autor apresentou

[...] a manifestação da religiosidade católica como construto simbólico balizador das demais crenças religiosas que se expressam no espaço escolar. Diferente do pentecostalismo e de outros grupos religiosos, o catolicismo não causa aos professores e alunos estranhamento pois é concebido como fato social da vida escolar e não como resultado de um determinado *ethos* cultural (OLIVEIRA, 2012, p.6).

Já na escola em Nova Iguaçu percebi que muitas práticas católicas não eram aceitas. Se em Belo Horizonte os movimentos pentecostais (evangélicos) foram vistos com estranhamento na escola, em Nova Iguaçu foram estes movimentos que ganharam força e abafaram, por exemplo, as práticas de veneração a santos da Igreja Católica.

A escola que me serviu de campo da pesquisa localizava-se num bairro residencial próximo ao centro de Nova Iguaçu. Fui motivado a escolhê-la pela facilidade de acesso ao local, o que me permitiu conciliar a pesquisa de campo com minhas atividades de trabalho e estudo.

---

<sup>52</sup> Reforçando o que já expus na introdução deste trabalho, registro que o primeiro período de minhas observações na escola ocorreu de fevereiro a setembro de 2010, ainda durante minha graduação em Pedagogia na UFRRJ. Aproveitei destes registros preliminares para exposição das primeiras impressões que tive da unidade escolar e também para ressaltar aspectos interessantes à pesquisa que perduraram durante os dois anos seguintes de observação.

No presente capítulo preferi omitir o nome da escola e dos sujeitos que nela atuavam a fim de preservar suas identidades e deixar ao leitor a compreensão de que a unidade de ensino que observei era uma entre tantas outras da rede pública de ensino de Nova Iguaçu.

A unidade escolar era de pequeno porte: uma construção simples de alvenaria, com apenas um pavimento e telhado colonial. A escola contava com quatro salas de aula, uma secretaria, uma sala de informática (que também funcionava como sala de professores), um depósito, três pequenos banheiros, um refeitório e um pátio sem cobertura que servia para atividades de educação física. Algumas árvores e plantas sombreavam a escola e ofereciam à construção o aspecto de uma residência simples e antiga.

A proximidade com uma importante via que levava ao centro de Nova Iguaçu favorecia o acesso à escola, com diversas linhas de ônibus para o centro da cidade e para outros municípios como Nilópolis, Mesquita, Seropédica, Itaguaí e Rio de Janeiro. Por outro lado, esta proximidade trazia muito ruído gerado pelo fluxo intenso de veículos e muitas vezes dificultava o trabalho docente. Além disso, ao redor da escola, atividades industriais como a extração de brita para construção civil e usinas de asfalto e concreto também geravam poluição atmosférica e sonora.

A instituição atendia a 188 alunos, da educação infantil ao quinto ano, sendo divididos em dois turnos (manhã e tarde). O corpo discente era composto de crianças moradoras do entorno da escola e de bairros vizinhos e, em sua maioria, pertencentes a famílias de classes populares. A escola contava com 33 funcionários, sendo oito professores em sala de aula, uma equipe de gestores e pedagogos e também funcionários na área de apoio administrativo, de limpeza e de cozinha. Em cada turno, quatro turmas utilizavam as salas de aula, havendo uma média de 94 alunos por turno e 24 por sala de aula. Alguns funcionários permaneciam na escola durante todo o dia, outros trabalhavam apenas num dos turnos. Os professores contavam com apoio de livros didáticos distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) a todos os alunos.

Minhas visitas iniciais à escola revelaram certo abandono por parte da administração da Secretaria Municipal de Educação, com salas de aula mal iluminadas, carecendo de pintura e reparos, além de um mobiliário em degradante estado de conservação. Como o refeitório era pequeno para comportar todas as turmas ao mesmo tempo, o horário de recreio era concedido a uma turma por vez, sendo destinados 15 minutos para cada turma se alimentar da merenda fornecida pela Prefeitura e para brincar no pequeno pátio.

Não havia biblioteca. Segundo os funcionários, havia livros na escola, porém seu uso não era comum às crianças e professores, faltando uma estrutura física e ações pedagógicas

que facilitassem este acesso. Além desta deficiência, a estrutura da escola deixava a desejar quanto a um espaço mais amplo para reuniões ou eventos.

Durante minha observação ocorreu uma reforma na unidade de ensino e troca de mobiliário, melhorando em muito o aspecto físico e as condições de trabalho e estudo no local. Quanto à dificuldade de espaço de reuniões, só houve alguma melhora no último ano de minha observação, com a construção de uma cobertura no pátio, para uso durante as aulas de educação física e para reuniões e eventos que envolvessem a comunidade escolar.

Ainda em 2010, em meu primeiro contato com a escola, fui recebido pela diretora e pude expor minha pesquisa e solicitar autorização para início das observações. A diretora da unidade escolar consentiu com o início de pesquisa, mas apresentou alguns argumentos quanto à ausência de elementos religiosos na escola. O primeiro argumento foi quanto à neutralidade da escola em matéria religiosa. O segundo argumento foi o respeito e tolerância que a escola mantinha a todas as formas de crença, sem discriminações ou segregações por motivos religiosos. Por fim, a gestora argumentou que nem na escola, nem na rede municipal de ensino, havia a disciplina ensino religioso e, segundo ela, isso isentava a escola da temática religiosa.

Quanto ao primeiro argumento da diretora, relativo à neutralidade da escola em matéria religiosa, percebi que o discurso foi acompanhado por uma prática que claramente privilegiou um segmento religioso e deixou transparecer a contradição entre o discurso e a realidade e a pouca crítica sobre a sua atuação e a dos profissionais da escola no tocante à presença religiosa.

O segundo argumento da diretora, quanto ao respeito e tolerância a todos os credos, também não se sustentou diante das observações do cotidiano escolar. O que presenciei foi uma prática onde os sujeitos claramente expressavam sua forma de crer a todos, sem questionamentos sobre estarem num ambiente mantido pelo Poder Público ou sobre a diversidade religiosa presente na escola. A própria legislação brasileira já proibiu a prática proselitista religiosa na escola pública, pois esse espaço não poderia ser usado para ganhar adeptos para este ou aquele credo ou mesmo para propagar fé ou descrença. Porém, verifiquei em vários momentos a ocorrência de práticas tendenciosas a certos setores do Cristianismo. Poucas foram as citações sobre outras formas de crer ou mesmo sobre formas de não crer. As religiões de menor expressão numérica pouco foram citadas em estudos e eventos nesta escola.

O terceiro argumento, quanto à ausência de ensino religioso e conseqüente ausência de qualquer elemento religioso, igualmente não se sustentou diante de uma análise criteriosa.

Notei que a ausência da disciplina não fez com que a escola ficasse isenta de manifestações religiosas promovidas pelos próprios gestores e docentes, nos planejamentos e projetos pedagógicos escolares. A presença do religioso no espaço público dispensou a existência de uma disciplina específica.

Na fala da diretora cada um teria seu posicionamento religioso pessoal e tal não era, de forma alguma, imposto à coletividade e pouco poderia ser visto na escola no tocante à presença religiosa. Essa fala encontrava apoio nos membros da equipe de trabalho presente na secretaria da escola. Na percepção da gestora havia poucos momentos em que a religião era trabalhada com os alunos. Para ela, nestes “raros” momentos, como nos eventos como Páscoa e Natal, a religião era apresentada a todos sem privilegiar qualquer segmento. A contradição emergiu quando constatei a postura dos profissionais em almejar expor sua fé de forma a compartilhar com os demais seus valores e dogmas e na prática cotidiana envolvendo professores e alunos em claras manifestações religiosas como orações, hinos e reflexões de expressão de segmentos do Cristianismo.

Considerarei relevante existir entre os sujeitos certa inquietação diante dos questionamentos de minha pesquisa sobre a laicidade na escola pública. A presença de um pesquisador atento às possíveis manifestações religiosas na escola causou perceptível desconforto, principalmente nos primeiros dias da pesquisa.

Após esse primeiro momento da minha chegada na escola não houve como ocultar meu próprio pertencimento religioso. Como resido no próprio município, congrego e atuo junto à liderança de uma Igreja Evangélica (Batista) da região, foi fácil a identificação de lugares, pessoas e eventos em comum. Observei que as manifestações religiosas nessa escola se tratavam de manifestações do próprio segmento de que faço parte e no qual atuo há anos, conforme explicitarei na introdução desta dissertação.

Apreendi que os sujeitos ficaram mais à vontade com minha presença ao saber de meu pertencimento religioso comum. A princípio esses sujeitos mostraram pensar que eu defendia a presença da prática religiosa na escola. Com o passar do tempo, perceberam que minha postura era mais para problematizar do que para defender a prática. A professora do quinto ano, comentava sobre o dia-a-dia na Igreja, sobre as viagens a congressos evangélicos, sobre o marido, que também era pastor, e sobre sua própria preocupação em agir de maneira correta quanto à sua fé na escola.

O meu pertencimento religioso, que coincidiu justamente com o do segmento que se mostrou majoritário na escola, me trouxe duas vantagens cruciais e proveitosas para a análise.



A primeira vantagem foi identificar os rituais e símbolos que eram próprios dos segmentos evangélicos. Um olhar sensível a uma imediata identificação de um desenho ou símbolo usado nas igrejas, ou de uma música religiosa não seria tão simples para um pesquisador que não tivesse familiaridade com o meio evangélico.

A segunda vantagem foi a abertura dos sujeitos em falar de sua crença e intenções religiosas sem restrições a alguém que professava a mesma fé. Minha postura em momentos como este foi ouvir atentamente e também de questionar sobre a validade das práticas religiosas evangélicas numa escola pública. Os profissionais de alguma forma compreendiam a problemática da exposição de elementos religiosos, mas muitos achavam que a aceitação naquela comunidade escolar legitimava o uso de tais elementos.

O desafio gerado com esta identificação de pertencimento religioso foi a constante tentativa de me afastar do tema enquanto interesse pessoal e buscar um olhar de estranhamento diante de algumas práticas religiosas que tanto me eram comuns nos ambientes eclesiais. As discussões no grupo de pesquisa da Universidade e a intensa leitura do referencial teórico contribuíram para minha compreensão do lugar da prática religiosa na sociedade. Esse lugar, fora da esfera pública estatal, me fez compreender a luta de tantos segmentos evangélicos no passado por um ensino público laico e pela separação entre Igreja e Estado. Essa longa história de imposições religiosas no Brasil me impulsionou à busca por uma escola onde que conservasse o respeito a toda forma de crer e de não crer.

Com o prosseguimento da pesquisa realizei entrevistas também com os profissionais na escola. As entrevistas semi-estruturadas abrangeram os seguintes temas: função do entrevistado na unidade escolar; posicionamento religioso pessoal do entrevistado; percepção no tocante a elementos religiosos na escola; percepção sobre possíveis conflitos ou discriminações religiosas nesse ambiente; posicionamento sobre prática de eventos religiosos na escola; e posição sobre a laicidade na educação pública. Seguindo este roteiro as entrevistas foram gravadas em áudio e, após, transcritas para análise.

Ao todo foram 13 os entrevistados: três profissionais que atuavam diretamente na gestão da escola; três profissionais da área pedagógica; cinco professores; dois auxiliares gerais (administração e limpeza). Esses sujeitos, que representavam um terço dos funcionários, foram selecionados de forma a contemplar todas as áreas de trabalho escolar (gestão, pedagógico, docência e apoio) e dentro de cada área foram contatados de forma aleatória, dependendo principalmente da disponibilidade de cada um em dedicar o tempo necessário para atender à minha pesquisa. Quanto ao perfil religioso desses entrevistados, certifiquei a predominância de evangélicos (seis sujeitos), e católicos (quatro). Outros dois se

declararam espíritas e apenas uma entrevistada disse não seguir qualquer credo, mas ter uma crença e devoção pessoal.

Os termos “laico” e “laicidade” eram desconhecidos por muitos entrevistados, havendo raras reflexões e discussões sobre a neutralidade religiosa ou posição confessional no espaço público escolar.

Assim como a diretora da escola, muitos entrevistados disseram ser a escola um ambiente neutro em matéria religiosa. Nesta postura manifestaram-se seis sujeitos: a diretora, já citada anteriormente, e a sub-diretora da escola (ambas evangélicas), o professor de educação física (católico), duas professoras (espíritas), e uma auxiliar administrativa (católica). Todos estes apresentaram um discurso de neutralidade e aceitação dos elementos religiosos expostos na escola. Em suas falas, a religião não se configurou como uma questão a ser debatida, visto que não notaram conflitos ou imposições de qualquer forma. A diretora chegou a afirmar: “somos neutros em matéria religiosa!”. A subdiretora concebeu a escola com neutra, e para ela, sempre que havia momentos em que a religião era tratada havia também um “comum acordo” entre os pares, de forma a respeitar e usar elementos ditos universais entre as religiões.

Ainda seguindo este posicionamento, o professor de educação física sequer notou qualquer momento na escola como sendo de cunho religioso. Em seu depoimento, a religião “- só aparece em colégios católicos [...] eu nunca vi a escola pública trazer a religião como elemento a ser trabalhado com os alunos”. Esta fala mostrou a naturalização da religião, visto que este profissional foi um professor que participou das reuniões pedagógicas e eventos onde foram expostas músicas religiosas e orações. Ainda assim, para ele tais manifestações não foram classificadas como sendo de uma religião específica, não havendo, em sua opinião, conflito quanto a esta prática na escola.

A professora da educação infantil e a do quinto ano do turno da tarde expuseram de forma muito próxima seus posicionamentos ligados ao Espiritismo. Para elas, a escola deveria ser neutra sobre a religião e não havia necessidade de debates acerca de doutrinas religiosas divergentes. A exposição de elementos religiosos de outras confissões não as incomodou, pois foram vistos como parte da cultura e do cotidiano da comunidade onde a escola se inseria, como uma forma de reafirmar valores de convivência, e, para elas, “com muitos pontos comuns a todas as religiões”. A auxiliar administrativa seguiu o discurso de uma educação neutra em matéria religiosa. Para ela a religião tinha seus pontos positivos no ambiente escolar, desde que não fosse imposta, mas sim que houvessem pontos em comum para busca de convivência pacífica entre as pessoas de diversas religiões.

Exporei outros aspectos importantes dessas entrevistas ao longo da análise neste capítulo, articulando com as demais observações de campo.

Além das entrevistas, tive como recurso metodológico a observação da escola em quatro aspectos:

- 1) murais e decorações no ambiente escolar;
- 2) eventos e comemorações com envolvimento da comunidade escolar;
- 3) reuniões pedagógicas e conselhos de classe;
- 4) observações em sala de aula numa turma de quinto ano.

No primeiro aspecto notei que os meios visuais de transmissão de informação como murais, cartazes e outras decorações no ambiente escolar serviram muitas vezes para propagar crenças e valores religiosos. Esse uso não se mostrou democrático e aberto a diversas crenças. Houve o predomínio de mensagens voltadas para um segmento religioso específico em detrimento de outros.

Quanto aos eventos, analisei a Páscoa, o Natal, o Dia de São Cosme e São Damião, a comemoração do Dia das Crianças e relatos sobre um projeto em comemoração ao Dia da Consciência Negra. Tais eventos foram marcados algumas vezes pelo reforço da prática religiosa e em outras pela total negação, dependendo do fato de se coadunar ou não com o segmento religioso predominante na escola.

Também observei as reuniões pedagógicas com a equipe de professores e as reuniões de conselho de classe. Essas reuniões foram coordenadas pela orientadora pedagógica (no turno da manhã) e pela orientadora educacional (no turno da tarde). As reuniões foram voltadas apenas para professores que atuavam em sala de aula, havendo algumas datas especiais em que os demais funcionários eram convidados a participar. A pauta sempre trazia um item chamado de “acolhimento”, no início da reunião, onde se privilegiava a reflexão e introspecção, valendo-se muitas vezes de elementos religiosos.

Quanto à observação em sala de aula, estive presente na turma do quinto ano uma vez por semana em 2011. Além disso, considerei enriquecedor à análise o fato de haver observado a mesma professora no ano anterior com outra turma de quinto ano.

Uma rápida consulta da professora sobre o pertencimento religioso dos discentes na sala do quinto ano revelou que dentre os 26 alunos, 20 declaravam-se católicos ou evangélicos (alguns declarando um duplo pertencimento religioso), cinco diziam não seguir qualquer religião e apenas uma aluna declarou-se adepta do Espiritismo. Minhas observações em sala de aula trouxeram dados relevantes que se contrapuseram aos discursos de muitos dos

entrevistados, principalmente no que tange à liberdade de crença e ao espaço aberto para todas as religiões.

Realizei mais de 100 visitas à escola pesquisada. Registrei estas visitas num caderno de campo e arqueei o material impresso com temática religiosa trabalhado na escola nos dias de observação. Arqueei também rico material contendo registro em fotografias, áudio e vídeo, que me serviram para análise neste capítulo.

Diante da riqueza dos dados empíricos, e na busca por uma análise mais clara da presença religiosa nesta instituição, categorizei as manifestações religiosas ora como práticas proselitistas, ora como conflitos religiosos na escola.

As práticas proselitistas ocorriam em desconformidade com o disposto na legislação atual que, ao tratar sobre o ensino religioso, determina que são vedadas quaisquer formas de proselitismo nas escolas públicas. Porém o que pude observar foram ações explícitas de propagação de uma crença a toda comunidade escolar.

Considerei que havia conflitos, pois os interesses de indivíduos e grupos com posições diferentes estavam em choque. Uns almejavam propagar ensinamentos de sua religião, outros se submetiam às práticas confessionais sem resistências, e outros ainda negavam-se a participar de práticas religiosas diferentes de sua posição pessoal.

Percebi também que o religioso, marcadamente cristão, foi evocado sob a rubrica de elementos não religiosos e culturais. Com tais atitudes, os sujeitos naturalizavam a religião predominante, e consideravam que tais elementos passavam despercebidos. O resultado, na maior parte das vezes, foi tendencioso a legitimar o elemento religioso de um credo apenas e deixar implícito que aquele credo poderia permanecer na escola ao passo que outros não teriam o mesmo espaço.

### **3.1. Proselitismo religioso**

As declarações de neutralidade em matéria religiosa, defendidas pela direção da escola, contrastaram com declarações de amplo interesse em se expor uma crença neste ambiente. Como apontado por Fischmann (2008), o proselitismo se constitui como parte do direito de crença e culto, mas no espaço próprio de cada religião, não no espaço público mantido com recursos do Estado. A prática proselitista foi claramente vedada nas escolas públicas, tanto pela Constituição Federal (CF - 1988) quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN 9.394/96).

No apoio à prática proselitista na escola pública, as falas mais diretas vieram da orientadora pedagógica, da professora do quinto ano do turno da manhã (ambas da Igreja Batista) e de uma funcionária da limpeza (frequentadora da Igreja Evangélica Assembleia de Deus).

A orientadora pedagógica discordou da posição da diretora de que a escola fosse neutra. Para ela a transmissão de dogmas religiosos aos alunos seria válida na escola pública, por aqueles que tivessem “uma experiência sincera de fé”. A professora do quinto ano do turno da manhã, do mesmo modo, mostrou declaradamente que transmitia orientações a seus alunos sobre a existência de um Deus e sobre a necessidade do ser humano manter uma fé e uma devoção pessoal. Ambas mostraram-se interessadas em aproveitar de espaços propícios na escola para exposição de elementos de sua fé.

Essas profissionais docentes chegaram a notar que a religião poderia ser motivo para conflitos no ambiente escolar. Perceberam também suas próprias limitações em lidar com a temática e separar a esfera de vivência particular da esfera pública. Na esfera particular elas exerciam a militância no campo religioso propagando a fé cristã e livremente desempenhavam seu direito de culto e crença. Já na esfera pública atuavam com educação e não deixavam de ser religiosas nem de sentirem-se também discriminadas quando alguns elementos de outras confissões lhes eram impostos. A falta de reflexão e diálogo sobre a temática contribuiu para uma prática religiosa impositiva, reforçando as disputas do campo religioso no ambiente escolar.

A funcionária da limpeza expôs um posicionamento ainda mais direto, afirmando que a escola deveria manter relações de cooperação apenas “com igrejas evangélicas”. Para ela não devia haver na escola a presença de outras religiões. A fala desta funcionária expressou de forma simples o pensamento de que havia religiões que deveriam ser mais valorizadas e outras excluídas do espaço escolar. A funcionária chegou a lembrar uma ocasião em que a diretora teria convidado uma pastora evangélica para realizar uma oração na escola, afirmando que aquela prática era muito benéfica para os funcionários e principalmente para os alunos.

Esta posição voltada para valorização de uma crença em detrimento de outras trazia uma contradição inerente ao lugar ocupado pelos funcionários públicos. Quanto a esta postura, Lorea (2011, p. 2) afirmou em seu estudo sobre Direito Público que:

Os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro, no plano internacional, vinculam o Executivo, Legislativo e Judiciário, na busca de uma transformação cultural que desnaturalize a desigualdade, impondo aos funcionários públicos postura imparcial no exercício do cargo, quando representam o Estado. No Brasil, a

Lei 9.459/97, em seu artigo 20, define como crime: 'Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de religião'. Caracteriza discriminação o fato de o servidor público, no exercício do cargo, estabelecer preferência ou distinção a uma determinada crença.

O amparo legal apontou para uma conduta inadvertida dos funcionários públicos da escola, que tendiam a privilegiar ritos, costumes, símbolos e valores próprios de sua crença, sem considerar a prática incoerente com sua função ligada ao Poder Público.

Notei tal uso da religião durante observações de reuniões pedagógicas em que práticas religiosas foram usadas no sentido de unir o grupo e superar as dificuldades de colegas de trabalho com o uso de elementos próprios da confissão religiosa dos dirigentes das reuniões. Por exemplo, no fim de uma das reuniões, a diretora tomou a palavra, falou sobre as atividades da escola e disse que deveriam orar pela saúde da filha de umas das funcionárias da escola, com leucemia. A diretora fez uma oração intercedendo pela pessoa enferma. A intercessão pelos enfermos e busca de cura física, comuns entre os evangélicos desta região do Rio de Janeiro, foi praticada sem restrições no meio dos professores, sendo a própria diretora (portadora de tantos argumentos a favor da neutralidade religiosa da escola) quem sugeriu realizar uma oração coletiva pela cura física da pessoa doente.

Num outro momento, no encerramento do ano letivo de 2011, com a gravidez de uma das pedagogas e também de uma professora, houve um momento de intercessão com oração de mãos dadas, com todos os funcionários reunidos no refeitório da escola. A orientadora pedagógica coordenou a reunião, convidando a todos do grupo a formarem um círculo, de mãos dadas e a recitarem uma pequena frase espontânea de desejo para o futuro das crianças que iriam nascer. Após várias frases de otimismo, foi feita uma oração em que a própria orientadora pedagógica convidou as gestantes para o centro do círculo e impôs as mãos sobre elas a fim de orar, intercedendo pelos bebês .

Este gesto, também típico de igrejas cristãs da região, reforçou a unidade do grupo e apoio às famílias das funcionárias grávidas. Também preparou o grupo para futuras mudanças, já que as gestantes iriam entrar de licença dali a alguns meses, alterando o quadro de funcionários da escola.

Numa outra reunião, a abertura se deu com a exibição de uma apresentação em vídeo de um cantor católico, Padre Fábio de Melo. A apresentação foi da canção "O Caderno" (de Toquinho), uma conhecida composição da Música Popular Brasileira. Na interpretação deste padre, a música ganhou uma parte introdutória com a narrativa de um texto com uma temática sobre os erros. No texto recitado pelo cantor o seguinte fragmento se referia diretamente à convicção religiosa do mesmo:

Deus é semelhante ao caderno, ele nos permite os erros para que a gente aprenda a fazer do jeito certo. Você tem errado muito? Não importa, aceite de Deus esta nova página de vida, que tem o nome de “hoje”, recorde-se das lições do seu primeiro caderno. Quando os erros são demais, vire a página.<sup>53</sup>

Esta citação introduziu a discussão sobre os erros de alunos, sobre como o professor poderia aproveitar as oportunidades de superação de erros. Percebi o uso de um elemento comum às crenças católicas e evangélicas para introduzir e embasar discussões entre docentes. Nesta reunião, a discussão sobre o trabalho pedagógico foi constantemente remetida a elementos religiosos para a reflexão intelectual, para avaliação da prática em sala de aula e para propostas de superação das dificuldades que envolviam a docência nesta escola. O proselitismo neste caso esteve na legitimidade do uso de uma reflexão evidentemente cristã, servindo de base para uma discussão pedagógica. O religioso descartou qualquer outra forma de se compreender a reflexão pedagógica.

Observei também que alguns elementos religiosos eram postos à mostra na escola, evidenciando atitudes proselitistas. Um interessante caso que foi o uso de imagens de caráter religioso no mural da escola. Na entrada do corredor de acesso às salas de aula havia a figura de uma menina ajoelhada, com olhos fechados e mãos unidas, tipicamente numa atitude de oração comum às confissões religiosas cristãs (figura 10). Acima desta figura, os dizeres “Papai do Céu, abençoe nosso ano letivo. Amém!”. Este mural servia para anúncios aos professores, alunos e aos pais que tinham acesso apenas a este espaço antes de entrar para a secretaria ou de ser permitido o acesso ao corredor das salas de aula. Muitas vezes neste mural, entre outras informações, havia divulgações de atividades promovidas por igrejas locais, principalmente cartazes de eventos voltados para o público jovem.

---

<sup>53</sup> MELO, Pe. Fábio de. **O Caderno** (Composição de Toquinho e Mutinho), Interpretação de Padre Fábio de Melo, Faixa 6 - CD Vida. Gravadora Som Livre.

Figura 10 – Mural da escola: menina orando



Foto do acervo do autor – 30/05/2011

Este tipo de figura representativa do religioso foi criticado por Fischmann (2011) que percebeu o conflito inerente a esta exposição, por se tratar do uso de um local público, considerando este tipo de imagens como

aspectos que indicam violações ao princípio da laicidade do Estado, criando um ambiente que induz, alunos e professores, ou à identificação religiosa ou à exclusão; nesse caso incluem-se rezas, imagens afixadas nos espaços da escola, e outros objetos que, tendo caráter religioso ou mesmo sagrado no âmbito das crenças, são entronizados de forma indevida no espaço público em que se constitui a escola pública.

Vale notar que esses símbolos religiosos são tão mais poderosos no seu sentido de identificação ou exclusão, quanto mais nova em idade a criança, no sentido de chocar-se, ou de ir ao encontro, dos ensinamentos que recebe em sua família e comunidade religiosa. Crianças de seis anos, idade inicial do ensino fundamental, são consciências tenras, cuja formação na esfera religiosa é direito dos pais, como estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo por isso também seu encargo e dever, no sentido do ali estabelecido: a escolha do gênero de educação que desejam dar a seus filhos, o que inclui o crer, em suas diversidade, e o não-crer. (Fischmann, 2011, p. 12)

Nesta perspectiva, o “inocente” desenho de uma criança orando representou numa escola pública a evocação de uma crença a toda a comunidade escolar, desconsiderando a laicidade do Estado e a heterogeneidade religiosa do público que era atendido pela escola. Este elemento prenunciou tantos outros que puderam ser vistos e analisados nesta pesquisa.

Ainda como proselitismo na escola, listei os seguintes momentos: a Páscoa, o Natal, o Dia das Crianças e algumas situações em sala de aula.



Como seria de se esperar, a comemoração da Páscoa foi repleta de elementos religiosos. Observei este evento no ano de 2012 e na análise me aproveitei do que presenciei em 2010, como recurso de comparação, visto que a cerimônia seguiu o mesmo projeto em todos os anos de minha observação. Notei o proselitismo ao se expor um sentido único ao evento, desconsiderando formas distintas de interpretação da Páscoa por diferentes religiões. Os sujeitos desconsideraram também a presença de não religiosos ou adeptos de religiões que não tinham a Páscoa em seu calendário. Também notei o anseio proselitista com a imposição de um ritual religioso a todos na escola, sem que se ofertasse a liberdade de abster-se das atividades propostas para a comemoração.

Essa atividade em comemoração à Páscoa mobilizou toda a escola, e foi norteadada por um projeto elaborado pelo setor pedagógico. Com este documento, comprovei que esta manifestação religiosa se mostrou intra-curricular, já que se inseria no calendário e nas atividades dos alunos. O projeto teve como título “Projeto Páscoa com Cristo”<sup>54</sup>. Os objetivos expostos foram os seguintes:

- Trabalhar o verdadeiro sentido da Páscoa;
- Conhecer a história de Jesus Cristo (vida, morte e ressurreição);
- Vivenciar a Santa Ceia e conhecer o que simboliza;
- Identificar os símbolos da Páscoa e seus significados;
- Trabalhar as relações de Consumo na Páscoa, mostrando aos alunos que a verdadeira Páscoa é Celebração da Vida e não só o ato de comer chocolate;
- Celebrar através de Música e Coreografia o verdadeiro sentido da Páscoa.

Esse projeto apresentou um sentido dogmático da comemoração, bem como a depreciação de quaisquer outros sentidos possíveis, mesmo que fossem culturalmente aceitos. Esse elemento reforçou minha percepção de que a ausência da disciplina ensino religioso não isentou a escola de ter a religião inserida no seu planejamento pedagógico e em seu currículo regular.

Seguindo esse projeto, a programação foi iniciada com uma reunião com professores e funcionários, coordenada pela orientadora pedagógica da escola. Na reunião foi lido um poema, intitulado “As três árvores”, que narrou de forma metafórica um conto em que árvores cortadas em pedaços de madeira se tornariam parte da história de Cristo, simbolizando uma manjedoura (local de nascimento de Jesus), um barco (local onde foi registrado um milagre), e por fim uma cruz (onde Jesus foi crucificado). O texto terminou com os seguintes dizeres:

---

<sup>54</sup> Fonte: Caderno de Planejamento de Atividades da Orientadora Pedagógica da Escola.

“É importante compreendermos que tudo vem de Deus, acreditarmos, termos fé, pois Ele sabe muito bem o que é melhor para cada um de nós...”.

Não obstante estarem num espaço público, a mensagem transmitida foi própria do Cristianismo e com intencionalidade clara de propagar uma crença entre os presentes.

Em seguida os alunos chegaram à escola, acompanhados de seus responsáveis e apresentaram uma coreografia sobre a Páscoa que foi apresentada ao som de uma música de um grupo evangélico. A música falou do amor de Deus pelas pessoas e do sofrimento de Cristo quando foi crucificado. Pude extrair o seguinte fragmento na letra da música em questão:

Por que me amou tanto assim?  
Jesus se entregou pra morrer por mim  
Senti toda dor que eu deveria sentir  
Na cruz Jesus me amou até o fim<sup>55</sup>

Notei o caráter assimilacionista durante a apresentação, sendo a expressão cristã posta como universal e totalizante. Os alunos deveriam expor uma mensagem: a morte e ressurreição de Cristo, expressa na música e nos gestos apresentados. Não houve crítica quanto o uso do espaço público para expor um ensino religioso. Não havia garantia de que todos os alunos fossem cristãos ou que tivessem pais ou responsáveis seguindo a mesma crença. Muitos dos que assistiram o ato poderiam não concordar com a mensagem, mas todas as crianças, indistintamente, tiveram que participar de acordo com as orientações dos docentes.

As crianças se despediram de seus responsáveis e ficaram na escola para a continuação das atividades relativas à comemoração da Páscoa. O refeitório foi decorado com diversos símbolos da Páscoa, todos relacionados de alguma forma ao sentido cristão da comemoração pascal. Foram expostos os seguintes símbolos em formas de desenhos feitos a mão e acompanhados de pequenos textos explicativos (figura 11): o cordeiro pascal (referindo-se ao sacrifício de animais no Antigo Testamento Bíblico e ao sacrifício de Cristo no Novo Testamento); as letras gregas X e P, (representando as primeiras letras do nome *Kristós*); a palavra hebraica Aleluia (que significa “Louvai ao Senhor”); os sinos (simbolizando a alegria da ressurreição); o coelho (representando a fertilidade e o “número incalculável de filhos de Deus”); o peixe (simbolizando o Cristianismo e com a sugestão de que “sempre devemos viver mergulhados na graça de Cristo”); o girassol (sugerindo a necessidade das pessoas estarem

---

<sup>55</sup> MINISTÉRIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO. CD Quem é Jesus. Música: **Por que me amou tanto assim?** Interprete: Crianças Diante do Trono. 2004

voltadas para “o divino sol, ou seja o Cristo ressuscitado”); o trigo e a uva (simbolizando “o pão e o vinho da Santa Missa”); vestes brancas (símbolo “da alegria, da vitória e da pureza de Deus”); Círio Pascal (sendo uma vela que representa o Cristo ressuscitado); o ovo (simbolizando a vida e ressurreição).

Verifiquei que os símbolos guardaram estreita ligação com elementos comuns à Igreja Católica e às Igrejas Evangélicas. Os símbolos usados pelo Judaísmo, como o cordeiro pascal, teve seu sentido apresentado unicamente como foi interpretado pelo Cristianismo. Já os símbolos secularizados e considerados pagãos por muitos religiosos, como o coelho e o ovo de Páscoa ganharam nova interpretação para adequar-se à mensagem cristã. Dessa forma a leitura foi homogênea de modo a favorecer a um único segmento religioso em detrimento de muitas outras interpretações possíveis para a comemoração. No entanto, mesmo entre evangélicos havia discordâncias sobre alguns símbolos, como o “Círio Pascal” e a referência à “Santa Missa”, que não faziam parte do repertório simbólico das Igrejas Evangélicas da região.

A fixação de interpretação foi prevista no próprio planejamento da comemoração, que teve como primeiro objetivo apresentar o “verdadeiro sentido da Páscoa”. Sendo assim, o sentido não poderia ser plural ou ter interpretações diferentes daquela que os coordenadores do projeto idealizaram, que privilegiava apenas uma visão religiosa.

Figura 11 – Símbolos da Páscoa expostos na escola



Sobre a fixação de símbolos religiosos na escola pública e a inconstitucionalidade desta prática em locais mantidos pelo Poder Público, Oro (2011, p. 227) ressaltou o seguinte:

[...] a presença do crucifixo em lugares públicos como escolas, hospitais, prisões, parlamentos, e mesmo em tribunais, aponta na mesma direção: viola o dispositivo legal de separação Igreja-Estado e franqueia um tratamento desigual entre as religiões, posto que assegura um privilégio para as religiões cristãs, o catolicismo sobretudo.

Ainda durante a comemoração da Páscoa, houve o momento marcante da celebração de uma ceia, composta de pão e suco de uva. O procedimento adotado pelos professores foi levar cada turma ao refeitório, explicar sobre o simbolismo cristão da Ceia e servir às crianças pão e suco de uva (simbolizando corpo e sangue de Cristo) – (figura 12). A forma como se deu toda a programação apresentou claros elementos do rito cristão.

A orientadora pedagógica no turno da manhã percebeu a possibilidade de conflito com tal ritual. Ela declarou que em sua denominação religiosa (Igreja Batista) este ato religioso, conforme estava sendo proposto, era apenas para os membros da igreja já batizados e seria algo mais restrito, e não a todos indistintamente. Ela estava baseada em princípios de sua denominação religiosa que explicavam o sentido restrito que esta denominação atribuía para o ritual da ceia, afirmando que

A ceia do Senhor é uma cerimônia da igreja reunida, comemorativa e proclamadora da morte do Senhor Jesus Cristo, simbolizada por meio dos elementos utilizados: O pão e o vinho. Nesse memorial o pão representa seu corpo dado por nós no Calvário e o vinho simboliza o seu sangue derramado [...] sua celebração pressupõe o batismo bíblico e o cuidadoso exame íntimo dos participantes.<sup>56</sup>

Como visto, para esta denominação religiosa a ceia e seu simbolismo era restrito aos que tivessem passado por um “batismo bíblico”, porém, como muitos professores argumentaram com a orientadora educacional de que esta era uma forma “comum em muitas escolas da rede municipal de ensino”, a orientadora cedeu e participou da cerimônia. Essa posição da orientadora ressaltou a construção coletiva das práticas na escola pública, com a participação dos pares na tomada de decisão. Porém o conflito interno vivido por ela em realizar uma prática contrária a sua crença pode ter sido o mesmo conflito vivido por muitos alunos que poderiam estar aprendendo em suas casas algo como a doutrina da citada igreja onde apenas os já batizados poderiam participar do ritual da ceia. Ainda conflitos maiores poderiam ser vividos por aqueles que sequer criam no simbolismo apresentado e que não lhes foi ofertada qualquer opção para não participarem.

<sup>56</sup> CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Disponível em [http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15&Itemid=15&limitstart=6](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=15&limitstart=6), acessado em maio de 2012.

A orientadora participou da cerimônia explicando às crianças sobre os elementos e sobre a forma como são utilizados nas Igrejas Evangélicas e na Igreja Católica.

Figura 12 – Elementos simbolizando o corpo e o sangue de Cristo



Foto do acervo pessoal do autor - 31/03/10

Retornando à escola em 2012, acompanhei o mesmo ritual, só que estendido aos pais e responsáveis, que foram convidados a se aproximarem do pátio da escola e participarem de uma leitura bíblica feita pela coordenadora de turno e de uma ceia com os elementos que simbolizavam o corpo e o sangue de Cristo. Os responsáveis e os professores participaram da celebração sem qualquer manifestação contrária.

A pouca crítica ao ritual da ceia de Páscoa mostrou a naturalização da manifestação religiosa cristã no espaço público, desconsiderando outros sentidos que a comemoração pudesse tomar em religiões fora do Cristianismo. Por exemplo, para o Judaísmo a Páscoa teria uma simbologia própria ao lembrar a saída do povo de Israel da opressão vivida no Egito. Então para um judeu

A palavra Pessach, significa “passar por cima”, no sentido de “poupar”. Essa expressão refere-se a narração no livro de Êxodo de que ao ser passado o sangue do sacrifício do cordeiro na verga da porta da residência dos judeus, a vida dos seus primogênitos foi poupada da morte naquela noite, o que não ocorreu com os primogênitos dos egípcios, que morreram. (TOMAZ e PELEGRINI, 2007, p. 5)

Tomaz e Peregrini (2007) relatam que esta festa continuou a ser comemorada pelos judeus de todo o mundo, envolvendo rituais com outros elementos de ceia, próprios do costume judaico, como pães sem fermento (asmos), vinho, ovo cozido, osso de carneiro e

ervas amargas, entre outros alimentos que simbolizavam a libertação do povo israelita no passado. Todos esses elementos e significados para a Páscoa foram ausentes e desconhecidos no ritual sobre a Páscoa apresentado na escola.

Sem querer esgotar esse assunto, penso em algumas religiões que não comemoram a páscoa, como o Budismo, por exemplo. A percepção de como estes religiosos entendiam a mobilização de judeus e cristãos em torno da Páscoa também poderia ser válida na discussão da temática na escola.

Igualmente válida na discussão seria a observação de outros sentidos para a Páscoa, não religiosos até, que poderia ser compreendida apenas como época de troca de presentes, simbolizados especialmente pelo ovo, o chocolate e o coelho. Quanto a estes símbolos, Carlos Alberto Araújo (2012, p. 12-16) esclareceu que:

[...] O ovo esteve presente nos rituais de saudação à primavera de muitos povos antigos. O costume de cozinhar e depois colorir ovos de galinha para presentear-los ocorria entre os antigos egípcios, persas e algumas tribos germânicas. Os egípcios e persas distribuíam ovos no início da primavera.

Os chineses também presentavam parentes e amigos com ovos nas festas de primavera. Eles embrulhavam os ovos com cascas de cebola e os cozinhavam com beterraba. Quando retirados do fogo apresentavam desenhos mosqueados na cascas.

[...] Em regiões da China, Japão e outros países asiáticos, o ovo liga-se à simbologia do dragão que, na visão pagã, tipifica o renascimento da vida ou o despertar de um novo ser. Considerando-se que na cultura chinesa o dragão era tido como portador de boa sorte, afastando os maus espíritos! Esse “renascimento” era visto como a vitória da vida quando o novo rompia a casca do ovo para saudar o mundo.

[...] ‘Theobroma’ é o nome dado pelos gregos ao chamado ‘alimentos dos deuses’, o chocolate. [...] Os astecas chegaram a usá-lo como moeda tal o valor que o alimento possuía. O chocolate era considerado sagrado por essas duas civilizações [...] o coelho da páscoa, nas religiões politeístas, representava a periodicidade humana e lunar, a fertilidade e o renascimento da vida. Alguns povos da Antiguidade consideravam o coelho como símbolo da lua. É possível que ele se tenha tornado símbolo pascal devido ao fato da lua determinar a data da páscoa.

Não observei nenhum desses sentidos sendo expostos durante a Páscoa na escola. Pelo contrário, esses foram tidos como sentidos depreciados, considerados como “consumistas” e “não verdadeiros” da comemoração. Também não houve manifestação de pessoas de religiões de vertente não cristã, ou mesmo de pessoas não religiosas, dando a entender que o discurso cristão havia sido assimilado pelos participantes como sendo o sentido aceito e único da comemoração pascal.

Com a mesma intensidade devocional ocorreu o reforço dos elementos religiosos durante as comemorações do Natal, festividade incluída no calendário escolar. Durante a comemoração dessa data no ano de 2011 presenciei a confecção de presépios natalinos, simbolizando o menino Jesus na manjedoura. Por toda a escola, símbolos natalinos como Papai Noel, árvores de Natal, anjos e guirlandas enfeitaram o ambiente.

Cada turma se apresentou cantando uma música natalina. As músicas foram tradicionais, com forte simbologia cristã. Uma música em especial foi acompanhada por uma coreografia dos alunos sob a orientação da orientadora pedagógica e do professor de educação física. O hino, de um grupo evangélico brasileiro, tinha em sua letra o sentido religioso cristão do Natal. O coro dessa música dizia: “-Vem que está chegando o Natal, pois nasceu Jesus o Salvador” e mais adiante “Natal é alegria. É Jesus no coração”. Essa letra fechou o sentido natalino como o bíblico e serviu como componente de propagação da fé cristã na escola.

No turno da manhã não houve prática de orações. Essa prática de orar com as crianças ocorreu apenas no turno da tarde. No turno vespertino a comemoração foi dificultada pela chuva e todos se reuniram no refeitório da escola. A orientadora educacional explicou sobre a simbologia do Natal como sendo o nascimento de Cristo. Também ressaltou o sentido cristão que ia além da compra de presentes. Explicou desta forma que o costume de dar e receber presentes servia para “relembrar os presentes dados pelos reis magos ao menino Jesus por ocasião de seu nascimento”. Após estas explicações a orientadora pediu a uma das professoras para que fizesse uma oração de gratidão, conclamando a todos os presentes a fecharem os olhos e manterem a reverência diante do momento da oração a Deus. A música tocada foi a mesma que foi apresentada no turno da manhã, mas foi prejudicada pelo pouco espaço disponível no refeitório.

Essa orientadora já havia declarado sua intenção em aproveitar da religião como transmissão de valores. O valor transmitido ali foi o de negação do consumismo ou da valorização do “ter” em detrimento do “ser”. A explicação cristã foi usada para legitimar uma postura de maior valorização das pessoas independentemente de terem ou não recursos financeiros para compra de presentes, chegando esta orientadora a afirmar que “não devemos ficar tristes se não ganhamos aquilo que tanto queremos... o importante é a família, o amor ao próximo”.

O proselitismo, neste caso, não se deu por se comemorar uma data festiva, comum na cultura brasileira, mas sim na transmissão intencional de um sentido único para a comemoração, desconsiderando possíveis interpretações distintas, tanto de religiões fora do Cristianismo, como por não religiosos, que poderiam apreciar a data com valores diferentes dos cristãos. Da forma como se deu a comemoração, qualquer interpretação que não coadunasse com a cristã seria desprovida de qualquer valor pelo grupo.

A religião foi naturalizada ao ponto de passar despercebida e, ao negar o conflito que pudesse surgir com a exposição de elementos religiosos, os sujeitos abriam espaço para que os interessados em propagar alguma crença religiosa infiltrassem seus ensinamentos na escola pública,



fosse por rituais (orações, rituais, etc.) ou por elementos religiosos (textos, imagens, músicas, etc.) sutilmente inseridos no contexto escolar.

Em outro evento do calendário escolar, durante a comemoração do Dia das Crianças, observei a presença de elementos religiosos próprios dos sujeitos envolvidos e com isso a tentativa de propagar uma crença entre os alunos. Esta data vem sendo comemorada no Brasil no dia 12 de outubro, coincidindo com o feriado nacional dedicado a “Nossa Senhora de Aparecida” (católico). Neste dia, no ano de 2012, houve uma comemoração com atividades lúdicas e recreativas, seguidas de lanche para os alunos. Nas falas dos professores, esta comemoração seria isenta de elementos religiosos.

Porém entre as muitas atividades voltadas para as crianças, foi disponibilizado um vídeo com a personagem infantil chamada “Smilingüido” (figura 13). Neste momento meu pertencimento religioso serviu para prontamente identificar a figura muito comum no meio evangélico. Esta personagem se tratava de uma formiga em desenho animado que transmitia mensagens evangélicas nos episódios em vídeo. Este vídeo foi colocado ao lado de outros vídeos infantis como os populares desenhos da “Turma da Mônica”, de Maurício de Souza.

Figura 13 – DVDs exibidos no dia das crianças: Tuma da Mônica e Smilingüido



Foto do acervo pessoal do autor – 10/11/2012

No site oficial ligado à Editora Luz e Vida, que detém os direitos de reprodução da personagem infantil Smilingüido, pude extrair a seguinte explicação:

Smilingüido e Sua Turma são formiguinhas que moram no formigueiro das Formigamigas, numa floresta brasileira. Suas histórias e aventuras levam a todos valores universais como: amor, amizade, perdão, compreensão e preservação da natureza.

O Smilingüido foi criado com o objetivo de comunicar o amor de Deus. Por isso, em todos os produtos há sempre uma mensagem fundamentada em princípios bíblicos.



O Smilinguido nunca deverá ser usado para divulgar igrejas, empresas ou em campanhas políticas.<sup>57</sup>

A editora, ligada a segmentos evangélicos do Brasil, se definiu como “uma empresa sem fins lucrativos, que tem a finalidade de produzir material cristão de qualidade, atuando na divulgação das boas novas do Evangelho” (EDITORA LUZ E VIDA, 2012). O material produzido por ela tinha claro apego a um determinado segmento do Cristianismo, contando com um mercado consumidor onde atuava e divulgava valores e crenças.

Este detalhe de paridade entre um desenho confessional (evangélico) e outro mais popular e secularizado transpareceu a naturalização de elementos de cunho religioso, e uma atitude proselitista, visto que não se abria espaço para imagens que indicassem outras religiões. Não notei crítica ou resistência ao desenho com mensagem evangélica. Porém a mesma tolerância não foi apresentada diante de inserção de imagens de religiões distintas deste segmento.

Também percebi atitudes proselitistas durante as observações em sala de aula. Observei a defesa de uma moral religiosa, tendenciosa à religião professada pela docente e por um expressivo número de responsáveis. Essa moral religiosa foi ressaltada durante uma atividade proposta pela professora do quinto ano. Esta atividade seria uma pesquisa sobre um cantor brasileiro da década de 1980. Da forma como a atividade foi sugerida pela professora, ficou clara a reprovação ao comportamento moral do artista: a professora solicitou à turma a realização uma biografia do cantor Renato Russo e explicou que este cantor foi um ícone da música na década de 1980 e que seu repertório foi muito importante num momento histórico em que as informações eram mais restritas devido à ditadura militar no Brasil. Ela disse que este cantor morreu em consequência da AIDS e que “isso não era algo bom”. Acrescentou que ele não era um exemplo a ser seguido, pois “havia muita coisa em sua vida que não era boa, mas que quando se vai falar de alguém, deve-se buscar algo de bom de sua vida, e o Renato Russo tem também seu lado bom”. Falou que “mesmo assim ele fez canções que falavam de paz, e que a paz era algo também muito desejado naquela época”. Acrescentou que “ele até se inspirou na Bíblia em algumas delas”. A professora se referia à música “Monte Castelo”, em que consta um trecho da Bíblia, de I Coríntios 13: “Ainda que eu falasse a língua dos homens e dos anjos, sem amor eu nada seria [...]”. Ela afirmou que o cantor não tinha a “paz no fundo

---

<sup>57</sup> EDITORA LUZ E VIDA. Smilinguido – Conheça – História. Texto disponível em <http://www.smilinguido.com.br/turma/>, acessado em outubro de 2012.

do coração”, pois “a paz vem de Deus” “quem tem Deus tem paz”. A turma concordou com a professora.

Durante a entrevista com esta professora, ela afirmou que foi questionada por alguns responsáveis dos alunos que consideraram que este cantor “não seria um bom exemplo para seu filho”. Esta reprovação ao comportamento do artista popular se inseriu na padronização moral ditada pela religião da docente e de muitos pais, transparecendo os controles religiosos explicitados por pressões morais e desaprovação de uma conduta incoerente com os preceitos religiosos destes sujeitos. O “mau-exemplo” atribuído ao cantor tendeu a limitar os estudos dos alunos, norteados por uma prática carregada de juízos de valor, mesmo antes de pesquisarem sobre o artista da música brasileira. A valorização da religião neste caso não se restringiu entre professores e alunos, alcançando pais e responsáveis que expuseram seu posicionamento na escola notadamente orientado por seu pertencimento religioso.

Num outro momento em sala de aula ocorreu a sustentação de uma evidência científica com uso de um dogma religioso e com isso a intencionalidade de propagação de uma crença entre os alunos. Esta estratégia transpareceu como natural na fala da docente, mas que transmitia um valor religioso: durante uma aula foi lido um texto que tratou sobre a importância de se alimentar com vegetais e não apenas com produtos industrializados. A professora fez o seguinte comentário para a turma:

-Se a Bíblia diz que tudo foi Deus que criou...e que tudo que Deus criou é bom, então devemos lembrar que, por exemplo, o chuchu foi Deus que criou, então é bom pra gente também... e mesmo não sabendo tudo de bom que tem nesse legume, devo lembrar que é bom para mim [...] então devemos fazer um esforço para comer os legumes...misturando-os com outros alimentos [...] e quando o legume fosse algo que talvez você não gostasse, você deve lembrar quem foi que criou... quem criou?

A turma respondeu em coro: “Deus”!... “Jesus”, e apenas uma voz disse “minha mãe”, a professora enfatizou que os legumes foram criados por Deus e por este motivo todos deveriam saber que eram bons, pois “tudo o que Deus criou é bom”. Neste momento o discurso religioso serviu de apoio para uma prática relevante à saúde das pessoas: o consumo de vegetais. A necessidade da professora foi o uso da autoridade divina para que este consumo ocorresse sem maiores questionamentos e restrições por parte das crianças.

O apoio no argumento religioso, e não nos científicos, ressaltou o quanto a religião foi usada na escola para evitar debates, com uso de falas dogmáticas e incontestáveis, tendo os alunos a tarefa apenas de aceitar o que foi dado como algo inquestionável.

Outro momento de exposição de elemento religioso ocorreu durante atividade relacionada a um projeto sobre cultura africana. No projeto sugerido pela SEMED às escolas

da rede, as turmas deveriam relacionar a cultura africana a literatura de cordel. Sobre este tipo de literatura, Manoela Fonseca Santos (2005) esclarece o seguinte:

[..] de modo geral, os folhetos de cordel são textos em versos com impressão em folhas de papel de baixa qualidade dobradas e encadernadas, com capas ilustrados por xilogravuras, desenho ou ainda imagens de jornais [...] Se, no início, a literatura de cordel brasileira se inspirava muito nas narrativas européias medievais e estava essencialmente ligada às histórias tradicionais contadas oralmente, em voz alta: lendas, fatos históricos, histórias populares e eruditas, romances, novelas de cavalaria, de amor, de viagem, de guerra; os folhetos aos poucos souberam se adaptar ao viver do ovo nordestino brasileiro e criaram novas raízes bem características da poesia popular brasileira. O folheto de cordel trata de todo tipo de história, fatos sociais ou políticos, duelos, notícias de jornais, de rádio, de televisão, vidas, encontros, assuntos religiosos, catástrofes climáticas (secas ou enchentes). O poeta popular sabe aproveitar e partilhar com o seu povo todo tipo de acontecimento (SANTOS, 2005, p. 85).

O projeto na escola ocorreu durante as comemorações do dia da consciência negra, sendo apresentado pela professora do quinto ano uma atividade no dia 23 de novembro de 2011. A professora já havia declarado não se aprofundar com a turma sobre alguns pontos da cultura africana, principalmente no tocante à religião. Ela então aproveitou a ocasião para expor dois vídeo, com duração de seis minutos cada. Ambos conservavam o estilo literário do cordel, com figuras típicas do nordeste brasileiro. Cabia aos alunos assistirem aos vídeos e após criarem suas próprias produções no estilo de cordel. A professora afirmou, após ter exibido os vídeos, que ficou à vontade para realizar da forma como fez pois “não teve clareza quanto à proposta da SEMED com este projeto” e portanto fez o que lhe pareceu mais apropriado pra sua turma.

O primeiro vídeo apresentado pela docente touxe a temática do nascimento de Jesus, sendo intitulado “O nascimento de Jesus em cordel”<sup>58</sup>. Esta produção estava disponível na internet, e com autoria declarada da Igreja Batista Central de Fortaleza. O vídeo mostrou a história do nascimento de Jesus, conforme narrada na Bíblia, de forma adaptada ao estilo do cordel nordestino. Dessa forma, a professora introduziu um ensino religioso, afastando-se da temática sobre cultura africana.

Após a professora apresentou o segundo vídeo que também se utilizava de figuras e narrativa própria da literatura de cordel, intitulado “a árvore do dinheiro”<sup>59</sup>. Nesse vídeo um homem fazia um pacto para buscar seu enriquecimento e após um tempo descobria que havia feito um pacto com o diabo (personificado com o corpo vermelho, cauda, chifres e um

<sup>58</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=VL06KdpGqpA&list=PL88FF70B15E832778>, acessado em 12 de novembro de 2011.

<sup>59</sup> Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=2p7gMAPwcaU>, acessado em 12 de novembro de 2011.

tridente nas mãos). Ao aparecer a figura do diabo na projeção, um dos alunos exclamou na sala de aula: “- tá amarrado, em nome de Jesus!”. Com essa exibição, a temática religiosa foi posta em sala de aula, e a literatura de cordel foi associada a ensinamentos próprios de vertentes do Cristianismo, como a figura de Cristo como salvador e a figura do diabo como o mal. Ensinos próprios de um contexto religioso, mas pouco refletidos quando se trata da escola pública, onde a religião poderia ser vista como objeto e não como dogma. No caso citado, mesmo sendo um projeto que tentou discutir a temática da cultura africana, associando-a com a cultura brasileira, não houve da parte da docente o intuito de incluir cultura afro, mas sim a intenção de incluir a temática religiosa com elementos próprios do Cristianismo.

Considerando a heterogeneidade do alunado nesta escola, onde os alunos e suas famílias poderiam seguir religiões distintas, desconhecidas até pelos docentes ou mesmo não tendo religião alguma, caberia à escola o respeito à diversidade de crença de seus alunos. Neste sentido há no Observatório da Laicidade do Estado o seguinte argumento contrário ao uso de imagens não científicas nas explicações nas escolas públicas:

Nas escolas públicas, o tratamento curricular das questões da saúde fica prejudicado, pois encontra uma barreira nos preconceitos religiosos. Mais ainda, a própria reivindicação do seu ensino nas disciplinas de Ciências e Biologia é muitas vezes defendida sob o argumento de acesso à informação e à pluralidade de opiniões, representado pela expressão emblemática "ensino da controvérsia". Daí resulta o ensino de teorias que não fazem parte do corpo de conhecimento científico, assim como em confusões epistemológicas quando não em falsidade ideológica. Tais fatos obviamente adquirem consequências danosas para o processo de ensino, conferindo status epistemológico científico a idéias que estão longe de possuí-lo, prejudicando desse modo a formação dos alunos e sua compreensão adequada a respeito da natureza da Ciência. Vale ainda ressaltar que o argumento do "ensino da controvérsia", por si só carece de qualquer fundamentação, uma vez que não há controvérsia alguma instalada na comunidade científica sobre a existência ou não de processos de evolução biológica na natureza.<sup>60</sup>

O uso do espaço da escola pública nestes casos foi intencionalmente voltado para transmissão de crenças às crianças e demais sujeitos na escola. O proselitismo, vedado nas escolas públicas pela legislação vigente, era visto como algo comum, sem questionamentos.

---

<sup>60</sup> OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE DO ESTADO. **Constrangimento religioso à produção e difusão do conhecimento científico.** Disponível em <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/posicionamentos3-c.html>, acessado em maio de 2012.

### 3.2. Conflito religioso

Contrapondo a aceitação de tantos elementos religiosos, observei que havia resistência diante de propostas de manifestações religiosas incomuns ou mesmo contrárias ao segmento majoritário. Em alguns momentos os professores evangélicos simplesmente se recusaram a participar ou a apoiar manifestações próprias da Igreja Católica ou de religiões afro-brasileiras. Muitos aspectos da religião católica, dos cultos afro-brasileiros e de religiões não cristãs foram reprimidos ou mesmo omitidos. A atitude evidenciou momentos de discriminação diante das diferenças culturais e de negação na proximidade com elementos próprios de religiões minoritárias no ambiente escolar.

O princípio de laicidade realmente implicaria uma negação de manifestações religiosas no espaço público mantido pelo Estado, conforme expus no quadro teórico sobre o tema. Os defensores dessa negação diriam se tratar de uma total negação, diante de todas as religiões, isentando o ambiente da escola pública de qualquer que fosse a manifestação religiosa propriamente confessional. Os sujeitos estariam comprometidos a abster-se de suas práticas religiosas a fim de respeitar as diferentes formas de crer ou não crer no ambiente público, e a religião seria vista mais como um objeto a ser estudado pela ciência e não um rito a ser praticado na escola. No caso de não haver esta negação do religioso, se esperaria que os aspectos religiosos expostos não o fossem de forma impositiva, mas abarcando diversas manifestações enquanto elementos da cultura.

O que notei, no entanto, não foi uma negação de todo e qualquer elemento religioso, mas sim a negação especificamente dos elementos religiosos que não coadunavam com os princípios dos segmentos religiosos majoritários no ambiente escolar. Observei que os elementos aceitos pelo grupo majoritário circulavam na escola de maneira livre e naturalizada e que havia conflitos na escola prontos a serem deflagrados por conta do privilégio a certo segmento religioso em detrimento de outras formas de crer e de não crer.

Percebi em vários depoimentos o uso de elementos religiosos justificados por um apelo ético-religioso, onde a religião unificaria e ajudaria na convivência pacífica. Neste posicionamento se colocaram a orientadora educacional e a coordenadora de turno (ambas católicas). A orientadora educacional, durante a entrevista prestada, iniciou sua fala mostrando-se laica, opondo-se à presença de elementos religiosos na escola e da “religião enquanto doutrina”, pois entendia que o ensino de uma doutrina deixaria de fora outras religiões. Porém quando falou de sua própria prática, viu na religião um importante papel na transmissão de valores éticos. Esta orientadora usou o recurso de realizar orações durante as

reuniões com os professores em várias reuniões. Quanto a estas orações em grupo, a pedagoga explicou que não “forçava” os professores a participarem, “mas deixava-os à vontade” para fazer ou não um momento devocional nas reuniões pedagógicas. Reafirmou que a escola deveria “trabalhar valores” e que a religião só era aceita no contexto escolar no sentido de reforçar os valores de convivência e respeito mútuo.

Já a coordenadora de turno reclamou por haver na escola algumas restrições para tratar de assuntos ligados à religião:

.... eu acredito que seja não assim dito [...] ‘-Ah eu não gosto e que fulana converse sobre esse determinado assunto na escola’, nunca foi dito isso, mas a gente percebe que algumas pessoas ficam incomodadas quando nos encontramos conversando sobre determinados assuntos então por respeito a pessoa a gente deixa de conversar determinados assuntos por que realmente existe uma hierarquia na escola, que a gente tem que saber...obedecer...

Esta coordenadora expressou que a religião não poderia ser menosprezada e que o estudo sobre as religiões seria de grande valia para os alunos. Viu a religião como ponto de apoio para uma prática de valores de convivência pacífica entre alunos, professores e funcionários. As falas das duas profissionais foram em favor do uso da religião na escola pública com finalidade de promoção de valores éticos.

Mesmo com tantas falas apontando para uma convivência pacífica entre diversos credos, percebi que ocorriam conflitos. Pude notar tais conflitos por exemplo durante uma festividade denominada Festa na Roça, marcando diferenças de posicionamentos entre católicos e evangélicos. Este evento foi programado pelos profissionais da escola e ocorreu num dia letivo, substituindo as aulas do primeiro e do segundo turno na escola. A festa tipificou uma tradicional festa junina, comum na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Tais festas tinham como características as danças de quadrilha, as músicas com referências a santos católicos e barracas de comida, bebida e brincadeiras típicas. Sobre tais festas, João Valdir Alves Souza (2009,p. 108) apresentou o seguinte esclarecimento:

[...] junho é o mês das festas dos três santos da família: Santo Antônio (dia 13) é o protetor dos namorados (dia 12); São João (dia 24) é protetor dos casados; e São Pedro (29) é protetor dos viúvos. As quadrilhas, de origem medieval, são um misto de festa religiosa com gracejos populares, celebração da fartura expressa nas comidas típicas e da fertilidade (da terra e humana) expressa na recorrente encenação de um casamento na roça em que a noiva já está grávida. A quadrilha tem sua origem nos meios populares ingleses, na baixa Idade Média. Levada para os salões da nobreza, espalhou-se pela Europa como festa da corte. Veio para o Brasil, no início do século XIX, difundindo-se para os meios rurais, onde adquiriu os traços que, mesmo encenados atualmente em tom pejorativo e de deboche, a caracterizam como uma das festas mais populares do país. As festas juninas demarcam um bem definido ciclo das colheitas, em que os santos celebrados expressam claramente o modo pelo qual a Igreja se apropriou da festa popular.

Souza ainda percebeu que as festas tradicionais foram marcadas por tentativas da Igreja Católica em reforçar seus ensinamentos, pela busca de populares por divertimento ou para fins de arrecadação financeira:

Ainda que haja a forte presença da Igreja, com seus rituais de afirmação da catolicidade e sua intenção de regular a festa popular – a festa, o devoto e o santo – há o povo que faz a festa a seu modo, quase independentemente dos instrumentos de poder impostos de fora. Mesmo que a instituição exerça seu poder, demarcando os espaços do sagrado e re-significando a festa a seu favor, há sempre espaço para os divertimentos populares (como os shows, os bailes e o futebol) ou para eventos que tanto podem ser a arrecadação de recursos para o financiamento da festa (o leilão, o giro, as prendas) ou abertura da festa ao mercado em pequena escala (o bingo, as barraquinhas, os mascates) (SOUZA, 2009, p. 108)

Na comemoração na escola em Nova Iguaçu não encontrei qualquer indício de presença ou referência à Igreja Católica, evidenciando uma atitude de negação aos elementos religiosos tradicionais. A festa promovida pela escola teve o objetivo de angariar fundos para compra de materiais para a própria escola e para preparativos para a festa do dia das crianças, que seria em outubro. Durante a Festa na Roça o local foi enfeitado com alguns símbolos tradicionais como bandeirinhas e balões. A música tocada e as danças fizeram referência ao repertório de músicas sertanejas, músicas populares nacionais, e músicas populares norte-americanas. Evitaram-se as danças e músicas que comumente poderiam trazer referências a santos da Igreja Católica. Vi que alguns professores preferiram ficar em funções que não envolviam a dança. Mas a maior parte, independentemente da religião professada, participou das danças e brincadeiras, sem mostrar elementos que fossem contrários às doutrinas das religiões presentes.

A ausência das citações à religião católica foi um dado interessante. Todos pareciam entender que certas músicas tradicionais com nomes de santos católicos, como São João e São Pedro, não deveriam ser tocadas nesta festa. A descaracterização também se deu com a data da festividade, escolhida no mês de agosto, fora do calendário típico da Igreja Católica. Os católicos presentes não expressaram desejo de tocar músicas ou fazer qualquer referência às tradicionais festas a santos da Igreja Católica. Os evangélicos ficaram à vontade para cantar músicas que não tinham qualquer apelo religioso, nem para a própria religião nem para qualquer outra. Pareceu-me, no entanto, que a aparente neutralidade religiosa não foi por conta de uma ciência de ser laica a escola, mas sim para evitar embates com professores e pais de religiões que não aceitavam a prática da veneração a santos. O silenciamento das vozes num momento tipicamente religioso não trazia a satisfação de todos, pois alguns ali negavam seus costumes em prol de obter a aceitação de outros em maior número na escola.

Outro momento de conflito relacionado à religião foi citado numa entrevista pela professora (católica) que exercia a função de incentivadora de leitura. Ela relatou sua tentativa de implantar um projeto em torno das comemorações do Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Classifiquei-o como intra-curricular por ser relacionado a um projeto elaborado pela equipe pedagógica e que em teoria seria aplicado a todas as turmas. A professora afirmou estar amparada pela legislação federal<sup>61</sup>, que incluiu estudos sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Para essa docente não haveria incômodo em incluir no conteúdo certos elementos das religiões que houvessem sido trazidas do continente africano, ou mesmo que foram praticados pelos negros na formação da sociedade brasileira. O projeto não teve aceitação entre os professores no que se referia à questão religiosa, chegando-se ao ponto de ser necessário excluir a temática por não coadunar com a religião predominante na escola. Com a fala desta docente foi possível perceber que o aparente consenso e neutralidade em questões religiosas não foi isento de conflitos e imposições.

No ano seguinte, 2011, esta professora conseguiu incluir de forma sutil em meio a muitos cartazes o trabalho de um grupo de alunos sobre “A Fé na África” (figura 14).

---

<sup>61</sup> BRASIL, LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena



Figura 14 – Cartaz sobre “A Fé na África”



Foto do acervo pessoal do autor –10/11/2011.

Neste cartaz constaram breves resumos sobre o Cristianismo, o Islamismo e de outras religiões, denominadas no cartaz como “Religiões Tradicionais”. Esta última constou a religião Yorubá como a mais influente na África Ocidental. A estratégia da docente foi de aos poucos incluir a temática da religião oriunda do continente africano num espaço onde a tendência era claramente de se dar lugar a uma única forma religiosa e onde havia muitos professores que resistiam ao contato com religiões distintas das suas.

Sobre estes projetos, a orientadora educacional (evangélica) declarou durante sua entrevista que eram momentos em que considerava haver conflitos quanto à sua fé. Seu argumento foi de que as interpretações sobre a referida lei, inserindo as temáticas sobre as religiões de origem africana e afro-brasileira no currículo escolar, trouxeram muitos pontos que se distanciavam de sua tradição religiosa, o Cristianismo. Para esta pedagoga a estratégia para que não houvesse conflito era “não se aprofundar nestas temáticas”.

Esta postura, de evitar o aprofundamento em temáticas sobre religiões afro-brasileiras, também foi seguida pela professora de quinto ano, que declarou esta posição ao ser entrevistada por entender que não precisaria ensinar sobre uma religião diferente da que ela mesma professava. Em outros momentos, porém estas profissionais usaram de uma postura claramente confessional, levando textos, músicas e mensagens cristãs ao grupo de professores

e alunos. Esta negação era baseada na liberdade religiosa, pois legalmente ninguém poderia ser obrigado a uma prática contrária a sua crença religiosa. Porém os que lutavam pela liberdade religiosa no sentido de não participarem de atos de religiões fora de sua crença eram os mesmos que em outros momentos impunham sua religião a todos na escola.

Ficou claro na ocasião o conflito no campo religioso refletindo-se no ambiente escolar, já que algumas formas de expressões religiosas foram aceitas e praticadas pelos docentes e outras negadas por completo. Foi comum ocorrer a negação de manifestações ligadas às religiões afro-brasileiras que ao longo da história republicana no Brasil “foram vistas com suspeita e preconceito e, por isso, discriminadas, e seus agentes perseguidos” (ORO, 2011, p. 227) .

Num outro relato de conflito, e este ainda mais declarado, analisei a experiência da mesma incentivadora da leitura num momento específico em que se percebeu discriminada por seu posicionamento religioso. Ela relatou a dificuldade durante as reuniões de professores com práticas de orações coletivas. Citou a ocasião em que houve uma proposta de oração no grupo e que iriam recitar a oração do “Pai Nosso” que era tida por eles como sendo “universal” a todos os presentes. Esta oração era baseada nos textos bíblicos e parte dos rituais religiosos de vertentes do Cristianismo. A professora relatou que após recitarem o “Pai Nosso”, ela iniciou a oração da “Ave Maria”, típica do Catolicismo. A surpresa para esta profissional foi ouvir uma repreensão por parte de uma colega de trabalho que afirmou: “Aqui não!”. Desta forma foi dito a ela que aquele não era o lugar para este tipo de oração. A docente disse que a partir daquela data não mais iria participar de momentos como estes por sentir que sua forma de crer não foi respeitada nem contemplada no meio de seus pares.

Esta professora teve uma percepção de que a escola estava, há bastante tempo, ignorando a diversidade religiosa, tanto dos alunos quanto dos professores. Mesmo assim ela não considerava que a religião como algo que deveria ser excluído do ambiente escolar. Para ela, já que ocorriam manifestações religiosas, a escola não poderia continuar a privilegiar um grupo e menosprezar outras formas de crença, gerando com isso discriminações e segregações.

A prática de orações entre professores foi algo tolerado entre os profissionais que responderam ao formulário de pesquisa nas escolas da rede municipal de ensino, conforme mostrei no capítulo anterior. Mas o conflito gerado por esta prática poderia aflorar por privilegiar apenas certo segmento, com uma oração tida por universal, mas que na verdade não alcançava a todas as formas de crença e também não contemplava os não religiosos. Que lugar teriam os que não crêem em nenhuma divindade e que não fazem orações? Ou, se cada

um orasse à sua maneira com o grupo, que orações seriam aceitas? Sobre tais atitudes, a prática religiosa de orações na escola pública teve lugar nas discussões da Conferência Nacional de Educação, em 2010, trazendo a seguinte redação como uma de suas metas:

Garantir que o ensino público se pautar na laicidade, sem privilegiar rituais típicos de dadas religiões (rezas, orações, gestos), que acabam por dificultar a afirmação, respeito e conhecimento de que a pluralidade religiosa é um direito assegurado na Carta Magna Brasileira.<sup>62</sup>

A pluralidade religiosa defendida neste documento não foi considerada nos momentos que observei na escola em que claramente uma vertente religiosa foi privilegiada e propagada entre professores e alunos.

Outro momento de negação não previsto nos projetos da escola e que também trouxe situação de conflito ocorreu durante a tradicional distribuição de doces no Dia de São Cosme e São Damião. Este costume, comum na região de Nova Iguaçu, tratava-se de uma prática religiosa que consistia em distribuir doces às crianças no dia 27 de setembro. Esta prática teve referências aos santos da Igreja Católica e à tradições da Umbanda.

Num estudo sobre a representação infantil destes santos, Leila Dupret (2008) resgatou a simbologia comum na Igreja Católica e na Umbanda sobre os gêmeos:

Na história de S. Cosme e S. Damião, datada do século III, os Santos Gêmeos exerceram a medicina com pessoas de todas as idades sem que recebessem qualquer tipo de pagamento pelo que realizavam. O carisma dos Santos contagiou a população, incluindo as crianças que os seguiam em bandos quando os viam passar pelas vilas e povoados, como afirma Xavier (s/d). Este cenário nos mostra a estreita relação que as crianças estabeleciam com os Santos e vice-versa. Em uma época na qual a figura do médico causava retraimento, ou mesmo medo, por parte da população, Cosme e Damião tinham outra maneira de proceder, possibilitando às crianças a comunhão com seus objetivos.

Além disso, a própria história conta suas curas ainda quando eram crianças, o que permite estabelecer uma identidade entre eles e a população infantil.

A narrativa sobre o mito africano de Ibeji conta história de duas crianças, irmãos gêmeos que afastam a morte que rondava sua aldeia, a partir de um trato entre as partes de que o perdedor se renderia à vontade do ganhador. Assim, a combinação feita foi que a criança tocava um tambor enquanto a Morte dançava a música e apostaram que o primeiro a ficar cansado cederia à vontade do outro. Sem que a Morte percebesse que as crianças eram idênticas, elas substituíam uma à outra tocando tambor para a Morte dançar. A Morte, muito esperta a seu ver, que concorda com a brincadeira, não agüenta e perde a aposta, indo embora para sempre da aldeia de Ifá. Os Gêmeos, Ibeji, driblam a morte, trazendo a alegria e esperança de viver. Até aqui nos é possível identificar quatro características semelhantes em duas modalidades religiosas diferentes: a condição gemelar, o driblar a morte, a afinidade infantil e a realização de trabalho sem pagamento pelo mesmo. Elas permitem reconhecer alguns dos elos que unem concepções semelhantes, convergindo para um único modo de perceber, ou seja, a manifestação do sincretismo religioso, um dos

---

<sup>62</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação – CONAE. 2010. p. 163. Disponível em [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf), acessado em maio de 2012.

pilares da Umbanda. Cabe lembrar então, que as esculturas dos Santos como imagens infantis indicam a aproximação do que representa a história do mito africano. Assim sendo, temos um modo de começar a entender o sincretismo religioso por uma perspectiva em que a referência afro-brasileira se afirma e prevalece, demonstrando sua interferência cultural. (DUPRET, 2008, p. 40)

A data foi tradicionalmente celebrada no estado do Rio de Janeiro por seguidores do Catolicismo e da Umbanda, relembando a simbologia sobre os gêmeos venerados por esses dois grupos religiosos. Dupret (2008, p. 43) ainda mostrou que muitas escolas fluminenses adequaram-se ao costume religioso, chegando a registrar que

[...] no Rio de Janeiro, na data em que se comemora o dia de S. Cosme e S. Damião, 27 de setembro, ocorre a distribuição de doces e presentes em diversos locais do Estado que encontra sua população dividida entre os que dão e os que recebem os brindes. A presença de crianças, jovens, adultos e idosos nas ruas em busca de doces permite inferir que nesta festividade todos, independentes de suas faixas etárias, estão na mesma condição: a de querer ser contemplado com algo [...] algumas escolas localizadas em bairros de muita mobilização popular, tais como Ingá e Barreto (em Niterói), Vila Isabel e Andaraí (no Rio de Janeiro), tentam adequar horários de funcionamento de modo a favorecer a participação de crianças e jovens na festa coletiva. Esta atitude, por um lado, reforça a presença da cultura afro-brasileira na constituição dos sujeitos, e por outro, de modo implícito, constrói valores humanos sustentados pela ação de compartilhar.

Porém no caso da escola que observei, não houve este tipo de contato da instituição de ensino com a cultura local, mesmo diante de relatos de sujeitos na escola de que houvesse grande movimentação nas ruas e residências na distribuição de doces no bairro. O sincretismo da representação na Umbanda e no Catolicismo afastaram as vertentes protestantes do Cristianismo, havendo fortes à participação nos rituais que envolvessem as entidades citadas.

No Brasil, o protestantismo de missão oriundo especialmente dos Estados Unidos, usou a leitura fundamentalista como forma de desqualificar o tipo de leitura praticada pela Igreja Católica Romana, associando-a à idolatria, cegueira espiritual e ausência de iluminação divina (Sousa, 2010, p.245)

A prática de distribuição de “doces de Cosme e Damião” foi considerada como idolatria pelos evangélicos, havendo pais que chegaram a proibir as crianças de comerem dos doces em embalagens com imagens dos santos ou que fossem distribuídos por pessoas ligadas ao Catolicismo ou à Umbanda. Tal proibição me foi relatada por professores e também pude observar os pais questionando os professores sobre a possibilidade da prática que muitos deles discordavam. Na fala da sub-diretora, a escola não aceitava esta prática devido ao não consentimento de muitos pais e responsáveis de alunos.

Ainda sobre esta prática, na sala de aula da turma de quinto ano, a professora orientou seus alunos sobre os riscos que havia para as crianças que saíam às ruas em busca dos doces.

Esta professora, tinha sua orientação religiosa contrária à prática. Foi interessante notar que a professora não usou argumentos religiosos no momento da sua orientação aos alunos, mas advertiu sobre os “perigos de correr pelas ruas” ou “de encontrar alguma pessoa de má fé” ou mesmo de “correr riscos de atropelamento”. Uma das crianças, ao ouvir as orientações da professora para não buscar os doces nas casas que fossem distribuir naquele dia, afirmou que iria “pegar o saquinho de doce e depois levar na igreja para fazer uma oração” a fim de que o doce não prejudicasse sua saúde. Esta postura revelou a tentativa de desmotivar os alunos a incorrerem numa prática condenável pelo segmento religioso de pertencimento de muitos na escola.

No ano de 2012 observei esta professora numa função diferente, como coordenadora de turno, numa outra escola do bairro. Justamente no dia 27 de setembro (dia de São Cosme e São Damião), presenciei uma mãe que no horário de entrada na escola se aproximou da coordenadora e perguntou em voz baixa se alguém na escola iria “dar doce”. A professora prontamente respondeu que ela “poderia ficar tranqüila, pois ali não haveria nenhuma distribuição de doces”. A posição contrária desta profissional se juntou à posição de muitos pais que não concordavam com a prática. O conflito que transpareceu foi entre evangélicos e católicos ou umbandistas, com práticas que julgavam não pertinentes à escola pública. Outras práticas porém, igualmente de origem religiosa, eram aceitas e naturalizadas.

Na escola que acompanhei, as professoras católicas e as espíritas, que concordavam em distribuir doces, manifestaram a dificuldade em realizar esta distribuição diante das restrições por parte dos evangélicos na unidade escolar. Duas das entrevistadas afirmaram praticar esta distribuição não propriamente no dia de comemoração (27 de setembro), mas que preferiam adiar para a comemoração do dia das crianças (12 de outubro), evitando com isso os conflitos sobre a prática.

As estratégias de persistir com a prática religiosa extra-curricular mesmo diante da oposição sofrida ficou nítida nesta ocasião. Os fiéis de uma determinada crença não abandonaram seus costumes e tradições, mas os adaptaram diante das limitações encontradas no contato com grupos religiosos resistentes a esta prática. O conflito gerado pela negação desta prática residia na insatisfação dos sujeitos que concordavam e que deixavam de praticar diante das negações de grande parte de professores e pais.

Percebi nestes anos de observação que as pessoas da comunidade que concordavam com a distribuição dos doces não chegaram a entregá-los dentro da escola. Segundo declaração da sub-diretora “algumas pessoas do bairro distribuíram do lado de fora dos portões da escola”. Desta forma o elemento cultural e religioso foi retirado do meio escolar

pelo motivo de não coadunar com a orientação religiosa de muitos docentes evangélicos e de igual modo de muitos pais e responsáveis por alunos que discordavam com a distribuição de doces com referência à Igreja Católica ou à Umbanda. Mas não havia como impedir essa prática popular fora dos muros da escola.

Esta postura mostra que, numa época em que o número de católicos entrou em declínio e que os evangélicos cresceram numericamente, a aceitação das práticas religiosas de católicos diminuiu entre os profissionais convertidos ao protestantismo. A disputa do campo religioso claramente se refletiu no campo educacional.

Observei neste sentido que a escola não trabalhava diferenças, ela homogeneizava sob o credo dominante. Com a finalidade explícita de promoção de valores, o que se conseguia era abafar as diferenças, não trabalhando o respeito pois a prática era impositiva. Assim o uso da religião para transmissão de valores éticos mostrou-se contraditório e ainda mais conflitante enquanto os valores eram unicamente os ligados a uma religião específica, tendo as demais como religiões de menor valor. A busca de valores comuns a todos os credos fazia com que apenas os valores conhecidos pelo grupo de maior influência fossem transmitidos e esta postura não apontava para um respeito a diversas crenças.

Este discurso desconsiderou alternativas possíveis de tratar a temática sem ser propriamente com o uso da religião. Os “Parâmetros Curriculares Nacionais - Temas Transversais: Ética” propuseram práticas de se trabalhar valores tocando no respeito a diferenças religiosas, sem apoiar-se propriamente em ensinamentos religiosos ou em prescrições eclesiais. Neste sentido, o PCN citado propôs os seguintes conteúdos:

- as diferenças entre as pessoas, derivadas de sexo, cultura, etnia, valores, opiniões ou religiões;
- o respeito a todo ser humano independentemente de sua origem social, etnia, religião, sexo, opinião e cultura;
- o respeito às manifestações culturais, étnicas e religiosas;<sup>63</sup>

Desta forma os valores defendidos pelas profissionais não deveriam estar necessariamente baseados em elementos religiosos, mas trabalhados com princípios democráticos e de Direitos Humanos propagados na sociedade moderna, incluindo o respeito mútuo, a justiça, o diálogo e a solidariedade, valores esses que não são necessariamente religiosos.

---

<sup>63</sup> BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: Ética. P. 71. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro082.pdf>, acessado em junho de 2012.

Observando as definições trazidas nos PCN, Cunha (2009, p. 417) afirmou que

A tentativa de inserir a Ética laica no ensino público merece o apoio de todos os que rejeitam a pretensão de certos grupos de monopolizarem o controle da moral coletiva, seja o clero de alguma sociedade religiosa, o comissariado de algum partido político, a censura de algum governo ou de grupo de interesse. A explicitação dessa disputa não desqualifica a Ética laica nem a expõe a ataques novos. Os grupos empenhados em utilizar a escola pública para controlar a moral coletiva ou para resolver disputas próprias do campo religioso estão na ofensiva, de modo que não cabe adiar essa explicitação. No momento em que vivemos, quando as tenebrosas consequências dos fundamentalismos, especialmente do ramo judaico-cristão-muçulmano, são visíveis em todo o mundo, a defesa do ensino público laico – e de um Estado laico, antes de tudo – impõe-se como um item prioritário no ideal democrático [...]

A ética não careceria de ser enxertada como uma disciplina em especial, mas ser trabalhada de forma transversal no currículo escolar. Além disso não deveria ser apoiada em elementos religiosos, mas sim numa conduta laica e democrática numa sociedade plural.

Toda a observação na escola contribuiu para um maior esclarecimento sobre a prática no cotidiano dos profissionais de educação no tocante à temática e para a percepção do tratamento diferenciado dado a cada confissão religiosa. Pude verificar o quanto os elementos religiosos foram incorporados no trabalho pedagógico e o quanto estes elementos trouxeram sentidos particulares e tendenciosos à crença dos que ocupavam posições de status e poder.

Tanto na forma intra-curricular, quanto na extra-curricular, a religião foi exposta ou negada de acordo com os posicionamentos da maioria dos professores que seguiam um credo em comum, havendo pouco diálogo com as minorias presentes. Notei que, principalmente quando se naturalizaram as práticas religiosas, os formatos intra e extra-curriculares mostraram um limite muito tênue já que um elemento religioso levantado de forma extra-curricular podia com facilidade se inserir no planejamento pedagógico e tornar-se intra-curricular.

A forte presença de professores evangélicos trouxe um viés distinto, já que os elementos religiosos que observei na escola foram apenas os que poderiam de alguma forma ser adaptados à crença de uma maioria. Elementos estranhos a esta crença foram negados, sendo muitas vezes usado o argumento de que “a escola não é lugar para isso”, numa postura laica por conveniência a interesses particulares e não os de uma maioria.

Cunha (2007, p. 302) concluiu que “a perda de autonomia revela-se, também e principalmente, ser a do campo político em proveito do campo religioso”. Os conflitos de interesse no interior da escola foram marcados por interesses externos a ela. Com a baixa autonomia da escola frente ao campo religioso, o que ocorreu foi uma imposição de práticas

aceitas pelos grupos em crescimento e a rejeição (e muitas vezes a total negação) das práticas que não concordassem com o pensamento dessa maioria.

Em minha última visita a escola, em 11 de outubro de 2012, entrevistei a nova diretora, recém empossada. Esta já me conhecia pois era ela a sub-diretora, que em 2010 me recebeu, concordando com a afirmação de que a escola era neutra em matéria religiosa. Neste novo momento, expus a ela esta problemática quanto à neutralidade religiosa da escola, já que festas religiosas cristãs e as orações eram aceitas mas a distribuição de “doces de Cosme e Damião” não era permitida. Ela concordou comigo dizendo perceber que a escola não estava sendo neutra. Percebeu também que a escola dava “maior ênfase às práticas dos evangélicos”. Disse que não podia impor aos professores que não houvesse qualquer manifestação religiosa. A exemplo disso citou a nova coordenadora do turno da tarde que incluiu uma prática de realizar uma oração com os alunos todos os dias antes da entrada para as salas de aula.

Esta professora considerou que esta oração seria “universal”. Disse também que os pais assistem à oração, e que caso houvesse entre eles alguém que desejasse fazer uma oração diferente, teria liberdade para tal. Discordei sobre a universalidade da oração exposta dizendo que era uma oração própria dos segmentos cristãos e não de todas as religiões. A diretora concordou também com minha análise de que textos bíblicos e orações não eram universais a todos os segmentos religiosos, mas que tendiam a um segmento e na maior parte das vezes ao segmento de maior número na escola.

A nova diretora disse que não orientava os professores para fazer orações, mas que a prática na escola era em conjunto, numa gestão democrática, e ela deixava os professores à vontade para realizarem este tipo de oração caso desejassem. Concordou também comigo com o fato de que havia minorias entre alunos, professores e pais que não estariam de acordo com esta prática, mas que a aceitavam por ser um costume aprovado pela maioria e principalmente pela direção da escola. A respeito disso, a nova diretora me declarou o desejo de incluir a temática sobre a presença da religião na escola pública, utilizando da pesquisa aqui apresentada no próximo ano letivo, iniciando na escola a discussões e reflexões coletiva sobre a importância de não privilegiar uma crença em detrimento de outras no espaço público.



## Conclusão

Ao articular os três capítulos desta dissertação, pude confirmar minha hipótese inicial: a análise dos posicionamentos de membros de órgãos do Sistema Municipal de Educação, o levantamento das opiniões de professores da rede, e por fim as observações do cotidiano de uma escola por três anos consecutivos, me permitiram constatar que o *ethos* religioso cristão estava sendo naturalizado entre os sujeitos nas escolas públicas de Nova Iguaçu (RJ). Esta naturalização não se mostrou isolada, mas proliferada em todo o sistema educacional, sendo a prática religiosa nas escolas uma marca identitária dos sujeitos nesse sistema de ensino público.

O discurso sobre uma escola pública neutra em matéria religiosa se repetiu entre docentes, gestores e pedagogos, porém sua prática mostrava exatamente o contrário. Ficou claro que esta naturalização amenizava e dissimulava a contradição entre a declarada neutralidade da educação pública e a ostensiva prática religiosa explicitamente confessional.

No primeiro capítulo apresentei o município de Nova Iguaçu, com sua prescrição legal quanto ao ensino religioso, mas sem a implantação da disciplina e com pouca orientação quanto ao trato da religião na escola pública. Neste sistema de ensino a orientação quanto à presença ou ausência da religião nas escolas dependeu mais da posição do gestor à frente da Secretaria do que de uma política pública implementada. Mostrei também a forma como os grupos religiosos se mantiveram ligados à educação pública através das parcerias para o horário integral.

No segundo capítulo, com a pesquisa de opinião com os professores, pude expor um trabalho inédito no país sobre a temática. Vi maior aceitação às práticas próprias do Cristianismo (principalmente o segmento evangélico), pouca aceitação a práticas de religiões minoritárias e total desconsideração quanto aos não religiosos. Também notei o quanto os docentes ansiavam por um ensino religioso voltado para valores éticos e não propriamente para o trato da religião na escola.

No terceiro capítulo apresentei uma imersão no campo de pesquisa por longo período de tempo. Pude perceber práticas religiosas repetidas ano a ano. Vi pouca discussão na comunidade escolar sobre a religião nas instituições públicas de ensino. Encontrei professores sentindo-se discriminados por não poder expor suas práticas religiosas e outros se sentindo à vontade para expor, sem limitações, sua crença. As práticas religiosas mais frequentes nesta escola foram as de vertentes do Cristianismo.

Quanto ao ensino religioso, notei o quanto esta disciplina se mostrou problemática em sua implantação. A ausência desta disciplina na rede de escolas de Nova Iguaçu foi explicada em primeiro lugar pela discordância entre a proposta inicial da Secretaria de Educação, ainda em 2005, por um ensino religioso pluriconfessional, e a postura de grupos religiosos locais por um ensino evidentemente confessional. Em segundo lugar, a ausência do ensino religioso se deu por haver gestores da Secretaria de Educação mais tendenciosos a uma postura laica. Com isso, pouco se fez nos anos seguintes quanto à implantação desta disciplina na rede.

Na opinião expressa pelos docentes, o ensino religioso seria aceito como uma “tábua salvadora” para a situação difícil das escolas sobre a agressividade de seus alunos. A expectativa era de uma disciplina que acalmasse os ânimos, diminuísse a violência, e criasse um ambiente pacífico entre alunos. A aspiração por uma disciplina que expusesse temáticas sobre ética e valores era maior do que propriamente uma disciplina que tratasse de religião. Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais já defendiam desde 1997 que esta temática sobre ética deveria perpassar todo o currículo como um tema transversal, e o anseio por uma disciplina que trouxesse esta temática provou que ainda ficaram lacunas a serem preenchidas no currículo do ensino fundamental no país.

Como discutido por Cavaliere e também por Caputo, o ensino religioso confessional seria ainda mais problemático. Alguns profissionais lutaram em Nova Iguaçu por um ensino religioso pluriconfessional. Porém, como constatei na Secretaria Municipal de Educação, este ensino pluriconfessional não era o que muitos grupos religiosos almejavam.

Sem o ensino religioso, as parcerias para o horário integral se constituíram como elo entre as igrejas e a SEMED. O discurso da última gestão reforçou uma postura igualitária entre os diversos credos, mas a prática mostrou que a maioria dos parceiros eram justamente os grupos religiosos mais interessados em haver na escola o ensino religioso.

Como o ensino religioso mostrou-se problemático, as parcerias do horário integral deram a estes grupos o status de cooperadores na ação da Prefeitura. O Poder Público assumiu-se como ineficiente em oferecer aos alunos o espaço físico necessário para atividades físicas e culturais, e as igrejas “salvaram” a situação oferecendo suas dependências e infraestrutura, prestadora de um serviço essencial à população. Mesmo sem que houvesse qualquer referência religiosa nos templos usados para atividades das escolas, o fato da Prefeitura não construir novas quadras e não ampliar escolas para uso de seus alunos elevava o status das igrejas na comunidade, tornando o lugar conhecido por alunos, professores, pais e responsáveis. Estas instituições religiosas atuavam diante da ineficiência estatal e supriam uma lacuna do que deveria ser oferecido pelo Estado e não por entidades privadas.

Suponho com isso que as parcerias aparentemente agradaram aos grupos religiosos e os mantiveram ligados ao Poder Público. Estes grupos deixaram então de cobrar do Estado uma atuação eficaz, abrindo mão da demanda de ensino religioso, contentando-se em atuar no lugar do Estado no oferecimento de suas dependências, tendo assim reconhecimento na comunidade local. Suponho também que, como a presença da religião era muito freqüente nas escolas, o ensino religioso deixou de ser alvo do interesse destes segmentos religiosos locais.

Constatei também que opiniões e práticas dos professores das escolas públicas constituíram importantes empecilhos à educação laica no Brasil. Os professores apareceram como principais sujeitos a inculcarem na escola suas crenças religiosas. Os símbolos religiosos, as músicas e as orações eram levadas à escola pelos próprios professores. Os alunos não se mostravam os mais interessados em manifestar sua religião na escola.

O fato de muitos professores se identificarem com religiões que incentivam práticas proselitistas, como no caso de muitos grupos evangélicos e outros, direcionou estes docentes a desconsiderarem a observância do espaço público como neutro em questões religiosas e aproveitarem deste espaço para propagar suas próprias crenças. Estes docentes também expressaram muita dificuldade em lidar com diferenças religiosas e com práticas de religiões que não coadunavam com as doutrinas de sua própria religião.

Ao expressar a opinião sobre quem deveria lecionar o ensino religioso, estes docentes declararam que não seriam eles mesmos, e sim um profissional que reconhecesse a religião como objeto de estudo. Compreendo que estes professores reconheciam faltar-lhes formação e competência para trabalhar com elementos religiosos. Com esta lacuna em sua formação, a maneira como trabalhavam a religião não era como objeto a ser estudado mas sim como um conjunto de dogmas a serem transmitidos aos alunos. Dessa forma os únicos elementos religiosos que eles expunham na escola eram os de sua própria crença, deixando de lado ou não se aprofundando em práticas de outras religiões.

Na defesa das práticas religiosas os docentes afirmaram usar práticas universais. Porém as orações, leituras etc., não eram comuns a todos os credos. Pelo contrário, o discurso de universalidade legitimou a religião predominante e descartou as demais. Os sujeitos naturalizaram a religião de uma forma tal que não concebiam a própria prática como sendo uma prática religiosa.

Enquanto isso, outros grupos religiosos que historicamente foram discriminados na sociedade brasileira, e neste caso os ligados a religiões afro-brasileiras, continuaram a ser mal vistos e discriminados nos espaços públicos e na sociedade em geral.

A presença da religião na escola não serviu então para uma vivência mais pacífica entre as diferentes denominações religiosas. A vivência harmônica de valores ditos universais proposta por muitos defensores da presença da religião na escola pública se transformou numa imposição de práticas religiosas e um motivo para acirrar diferenças e abafar vozes minoritárias. As legislações contrárias às práticas proselitistas no espaço público não resistiram aos posicionamentos dos grupos religiosos com anseios de propagar suas crenças como sendo naturais na escola pública.

Os pais também tiveram sua colaboração nestas práticas religiosas, embora minha pesquisa não tenha conseguido alcançá-los com entrevistas diretas. Pude perceber, no entanto, que os professores sentiam-se mais à vontade durante manifestações religiosas que fossem apoiadas pelos pais e responsáveis. Quando a prática religiosa divergia da maioria desses pais, havia reclamações e logo eram abolidas (como no caso de distribuição de “doce de Cosme e Damião”). Porém quando a prática era comum à religião desses responsáveis, os mesmos apoiavam e até mesmo se faziam presentes durante tais manifestações (como no caso do ritual da Páscoa e também das orações com alunos).

A perda do espaço do catolicismo na educação pública também foi um fato notável e merecedor de aprofundamento. A Igreja Católica, que por séculos manteve o monopólio da educação, já não mostrou toda força e prestígio na comunidade escolar, apesar de continuar articulando em outras esferas pela continuidade de sua presença na escola, chegando a direcionar segmentos protestantes/evangélicos nesta mobilização.

Na escola pesquisada, no entanto, o grupo religioso que cresceu numericamente naquela região tomou a liderança e permitiu apenas as práticas que concordavam com suas próprias crenças, negando espaço para as práticas católicas que por muitos anos foram comuns nas escolas públicas no Rio de Janeiro.

Os grupos de protestantes/evangélicos que antes agiam de forma a resistir às imposições de uma religião majoritária (Católica), e lutaram em prol da laicidade e liberdade religiosa, tenderam a assumir na atualidade uma postura de imposição de sua ideologia, sem preocupar-se com as diferenças que poderiam constar no ambiente escolar, ou com a criação de atitude precedente para que outros grupos igualmente tentassem resistir ou até mesmo assumir a mesma postura de imposições religiosas no futuro.

A problemática que persistiu durante todo o tempo da pesquisa foi sobre a continuidade de imposições religiosas, mesmo com a alternância de confissões em posições majoritárias. Esta continuidade apontou para uma sujeição da educação pública aos ditames de confissões religiosas que estivessem em posições privilegiadas na sociedade. Confirmei a

pouca autonomia do campo educacional e o grande impacto das disputas fora deste campo que influenciaram currículos, práticas, didáticas e conteúdos.

Desta forma, com pouca crítica e reflexão da parte dos sujeitos, foram deixadas de lado todas as lutas por uma escola livre e democrática e se concordou em submetê-la ao bel prazer dos grupos de maior prestígio que se configuraram como grupos religiosos estrategicamente presentes num lugar público e de alcance massificado na sociedade brasileira.

No meu entender, os que lutam na escola pública pela liberdade de crença precisariam estar mais cientes de que a necessidade nunca foi abolir do espaço público uma religião em especial, mas sim garantir igualdade de tratamento sem imposições ou privilégios e sem discriminações a este ou aquele credo religioso e também aos que não professassem religião alguma. Tal posicionamento implicaria num constante processo de reflexão sobre a própria prática pedagógica e sobre os ideais democráticos no ensino público. Concordo então com a ausência de manifestações religiosas na escola em nome de uma ética laica refletida no respeito a diferentes posições assumidas pelos sujeitos no espaço público mantido pelo Estado. O olhar da escola pública para a religião ocorreria enquanto objeto a ser estudado pelas disciplinas História, Filosofia e Sociologia, deixando de lado quaisquer práticas impositivas ou proselitistas neste espaço.

Com base no que estudei, sugiro que pesquisas futuras levem em consideração o fato de que independentemente de haver ou não ensino religioso, ou haver ou não prescrição legal, as práticas religiosas nas escolas brasileiras são muito presentes. Como pude expor ao longo deste texto, mesmo as formas intra-curriculares não se restringem ao ensino religioso, mas abrangem projetos, festividades, etc. Não basta então analisar os dispositivos legais para implantação do ensino religioso, visto que o ensino religioso se dará de acordo com as opiniões dos docentes. Além desta disciplina, há um leque de manifestações religiosas pronto a ser posto em prática nas escolas, de acordo com o pertencimento religioso da maior parte dos professores nas unidades escolares. Também as formas extra-curriculares, informais e imprevistas devem ser objeto de discussão e análise uma vez que é tênue a linha que diferencia esta forma de uma outra mais formalizada. Com pouco esforço, equipes pedagógicas incluem estas práticas no currículo oficial da escola. O ensino religioso então vem sendo substituído por práticas religiosas que envolvem toda a comunidade escolar e que apresentam um único credo, ou um grupo de credos afins (os cristãos) como sendo o verdadeiro e legítimo para ocupar este espaço.

As pesquisas empíricas então devem ocupar lugar prioritário diante do atual quadro em que se encontra a educação pública brasileira, que se diz laica e neutra em matéria religiosa, mas que continua a legitimar práticas claramente impositivas.

## Referencias Bibliográficas:

ARAUJO, Carlos Alberto Ribeiro de. **A Páscoa Judaica e Cristã**. São Paulo: Clube de Autores, 2012.

BACHA FILHO, Teófilo (org). **O ensino religioso nas escolas públicas**. São Paulo: Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas / Secretaria de Educação de São Paulo. 2002.

BARRETO, Alessandra Vieira. **Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado -Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006.

BAUBÉROT, Jean. Transferencias culturales e identidad nacional en la laicidad francesa. In: BLANCARTE, Roberto. (Coord.). **Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo**. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2008.

BLANCARTE, Roberto (Org.). **Laicidad y valores en un Estado Democrático**. México, D. F.: El Colegio de México, 2000.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo**. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2008.

BOBBIO, Norberto **Os intelectuais no poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**.. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora UNESP, 2002

\_\_\_\_\_. Cultura Laica e Laicismo. In: **Diário El Mundo**, publicado na Espanha em 17.11.1999. Disponível em <http://www.elmundo.es/1999/11/17/opinion/>, acessado em janeiro de 2012.

BRASIL, **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm), acessada em outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Conferência Nacional da Educação Básica** . Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. **Decreto 7.083 de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm), acessado em agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Conferência Nacional de Educação – CONAE**. 2010. p. 163. Disponível em [http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento\\_final\\_sl.pdf](http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final_sl.pdf), acessado em maio de 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Diagnóstico das Condições Sócio-Econômicas e da Gestão Pública dos Municípios da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro e Brasília: 2005, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/43455838/Historia-Da-Baixada-Psociais>, acessado em junho de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília:1997.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: Ética**. 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro082.pdf>, acessado em junho de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; O Ministério de Estado do Esporte; Ministério de Estado da Cultura. **PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra-turno escolar.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria . Quando o Estado pede socorro à religião. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. O mal-estar do ensino religioso nas escolas públicas. **Cadernos de Pesquisa** v. 37. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 2007.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL- CNBB. **Acordo e laicidade**. Disponível em <http://www.cnbb.org.br/site/articulas/dm-walmor-oliveira-de-azevedo/2037-acordo-e-laicidade> acessado em outubro de 2011.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira. Disponível em [http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15&Itemid=15&limitstart=6](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=15&limitstart=6), acessado em maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Princípios Batistas**. Disponível em [http://batistas.com/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16&Itemid=16](http://batistas.com/index.php?option=com_content&view=article&id=16&Itemid=16) acessado em maio de 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Zigue-Zague no Ministério da Educação: uma visão da educação superior. **Revista Contemporânea de Educação**. Ano 1, vol. 1. 2006.



\_\_\_\_\_. Sintonia Oscilante: Religião, Moral e Civismo No Brasil – 1931/1997. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131., São Paulo: maio/ago. 2007.

\_\_\_\_\_. A Educação na Concordata Brasil-Vaticano. **Educação e Sociedade.**, vol. 30, n. 106, p. 263-280 Campinas: jan./abr. 2009.

\_\_\_\_\_. A Luta Pela Ética No Ensino Fundamental: Religiosa ou Laica? . **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p.401-419.São Paulo: maio/ago. 2009.

CUNHA, Luiz Antônio ; Cavaliere, Ana Maria . O ensino religioso nas escolas públicas brasileiras: formação de modelos hegemônicos. In: PAIXÃO, Léa Pinheiro; ZAGO, Nadir. (Org.). **Sociologia da Educação - pesquisa e realidade brasileira**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 110-127.

CURY, Carlor Roberto Jamil. . Ensino Religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica.. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas: v. 27, 2004, p. 183-191.

\_\_\_\_\_. Ensino Religioso: retrato histórico de uma polêmica. In: Carlos Henrique de Carvalho e Wenceslau Gonçalves Neto. (Org.). **Estado, Igreja e Educação o mundo Ibero-americano nos séculos XIX e XX**. 1 ed. Campinas: Alínea Editora, 2010, v. 1, p. 11-50.

DIOCESE CATÓLICA DE NOVA IGUAÇU - MITRANI. **História**. Disponível no site: <<http://www.mitrani.org.br/historia-diocese.html>>, acessado em dezembro de 2012.

DUARTE, Luiz Fernando Dias . *Ethos* privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação. In: Duarte, L. F. D.; Heilborn, M. L.; Lins de Barros, M.; Peixoto, C.. (Org.). **Família e Religião**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2006.

\_\_\_\_\_. Família, Moralidade e Religião: tensões contrastivas contemporâneas à busca de um modelo. In: Velho, Gilberto; Duarte, Luiz F. D.. (Org.). **Gerações, família, sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2009.

DUPRET, Leila. **Religião Afro-Brasileira, Desenvolvimento Humano e Educação: Pilares da Construção Subjetiva**. Rio de Janeiro, TEIAS: ano 9, nº 17, pp. 35-46, jan/junho 2008

EDITORA LUZ E VIDA. **Smilinguido – Conheça – História**. Texto disponível em <http://www.smilinguido.com.br/turma/>, acessado em outubro de 2012.

\_\_\_\_\_.**Institucional**. Disponível em [www.luzevida.com.br](http://www.luzevida.com.br). Acessado em junho de 2012.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MUNICIPIO DE NOVA IGUAÇU. **Lei Orgânica do Município de Nova Iguaçu, 30 de maio de 1990**.

FISCHMANN, Roseli . **Estado laico**. 1. ed. São Paulo: Memorial da América Latina, 2008.

\_\_\_\_\_. Inconstitucional: o ensino religioso em escolas públicas em questão. In: **NOTANDUM** Ano XV - N. 28. São Paulo:jan-abr 2012.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n.10.. Rio de Janeiro: 1999.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Novo Mapa das Religiões**, 2011. Disponível em <http://www.fgv.br/cps/religiao/>, acessado em Nov de 2011.

GRAVADORA SOM E LOUVORES. CD Sonhos Voz e Play-back. Música: **Sonhos**. intérprete: Sérgio Lopes. Rio de Janeiro: Som e Louvores, 1995.

GRAVADORA SOM LIVRE. **O Caderno** (Composição de Toquinho e Mutinho), Interpretação de Padre Fábio de Melo, Faixa 6 - CD Vida. Rio de Janeiro: Som Livre, 2012.

IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS. **Diretrizes e Bases Normativas do Conselho de Educação e Cultura da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil**. Disponível em [http://www.ecgadb.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4&Itemid=5](http://www.ecgadb.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=5) acessado em novembro de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Censo 2010**, disponível em [www.Istituto Brasileiro de Geografia e Estatística.gov.br](http://www.Istituto Brasileiro de Geografia e Estatística.gov.br), acessado em novembro de 2012.

LAGO, Luciana Correia. **Como anda Rio de Janeiro. Letra Capital: observatório das metrópoles**, 2009, disponível em [http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Vol9\\_como\\_anda\\_rj.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Vol9_como_anda_rj.pdf), acessado em dezembro de 2012.

LOREA. Roberto Arriada. **Direitos Humanos e Diversidade Religiosa**. Artigo publicado no site Judiciário e Sociedade, <http://magrs.net/?p=22768#more-22768>

MILOT, Micheline. La laicización y la secularización en Canadá. In: BLANCARTE, Roberto. (Coord.). **Los retos de la laicidad y la secularización en el mundo contemporáneo**. México, D. F.: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2008.

MINISTÉRIO DE LOUVOR DIANTE DO TRONO. CD Quem é Jesus. Música: **Por que me amou tanto assim?** Interprete: Crianças Diante do Trono. Belo Horizonte: Ministério Diante do Trono, 2004

\_\_\_\_\_. IGRAJA BATISTA DA LAGOINHA. CD: Nos Braços do Pai. Música : **Vem de Ti Senhor..** Belo Horizonte: Ministério Diante do Trono, 2002.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES, 2007.

OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE DO ESTADO. **Constrangimento religioso à produção e difusão do conhecimento científico**. Disponível em <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/posicionamentos3-c.html>, acessado em maio de 2012.

\_\_\_\_\_. **Glosário** disponível no site do, que integra o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLE-NEPP-DH-CFCH-UFRJ), Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/ole/conceituacao1.html>. Acessado em janeiro de 2012.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Quem Somos. Disponível em [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem\\_somos/](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/quem_somos/), acessado em agosto de 2012.

OLIVEIRA, Débora Santana de. **Desigualdades sócio-espaciais e vulnerabilidade juvenil no contexto metropolitano fluminense: o caso da Cidade de Nova Iguaçu**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Disponível em [http://www.ence.Istituto Brasileiro de Geografia e Estatística.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=498afdf7-04b4-4183-945b-9a14eab9bbbe&groupId=37690208](http://www.ence.Istituto Brasileiro de Geografia e Estatística.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=498afdf7-04b4-4183-945b-9a14eab9bbbe&groupId=37690208), acessado em junho de 2012.

OLIVEIRA, Heli Sabino de. **Laicidade e religiosidade em escolas públicas de Belo Horizonte**. Disponível em <http://www.gper.com.br/noticias/58aa2a86d7cf27ea777d65b46ba5db1c.pdf>, acessado em novembro de 2012.

ORO, Ari Pedro. **A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações**. Vol. 11, nº2. Porto Alegre: Civitas, 2011. p. 221-237

OZÓRIO, Elaine Cristiana, **O processo de (Re)produção do espaço urbano na Cidade de Nova Iguaçu-Rj: (1990 - 2007)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PAULA, Elaine Baptista de Matos Paula et al (org). **Manual para elaboração e normalização de Dissertações e Teses**. – 3. ed. rev., atual. eampl. -- Rio de Janeiro :SiBI, 2011.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. **Lei 2853, de 05 de Novembro de 1987**. Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei 3881, de 05 de Novembro de 2007**. Institui o Sistema Municipal de Educação (SME), e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar 006 de 1997**. Revisa o Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu e dá outras providências. Disponível em <http://www.issmaisfacil.novaiguacu.rj.gov.br/pcni/legislacao/Lei006.pdf>, acessado em junho de 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. **Atlas escolar da Cidade de Nova Iguaçu**. Disponível em <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/arquivos/atlasescolar.pdf>, acessado em junho de 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU. Notícias. Disponível em <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/> acessado em setembro de 2012.

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU .SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA IGUAÇU. **Plano Municipal de Educação**. Nova Iguaçu: Semed, 2008. Lei 3960 / 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org). **Hierarquização e Identificação dos Espaços Urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles – Coleção Conjuntura Urbana. V.1. 2009. Disponível em [http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Vol1\\_hierarquizacao\\_identificacao\\_espacos\\_urbanos.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/Vol1_hierarquizacao_identificacao_espacos_urbanos.pdf). Acessado em agosto de 2012.

RIBEIRO, Osvaldo Luiz . Os Batistas e o Estado Democrático de Direito. **O Jornal Batista**, Ano CVIII, Edição 24, Rio de Janeiro: CBB, 15/06/2008.

ROCHA, André Santos da. **(Re)pensando a Baixada Fluminense em um contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro : Sociedade, Território e Representação**. Revista geo-paisagem (on line) . Ano 6, nº 12, 2007. Disponível em <http://www.feth.ggf.br/baixadafluminense.htm>.

SANTOS, Manuela Fonseca. A Literatura de Cordel. In: **Visages d'Amérique Latine - Revista de estudos iberoamericanos**. N. 2. jun 2005.

SANTOS. Tiago Luiz Alves dos. **Inovações e desafios do Programa Bairro Escola de Nova Iguaçu/RJ**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

SEGADAS SOARES, Maria Terezinha de. Absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XXIV. Nº 2. Rio de Janeiro: Abril-junho de 1962 p. 156 – 162. Disponível em [http://www.bvambientebf.uerj.br/banco\\_de\\_imagens/artigos\\_rbg/RBG\\_1962\\_nova\\_iguacu.pdf](http://www.bvambientebf.uerj.br/banco_de_imagens/artigos_rbg/RBG_1962_nova_iguacu.pdf) f acessado em novembro de 2012.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **Religião e Negação da Modernidade: A Leitura fundamentalista da Bíblia nas Revistas de Escola Bíblica Dominical da Assembléia de Deus**. Revista Brasileira de História das Religiões, Ano III, n. 7. São Paulo: ANPUH, 2010.

SOUZA, João Valdir Alves. **A Festa e o Calendário Religioso na Demarcação dos Tempos da Vida Social**.. Revista Desenvolvimento Social Montes Claros - Nº 4 – Montes Claros: UEMC, 2009.

TOMAZ, Paulo Cesar ; PELEGRINI, S. C. A. . A Celebração da Páscoa Judaica e as tradições culturais: simbologia e significado. In: I Encontro do GT Nacional História das Religiões e Religiosidades, 2007, Maringá. I Encontro do GT Nacional História das Religiões e Religiosidades. Departamento de História da UEM, 2007.

ZANONE, Valério. Laicismo. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (org). **Dicionário de Política**. 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2002.

## **APÊNDICE**

**APÊNDICE I**  
**Formulário da pesquisa sobre a laicidade na educação pública**

1. Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )
  2. Formação: ( ) Normal ( ) Pedagogia  
( ) Outro Curso Superior \_\_\_\_\_
  3. Vínculo empregatício:  
( ) Concursado ( ) Contrato temporário
  4. Numa escola de ensino fundamental da rede municipal a comemoração da páscoa foi realizada com utilização de símbolos próprios do cristianismo, com distribuição de pão e suco de uva para os alunos e pais, simbolizando o corpo e o sangue de Cristo. Qual sua opinião a respeito.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  5. Qual sua opinião sobre cartazes contendo textos religiosos (salmos, preces, etc.) fixados nos corredores da escola e nas salas de aula.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  6. Qual sua opinião sobre a prática de orações em reuniões com professores.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  7. Qual sua opinião sobre a prática de orações em reuniões com alunos.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  8. Qual sua opinião sobre a presença de religiosos, como padres e pastores, promovendo cultos, orações e missas na escola pública.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  9. Qual sua opinião sobre apresentações de alunos em datas festivas com músicas de cunho religioso, como hinos evangélicos ou católicos.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  10. Qual sua opinião sobre projetos em que sejam expostos na escola símbolos de religiões afro-brasileiras, como orixás, máscaras, guias, etc.  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  11. Qual a sua opinião sobre distribuição de “doços de Cosme e Damião” na escola pública?  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  12. Qual sua opinião sobre alunos irem à escola pública portando acessórios que simbolizem seu pertencimento religioso (crucifixos, guias, etc.).  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  13. Qual sua opinião sobre professores irem a escola pública portando acessórios que simbolizem seu pertencimento religioso (crucifixos, guias, etc.).  
( ) Favorável ( ) Contrário  
( ) Indiferente ( ) Não sabe
  14. A rede municipal de ensino de Nova Iguaçu não conta com a disciplina ensino religioso, apesar da previsão no plano municipal de educação. Em sua opinião a disciplina ensino religioso deveria ser oferecida?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Indiferente ( ) Não sabe
- \* Caso seja favorável a questão 14, responder da 15 à 19, caso contrário encerrar a entrevista.*
15. Qual seria o objetivo desta disciplina?  
( ) combater agressividade dos alunos  
( ) transmitir valores religiosos  
( ) conhecer mais sobre a própria religião  
( ) conhecer sobre religiões diferentes da própria  
( ) conhecer sobre história das religiões  
( ) não sabe  
( ) outro: qual? \_\_\_\_\_
  16. De que forma a disciplina deveria ser oferecida?  
( ) confessional ( ) interconfessional ( ) valores  
( ) tema transversal no currículo  
( ) história das religiões ( ) indiferente ( ) não sabe
  17. Em que níveis de ensino a disciplina deveria ser oferecida:  
( ) ensino fundamental ( ) educação infantil  
( ) ensino médio ( ) toda a educação básica
  18. Quem deveria lecionar a disciplina nos primeiros anos do ensino fundamental?  
( ) o próprio professor da turma  
( ) um professor específico, concursado e com formação em ensino religioso  
( ) um professor específico, concursado, com formação em ensino religioso e autorização da entidade religiosa que represente.  
( ) professores concursados que tenham graduação em filosofia, história ou sociologia  
( ) quadros religiosos  
( ) não sabe ( ) outros. Quais: \_\_\_\_\_
  - 19 – Caso deseje, diga se você professa alguma religião ou crença religiosa:  
\_\_\_\_\_